

ISSN 2526-1339

**REVISTA ESFERA ACADÊMICA HUMANAS**

**Volume 7, número 1**

**Vitória  
2022**

**EXPEDIENTE**

**Publicação Semestral**

**ISSN 2526-1339**

**Temática: Humanas**

**Revisão Português**

José Renato Campos

**Capa**

*Marketing* Centro Universitário Multivix Vitória

Elaborada pela Bibliotecária Alexandra B. Oliveira CRB06/396

*Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, os pensamentos dos editores.*

**Correspondências**

**Coordenação de Pesquisa e Extensão Centro Universitário Multivix Vitória**

Rua José Alves, 301, Goiabeiras, Vitória/ES | 29075-080

E-mail: [pesquisa.extensaovix@multivix.edu.br](mailto:pesquisa.extensaovix@multivix.edu.br)

**CENTRO UNIVERSITÁRIO MULTIVIX VITÓRIA**

**DIRETOR Geral**

Leila Alves Côrtes Matos

**COORDENAÇÃO ACADÊMICA**

Michelle Oliveira Menezes Moreira

**COORDENADOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

Patrícia Martineli

**CONSELHO EDITORIAL**

Alexandra Barbosa Oliveira  
Ana Cristina de Oliveira Soares  
Karine Lourenzone de Araujo Dasilio  
Kirla Christine Almeida Dornelas  
Michelle Moreira  
Patricia de Oliveira Penina

**ASSESSORIA EDITORIAL**

Ana Cristina de Oliveira Soares  
Cecília Montibeller Oliveira  
Daniele Drumond Neves  
Helber Barcellos Costa  
Karine Lourenzone de Araujo Dasilio

**ASSESSORIA CIENTÍFICA**

Kirla Christine Almeida Dornelas  
Gustavo Tassis Baptista  
Luiz Felipe de Carvalho Macena  
Gabriel Batista Martinelli

## **APRESENTAÇÃO**

As Ciências Humanas sempre serão interessantes, uma vez o objeto de estudo dessas áreas é o ser humano! Dessa maneira, estudos nas áreas das Ciências Humanas contribuem para o entendimento e o progresso em diversos aspectos, tais como socioeconômicos e culturais da humanidade. Nessa perspectiva, lançamos a Revista Esfera Acadêmica Humanas, que aborda temas impactantes para a sociedade atual. Esperamos que a revista seja uma fonte de informação, bem como um meio de conhecimento profundo, com a finalidade de contribuir para a transformação da sociedade. Boa leitura!

Boa leitura!

## SUMÁRIO

<b>O PSICOLÓGO HOSPITALAR NA ATENÇÃO AOS PACIENTES COM AUTISMO.....</b>	<b>6</b>
Cynthia dos Santos Domingos; Otávio Luiz Vieira Souza; Virginia Effgem	
<b>O IMPACTO DO DIVÓRCIO NAS CRIANÇAS: A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO PARA O DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL.....</b>	<b>24</b>
Gabriela Loureiro Alvarenga; Lívia Gava de Souza Pimenta; Aduino Barcellos de Carvalho Neto	
<b>MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E O RACISMO ESTRUTURAL: UMA REVISÃO LITERÁRIA.....</b>	<b>41</b>
Beatriz Barcellos Baia; Gabriela Domingues de Souza; Nicollí Plaster Fachetti; Gustavo Tassis Baptista	
<b>O AVESDO DO AMOR: FEMINICÍDIO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NO ANO DE 2021 .....</b>	<b>62</b>
Mariana Amorim Costa; Nádia Neme Pimentel; Patrícia Lopes da Cruz; Isabele Santos Eleotério	
<b>O TELEHEALTH COMO ALTERNATIVA VÁLIDA AO ATENDIMENTO PRESENCIAL NA INTERVENÇÃO EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA (ABA) EM CRIANÇAS COM DIAGNÓSTICO DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) .....</b>	<b>76</b>
Lucas Stênio Borges; Victor Franzoni Patez; Vívian Moreira Vargas; Daniela Dadalto Ambrozine Missawa	
<b>A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS DIGITAIS NA PERCEPÇÃO CORPORAL E NA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS.....</b>	<b>92</b>
Amanda Bezeth de Rezende; Bruna Coelho Da Vitória; Cíntia Mendonça Krüger Kaiser; Israel Isac Alves; Lazaro Oliveira Anjo; Paula Xavier Souza; Vitor Soares Contão; Welber Alberto Braga; Eliane Cunha Gonçalves	

## O PSICÓLOGO HOSPITALAR NA ATENÇÃO AOS PACIENTES COM AUTISMO

Cynthia dos Santos Domingos<sup>1</sup>, Otávio Luiz Vieira Souza<sup>1</sup>, Virginia Effgem<sup>2</sup>

1 – Acadêmicos do curso de Psicologia – Centro Universitário Multivix Vitória

2 – Professor do curso de Psicologia – Centro Universitário Multivix Vitória

### RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) está dentre os transtornos do neurodesenvolvimento. E por se tratar de perturbações significativas em algum aspecto como: cognição, regulação emocional ou de comportamento, causam um grande impacto na vida das pessoas pois podem levar à incapacidade de funcionamento do indivíduo trazendo muito sofrimento. Foi realizado uma pesquisa bibliográfica de forma descritiva para levantamento dos objetivos de estudo, que são: descrever atuação do psicólogo hospitalar na atenção ao autismo e apresentar leis que resguardam os atendimentos hospitalares em pessoas com TEA. Foram selecionados ao total 6 artigos para análise dos dados. Os artigos foram separados em quatro categorias: diagnose; desenvolvimento; ambiente hospitalar e reabilitação. Dentre os artigos selecionados apontam muito que o trabalho do profissional de saúde no geral, sem especificar o trabalho do psicólogo, pois se trata do trabalho conjunto de uma equipe multiprofissional. Constando ainda que o psicólogo, comumente, é uma porta de entrada para o autista no Sistema Único de Saúde pois é a partir dele que pode haver o diagnóstico e mediante o resultado positivo para o TEA caberá a esse profissional o auxílio para família, sobre a atuação no âmbito hospitalar com autistas, é escasso a abordagem do tema. No que se refere às políticas públicas, foi encontrado uma certa negligência por parte das autoridades políticas e um conflito de conceituação e abordagem no tratamento dos autistas. Observa-se ainda a necessidade do psicólogo de especializar e capacitar para que ocorra uma qualidade nos atendimentos.

Palavras chaves: Autismo, Políticas públicas, Psicólogo hospitalar

### ABSTRACT

The Autistic Spectrum Disorder (ASD) is among the neurodevelopmental disorders. And as they are significant modification in some aspects, such as: cognition, emotional or behavioral regulation, they have a great impact on people's lives because they can lead to the individual's inability to function, causing a lot of suffering. A descriptive bibliographic research was made to answer the goals of this study, which are: describe the role of the hospital psychologist in the care of autism and present laws that protect hospital care for people with ASD. A total of 6 articles were selected for analysis. The articles were separated into four categories: diagnosis; development; hospital environment and rehabilitation. Among the articles selected, they point out a lot that the work of the health professional in general, without specifying the work of the psychologist, because they work as multidisciplinary team. Also stating that the psychologist is usually a front door to the autistic person in the Brazilian Health System, because is from there that the diagnosis might be made and through the positive result for TEA, this professional might be responsible for the family assistance, about hospital actuation with ASD, there were scarce material about the theme. With regard to public policies, a certain negligence was found on the part of political authorities and a conflict of conceptualization and approach in the treatment of autistic people. There is also a need for the psychologist to specialize and train for quality care to occur.

Keywords: Autism, Public policies, Hospital psychologist

## 1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) está dentre os transtornos do neurodesenvolvimento. Normalmente se manifesta no início da vida, antes mesmo do ingresso à escola. (DA SILVA, 2018). No autismo pode haver comprometimentos em alguns aspectos como a dificuldade na comunicação social, por ter repertório verbal ausente ou fraco, que impede um maior repertório na conversação, diálogo ou dificuldades no relato de eventos como contar histórias; baixa demonstração de interesse social; dificuldades em identificar e expressar emoções, que podem atrapalhar no estabelecimento de relacionamentos pela dificuldade de lidar com afeto; fixação em atividades e interesses específicos, movimentos estereotipados, dificuldade de flexibilização da rotina e; hipo ou hiper reação a estímulos sensoriais. (COSTA, SOUZA, 2020; GUERRA et al, 2019; GUERRA, VERDU, 2020; MONTEIRO et al, 2020;).

Uma das intervenções mais indicadas para esse transtorno é a Análise do Comportamento Aplicada, em inglês: Applied Behavior Analysis (ABA). Ela é uma abordagem psicológica, que detém os recursos para intervir nos comportamentos, no aspecto social e acadêmico. A análise do comportamento segue os princípios de Skinner que através do conceito de condicionamento operante entende que os comportamentos são aprendidos na interação entre o indivíduo e seu ambiente (MATOS, 2018).

Apesar da intervenção em ABA ser muito comum, tem-se observado a falta de um setor especializado dentro da atenção terciária voltada para o atendimento das pessoas com transtorno do espectro autista. Visto que o trabalho envolvendo os autistas requer uma atuação multidisciplinar, a atuação da equipe hospitalar poderia trazer contribuições benéficas aos usuários. (FERRAZ, BARBOSA, FRANÇA, 2016).

Ainda assim, por ser uma relação benéfica, como se daria a atuação do psicólogo hospitalar com as pessoas autistas? Pois no ambiente hospitalar, através das estratégias da psicologia da saúde, os psicólogos são inseridos na atenção terciária com uma vasta oportunidade de atuação. (AZEVEDO, CREPALDI, 2016) Foi escolhido o ambiente hospitalar como análise do trabalho pois as políticas de organização da atenção à saúde, entendem o hospital como um ambiente propício para a promoção de saúde, prevenção e tratamento de doenças, assim como de reabilitação. Essas políticas ditam direitos dos usuários e mostra uma preocupação na qualidade de serviço e segurança (BRASIL, 2017). Dito isso, o artigo irá descrever atuação do psicólogo hospitalar na atenção ao autismo e apresentar leis que resguardam os atendimentos hospitalares em pessoas com TEA.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 AUTISMO

Antes que houvesse uma definição de autismo pela psicologia e, até mesmo, a intervenção, as áreas médicas que tinham esse papel. No início da psiquiatria era dado o diagnóstico de “idiotia” as psicopatologias das crianças e adolescentes e isso incluía o retardo mental, as psicoses infantis, a esquizofrenia na infância e o autismo. Trouxeram um debate acerca da possibilidade do tratamento ou não dessas pessoas. Conforme foi passando o tempo, na década de 40 os conceitos da esquizofrenia, psicose e autismo ainda se confundiam. O que atualmente os conceitos são distintos (BRASIL, 2015)

Para o Manual de Diagnóstico e Estatística número 5 (DSM-V) há cinco critérios de diagnósticos para o transtorno do espectro autista: I. Déficits na comunicação social, sendo essa dificuldade em reciprocidade de emoções, dificuldades em estabelecer conversas e reduções de interesses, emoções e afeto; déficits em comunicação verbal e não verbal; Dificuldades em manter e compreender relacionamentos. II. Padrões restritos e repetitivos de comportamentos sendo: Movimentos motores e fala estereotipadas e repetitivos; Falta de rotinas e insistência nas mesmas coisas; Interesses fixos incomuns, anormais em intensidade ou foco; Hipo ou Hiperatividade sensorial. III. Esses sintomas devem ser identificados precocemente ou até que a demanda do ambiente exceda as capacidades dos indivíduos. IV. Sintomas devem causar prejuízo expressivo socialmente, profissional ou em uma área importante para a pessoa. V. Esse transtorno não é mais explicado como Deficiência intelectual (DI) ou atraso global do desenvolvimento. Comumente o DI é uma comorbidade do TEA, para que isso ocorra a comunicação social deve estar abaixo do esperado para sua faixa de desenvolvimento (APA, 2013).

Nos sintomas são encontradas uma variabilidade nos aspectos de frequência. portanto, cada caso é específico (LIMA, LIMA, 2019). Assim, as autoras trazem sua definição: “O autismo é um transtorno marcado por inabilidade social, atraso da fala e ecolalias, padrões de comportamento isolado, movimentos estereotipados e, em alguns casos, cognição comprometida” (LIMA, LIMA, 2019, p. 6).

Dentre os sintomas ressaltados, destaca-se alguns conceitos para melhor entendimento de como esse transtorno pode se manifestar. A ecolalia por definição é uma repetição da fala, involuntariamente, de um outro, as pessoas com TEA que apresentam ecolalia no discurso costumam reproduzir palavras e frases com a mesma

entonação da outra pessoa, apesar de que a ecolalia, também, pode ser encontrada em pessoas típicas que estão adquirindo a fala (BARROS, DA FONTE, DE SOUZA, 2020). As estereotípias são movimentos repetitivos que são encontrados nos animais e nos homens e isso "está frequentemente relacionado ao mau funcionamento do sistema de controle de conduta, impulsos e motivações no desempenho de algum movimento ou vocalização." (BARROS, DA FONTE, 2016, p. 747) de acordo com as frequências desses sintomas podem comprometer questões do movimento motor, linguística, questões sociais, emocionais, cognitivas e educacionais. (BARROS, DA FONTE, 2016).

### **2.1.1 Direitos das pessoas autistas**

As pessoas com TEA pode estar em situação de vulnerabilidade, isso não está ligado ao fato que essas garantias de direito estão sendo cumpridas, por isso é necessário normatizações específicas para os autistas. As pessoas com o transtorno do espectro autista estão resguardadas pelas leis da Constituição de 1988. Isso é um enorme passo, pois reconhece os autistas enquanto cidadãos, entretanto não são leis específicas para o transtorno (BRASIL, 2015).

Com isso, temos a Lei nº. 10.216 de 6 de abril de 2001 que garante as pessoas com transtorno mental direitos, independentes de sua "[...] raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra" (BRASIL, 2001, art. 1) sendo ela, responsabilidade do Estado, a atuação dessas práticas de desenvolvimento da política de saúde mental, promoção de ações de saúde ao público destinado a lei e assistência (BRASIL, 2001).

Ainda assim, a lei é muito abrangente e não especifica os direitos de pessoas com autismo. Devido a essa falta de uma política para esse público e consequência dos grandes debates, em 27 de dezembro de 2012, foi sancionada a lei nº 12.764 que estabeleceu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo. Que afirma que, nenhuma pessoa com autismo, pode ser discriminada ou impedida de ficar em locais públicos, e jamais excluída da escola (BRASIL, 2015).

## **2.2 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO**

A Análise do Comportamento (AC) é uma abordagem da psicologia, sendo assim uma ciência que estuda o comportamento. Os analistas do comportamento dedicam seus estudos ao comportamento e sua interação com o ambiente. Para os psicólogos dessa linha teórica, o ambiente é tudo aquilo que tem poder de afetar o comportamento.

Entendido que nesse ambiente há variáveis mecânicas, químicas, sociais entre outras. Ou seja, movimentos no ambiente, o ar, presença de outras pessoas, etc. podem alterar o que uma pessoa pode fazer. Sendo assim, a questão central da AC é que as consequências da resposta (comportamento) irão determinar se ela continuará ou não emitindo a mesma resposta, e ao alterar essa consequência o comportamento poderá se alterar, como mostra imagem abaixo (MOREIRA, DE MEDEIROS, 2018):

Tabela 1 - Comportamento

A ↔ B ↔ C		
Antecedentes (A)	Comportamento ou Resposta (B)	Consequências (C)
Tudo que está em volta do sujeito, também conhecido como “ambiente” que antecede a resposta	Comportamento seja ele implícito ou explícito	Aquilo que vem depois do comportamento altera seu padrão. Aumenta ou reduz a incidência do comportamento.

FONTE: PASSOS, 2016

Devido seus estudos sobre o comportamento, a AC tem se tornado uma grande referência no tema do autismo pois suas pesquisas têm se mostrado relevantes para o assunto. O autismo para análise do comportamento é um conjunto de déficits ou excessos que pode ter consigo uma carga genética, entretanto é possível uma mudança estabelecendo interações construtivas organizadas com os aspectos físicos e sociais. (GOULART, ASSIS, 2002).

### 2.2.1 Atuação com autismo pela Análise do Comportamento Aplicada (ABA)

Por entender que é possível intervir nos déficits causados pelo transtorno, a análise do comportamento propõe-se a realizar uma análise funcional do autista a fim de identificar os aspectos ambientais que podem estar controlando seu comportamento e, assim, manipular esse ambiente para ensino de habilidades que, normalmente, estão ausentes ou prejudicadas. (GOULART, ASSIS, 2002). Assim que há um diagnóstico detalhado realizado multidisciplinarmente, a pessoa com TEA será encaminhada para um atendimento especializado que será realizado a intervenção de acordo com suas necessidades específicas. O autismo por não ter uma cura, a terapia comportamental é indicada, para que seja feita a modificação comportamental pois há um conjunto de técnicas de acordo com os déficits de cada pessoa (DA SILVA, 2018).

Comumente a intervenção em ABA pode ter início em casa quando a criança ainda está pequena, para que assim o tratamento seja precoce. Mesmo sendo recomendado a mediação cedo, tem se mostrado bem efetivo em crianças mais velhas e adultos com TEA. A sessão da análise do comportamento aplicada normalmente dura de 30 a 40 horas

semanais com currículos com programas, que podem também ser aplicados na escola. Os programas, que são feitos por cada habilidade, são feitos de acordo com cada necessidades das crianças e não se usa da aversão, mas das premiações os comportamentos desejados da criança. Normalmente, as sessões em ABA ocorrem frequentemente em clínicas particulares, de um para um, o que não é comum ocorrer em ambiente hospitalar (LEAR, 2004; SILVA, GAIATO, REVELES, 2012).

### **2.3 SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)**

Existe, atualmente, a lei que protege as pessoas com autismo, mas, talvez, a maior conquista em termos de saúde foi a partir do momento em que a constituição federal de 1988 foi instaurada e, assim também, oficializou-se a institucionalização do SUS. Através do artigo 196 que garante a saúde um direito de todos. O Estado, sendo responsável por garantir medidas através de políticas públicas e econômicas para cumprir esse direito (BRASIL, 2015). O SUS engloba um conjunto de ações que visam a promoção, proteção e recuperação de saúde que são realizados pelos entes federativos, podendo ter a participação de empresas privadas. Ele é organizado de forma hierarquizada, ou seja, dividido em diversos níveis de saúde, indo da baixa complexidade a alta complexidade e é regionalizado, que diz respeito às abrangências de atuação de cada equipe por região (BRASIL, 1990; BRASIL, 2011).

Essa forma hierarquizada de divisão dos níveis de complexidade se dá em: atenção primária; atenção secundária e atenção terciária. Os serviços de atenção hospitalar estão incluídos na atenção terciária por ser de maior complexidade, o que não impede que eles possam ser uma porta de entrada para o SUS. O Sistema único de saúde, através da saúde primária, que é a porta de entrada do sistema oferece um atendimento: Universal, acesso a saúde para todos cidadãos; integral, considerando a pessoa indivisível que está numa sociedade, sendo assim o sistema de saúde também seria indivisível, atendendo a pessoa em sua totalidade e, um dos principais conceitos para que se entenda o trabalho com as pessoas autista, a equidade, todo cidadão será atendido independente de suas barreiras, e de acordo com suas necessidades (BRASIL, 1990; BRASIL, 2011).

#### **2.3.1 Psicólogo hospitalar atuando com pacientes autistas**

A atuação do psicólogo, no contexto hospitalar, caracteriza-se pelo grande desafio pois requer uma fundamentação e desenvolvimento de técnicas para que a intervenção seja realizada em várias áreas do hospital e atendam a diferentes pacientes, cada um com uma condição especial. O psicólogo em uma das suas atividades, no setor terciário, intermédia entre o usuário de saúde, família e os profissionais que ali trabalham. De

maneira geral, o psicólogo atua na promoção do atendimento humanizado para que alcance seu objetivo final que é minimizar o sofrimento provocado pela internação hospitalar (ORTIZ, GIGUER, GRZYBOWSKI, 2016).

No que diz respeito ao trabalho do psicólogo do SUS com pessoas autistas que ainda não receberam o diagnóstico, pode ser feita uma avaliação dos desvios qualitativos nas áreas que, comumente, afetam as pessoas com TEA, como a linguagem e interação social. O papel dessa avaliação psicológica engloba anamnese com familiares; no caso de crianças, avaliação de interação social e em caso de adultos e adolescentes é feita entrevista; é feita avaliação nas áreas cognitivas e neuropsicológicas, que servirá de base para um Projeto Terapêutico Singular (PTS) e, por fim, a devolutiva de resultados para os familiares e acolhimento. A avaliação identifica alvos que serão trabalhados no PTS, pois nesse projeto terapêutico será trabalhado aspectos, comportamentais, sociais e emocionais dessas pessoas com TEA (BRASIL, 2013).

### **3 METODOLOGIA**

O estudo foi realizado, quanto ao seu procedimento, por pesquisa bibliográfica, isso implica na realização de uma busca em materiais já publicados que sejam confiáveis. Tendo como natureza de pesquisa a forma básica, pois tem como objetivo gerar conhecimento e avanço da ciência sem que tenha uma necessidade de uso prático imediato, gerando conteúdo para aplicações de pesquisas futuras. A abordagem do problema foi classificada como quantitativa pois não será necessário a ida a campo para busca de resultados, foi busca de materiais em ambiente não-natural. Entretanto, alguns autores apontam uma correlação entre as abordagens quantitativas e qualitativas entendendo-as como complementares. Nesse artigo o foco de pesquisa foi quanto a sua qualidade, característica de pesquisas qualitativas. Sendo usado uma pesquisa descritiva para levantamento dos objetivos de estudo, essa pesquisa visa descrever os dados analisados sem interferir neles (PRODANOV, DE FREITAS, 2013).

Para análise dos resultados do artigo, foi usado método de análise de dados de Bardin (1977). Com isso, foi dividido em três etapas: uma pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. A pré-análise foi dividida em três momentos, distintos e, não necessariamente, em ordem cronológica: escolha de documentos, através da leitura flutuante os materiais escolhidos são estabelecidos; elaboração dos objetivos, conforme a necessidade de investigação e; escolha de indicadores, para análise dos conteúdos.

A exploração do material, nessa fase, diferente da anterior, “[...] longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em

função de regras previamente formuladas” (BARDIN,1977, p. 101). No tratamento de resultados, os dados que foram coletados são categorizados e se tornam objetivos para que, se necessário, estabeleça tabelas de resultados (BARDIN,1977).

Para análise dos resultados foram adotadas as bases de dados Scielo e Pepsic, ambas, utilizando os mesmos descritores. Contudo, os descritores pesquisados foram divididos em dois grupos, para responder aos objetivos do estudo: descritores I - usados para atuação do psicólogo hospitalar no contexto do autismo e descritores II - para apresentar a leis referente ao autismo nesse mesmo contexto. Sendo assim, os descritores I utilizados foram: “AUTISMO and HOSPITAL”; “PSICÓLOGO and AUTISMO and HOSPITAL” e “PSICÓLOGO and AUTISMO” e os descritores II foram: “LEIS and AUTISMO”; “LEIS and AUTISMO and BRASIL” e “POLÍTICAS PÚBLICAS and AUTISMO”. Assim, para o primeiro grupo foram selecionados os artigos que abordavam o autismo em contexto hospitalar, nos idiomas português, inglês e espanhol e sem delimitação de ano do artigo. Na segunda categoria, foram selecionados os artigos que tratavam das políticas públicas envolvendo as pessoas autistas no ambiente hospitalar, nos idiomas português, inglês e espanhol, sem delimitação de ano para os artigos.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados ao total 6 artigos para análise dos dados, conforme tabela abaixo. Os artigos foram separados por categorias pois segundo Bardin (1997), ao classificar os resultados em categorias assume uma investigação do que há em comum entre os resultados. Assim, com esses elementos estabelecidos é possível agrupá-los. Foram separados em quatro categorias: diagnose; desenvolvimento; ambiente hospitalar e reabilitação.

Tabela 2 - Resultados

CATEGORIA	TÍTULO	PROPOSTA
<b>Diagnose</b>	Transtorno autista em pacientes do Fundo Nacional de Saúde de Cochabamba, janeiro de 2013 a 2015	Revisitação de casos clínicos no Fundo Nacional de Saúde Hospital Obrero Nº 2 de Cochabamba
	Caracterização clínica e situação atual de pacientes com Síndrome de Asperger de 0 a 16 anos, atendidos na Fundação Liga Central Contra a Epilepsia e no Hospital da Misericórdia em Bogotá, Colômbia	Achados clínicos na Fundação Liga Central Contra a Epilepsia e Fundação Hospital da Misericórdia de 2004 a 2007.
<b>Desenvolvimento</b>	Detecção precoce nos transtornos do espectro do autismo: uma decisão responsável por um melhor prognóstico.	Estudo descritivo e retrospectivo tendo como população de referência crianças com diagnóstico

		de TEA atendidas em uma fundação da cidade, especialista na intervenção de quadros TEA
	Descrição e análise exploratória de dois modelos de atendimento aos transtornos do espectro do autismo em crianças e adolescentes em idade escolar na área de Mancha Centro	Estudo observacional, que explora as diferenças entre os dois modelos de atenção: escolas especiais (SS) e hospital dia (HD).
<b>Ambiente hospitalar</b>	Retrato de uma vida contida: estudo de um caso de autismo com internação prolongada.	O caso clínico escolhido se refere a uma paciente abandonada pela família, com forte e constante estado de auto agressividade, que passou 21 anos internada no hospital público cearense de referência.
<b>Reabilitação</b>	Políticas para o autismo no Brasil: entre a atenção psicossocial e a reabilitação	O artigo objetiva analisar as divergências apresentadas pelas partes interessadas no processo atual de formulação da política pública para o autismo no Brasil.

Fonte: BERAZAIN, PAZ, 2015; CAMARA et al, 2011; FLOREZ, 2014; OLIVEIRA et al, 2017; PASCUAL et al, 2011; SAMPEDRO-TOBON et al, 2013

#### 4.1 DIAGNOSE

Nessa categoria, conforme tabela acima, dois artigos focaram nas questões de diagnose do autismo em contexto hospitalar. Os estudos apontam que o diagnóstico precoce do TEA é de extrema importância para que se tenha um bom prognóstico. (BERAZAIN, PAZ, 2015; FLOREZ, 2014). Silva, Gaiato e Reveles (2012), autores da psicologia comportamental, entrem em concordância com o estudo explicando que quanto menor a criança, a estrutura cerebral está maleável e mais propensa de promover mudanças estruturais por isso a intervenção precoce traz uma boa perspectiva de vida dessas crianças.

Goulart e Assis (2002) reiteram a importância do analista do comportamento no desenvolvimento de instrumentos que seriam mais eficazes para detecção desse transtorno de forma precoce. Uma vez que se identifica o autismo, as respostas positivas aos tratamentos tendem a serem mais altas devido a plasticidade neuronal mais ativa nessa fase, que possibilita maior desenvolvimento (BRASIL, 2013; GOULART, ASSIS, 2002; LIMA, LIMA, 2019) e mesmo que o diagnóstico precoce seja o indicado um melhor prognóstico, as intervenções em ABA têm uma grande eficácia em jovens e adultos com

TEA.

Externo a psicologia comportamental, a Psicanálise não concorda com a ideia de um diagnóstico na infância por entender que essa criança ainda não se desenvolveu o suficiente e que recusar-se a fechar esse diagnóstico não é ignorar seu sofrimento, mas evitar criar uma rotulação desse sujeito (SANTOS, MACHADO, DOMINGUES, 2020); e a medicina em seus estudos de casos reafirma que o diagnóstico precoce é importante pois se pode intervir em antes que se tenha a cristalização de sintomas (CANUT et. al, 2014)

## 4.2 DESENVOLVIMENTO

Os dois estudos dessa categoria apontam, o tema central, o desenvolvimento das pessoas com TEA para que seja feito um diagnóstico preciso e uma intervenção eficaz. Os autores reforçam que aquele que compartilha o dia a dia com a criança com TEA tem a total importância para se identifique alterações do comportamento e desenvolvimento dessa criança. (SAMPEDRO-TOBON, et al, 2013).

Ao longo do tempo a concepção do autismo tem mudado. No início dos estudos do autismo era vinculado o transtorno a uma falta de vínculo afetivo dos pais e depois mudou-se para a concepção neurobiológica do autismo, que traz a causa como algo orgânico (SAMPEDRO-TOBON, et al, 2013). Independente da origem, diversos autores pontuam aspectos que são características do Transtorno do Espectro Autista como: a dificuldade na comunicação social, interesses e comportamentos que são específicos e uma alta ou baixa reação a estímulos sensoriais. (COSTA, SOUZA, 2020; GUERRA et al, 2019; GUERRA, VERDU, 2020; MONTEIRO et al, 2020; PASCUAL, et al, 2011).

Apesar dessas constatações, alguns autores da teoria psicanalítica trazem um novo olhar sob esse mesmo fenômeno. Eles apontam “[...] nos quadros de autismo, algo no percurso da constituição psíquica falha, fazendo com que o sujeito passe a se implicar de forma diferente no mundo, principalmente na sua relação com a linguagem” (SANTOS, MACHADO, DOMINGUES, 2020, p. 332) Mas contra essa normatização do diagnóstico, eles defendem que os analistas não devem colocar o autista nessa posição objetificada e atentar-se a escuta sobre aquele sujeito (SANTOS, MACHADO, DOMINGUES, 2020).

Cristo (2009), da teoria humanista, revisita Carl Rogers e relata que até por uma simples mensagem apresentada, dá-se para ouvir o mais profundo clamor de uma pessoa, com isso a autora complementa sobre a comunicação que se é reportada ao mundo que os autistas vivem, no qual ninguém busca entendê-los, não escutando, assim eles vão perdendo um pouco de esperança ao tentar se comunicar e fechando-se em seu mundo no qual é único lugar que podem compartilhar suas experiências.

### 4.3 AMBIENTE HOSPITALAR

Essa categoria traz um estudo que relata a rotina de trabalho dos profissionais de saúde, vivenciada no âmbito hospitalar no cuidado a uma paciente autista. Ao longo do tempo em que ela esteve internada, muitos foram os esforços da equipe para auxiliá-la, porém com baixo sucesso. O estudo foi feito com base na coleta dos dados dos prontuários e brevemente pode-se observar a tentativa da psicóloga em tentar realizar com que ela socializasse. A terapeuta ocupacional e a psicóloga trabalharam de forma muito similar tentando estimular através de atividades do dia a dia, mas conforme foi passando o tempo ela foi perdendo seu repertório e se comunicava de uma forma infantilizada e com muitos gritos (CAMARA et al, 2011).

Esses esforços não foram em vão, o autismo tem seus comprometimentos e é possível que ao longo da vida as pessoas com esse transtorno possam transitar no espectro, então mesmo que os treinos de intervenções sejam positivos pode haver regressões no desenvolvimento esperado devido as complicações do próprio transtorno (LEAR, 2004). Como trouxeram, e já citado no tópico 4.2, Goulart e Assis (2002), o psicólogo precisa estar atento nesses contextos para que se crie instrumentos tanto para diagnose, mas para intervenção, que possibilitará uma melhor intervenção.

Visto que faz pouco tempo da Reforma psiquiátrica no Brasil, socialmente há um estigma e um discurso de normatização das pessoas com sofrimentos mentais. Nunes, Juca, Valentim, (2007) em seu estudo mostra que há uma dificuldade para as equipes, especificamente a de saúde da família, em lidar com casos de saúde mental que chegam à atenção primária. Quando houve a reforma, estabeleceu-se critérios que, contrariamente ao modelo hospitalocêntrico, entendia essas pessoas de forma integral com ênfase no psicossocial, logo, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) se tornaram um dispositivo estratégico que auxiliava essas pessoas na reintegração com a sociedade, dentro da sociedade, com suas famílias e com um trabalho interdisciplinar. Isso contrapôs o modelo anterior de modos asilar, uma equipe multidisciplinar que era muito fragmentada em ações.

Então, esses autores, apesar da reforma psiquiátrica, fizeram o estudo e entenderam que uma das dificuldades dos profissionais de saúde em lidar com saúde mental passa pela falta de conhecimento da reforma, falta de capacitação e alguns estigmas que está atrelado ao cotidiano de vida e trabalho desses profissionais. Isso retratou na atenção primária, que é a porta de entrada, no que refere à atenção terciária, os relatos são escassos (NUNES, JUCA, VALENTIM, 2007).

#### 4.4 REABILITAÇÃO

Nessa categoria, o único estudo está voltado a reabilitação das pessoas autistas. O artigo pontua a diferença de abordar o cuidado com as pessoas autistas em dois documentos do governo. Pois segundo eles, a cartilha de diretrizes está muito voltada a reabilitação da pessoa com TEA entendendo-a como uma deficiência enquanto o documento de linha de cuidado aborda o autismo como um transtorno mental que merece um olhar voltado ao psicossocial. (OLIVEIRA et al, 2017). Onzi e Gomes (2015) reforçam que a reabilitação se trata de um conjunto de orientação de forma que a recuperação não se retém só pela parte física, mas também psicológica almejando a reintegração social do indivíduo.

Após o diagnóstico, vem a busca de uma forma de tratamento que buscará a reabilitação dessas pessoas com TEA. A reabilitação, segundo Batista (2012), é um processo global que trará recuperação psicológica e física com sua finalidade de que ele seja reintegrado a sociedade. Das formas de tratamento, há diversas como: Psicoterapia Comportamental; Terapia Cognitiva Comportamental; Musicoterapia; Terapias de Integração Sensorial e Análise do Comportamento Aplicada. Cada pessoa com TEA reagirá diferente a cada intervenção, mas foi destacado as intervenções que tem uma grande participação da Psicologia Comportamental, pois segundo os autores são as mais indicadas para reabilitação desse público (LEAR, 2004; ONZI, GOMES, 2015; SILVA, GAIATO, REVELES, 2012).

Os autores que são contrários a esse modelo que, segundo eles, criam normativas e precocemente cria um estigma sobre o sujeito, propõem uma intervenção que se ouça o sujeito em sua particularidade e não haja de uma forma invasiva ao lidar com ele (SANTOS, MACHADO, DOMINGUES, 2020). E por fim, os psicólogos humanistas apontam que a fala é uma forma de organizar o mundo, entretanto essa linguagem das pessoas com TEA não é percebida ou verdadeiramente entendida pelas pessoas típicas, que não se esforçam em escuta-las, por isso apenas uma escuta verdadeira poderia dar acesso a esse mundo particular (CRISTO, 2009). Entretanto, na intervenção em ABA, há uma elaboração de um plano terapêutico que, chamados de currículos, irá intervir, em cada pessoa com TEA, de acordo com a necessidade específica de cada um (LEAR, 2004).

As terapias em análise do comportamento aplicada têm critérios para que se estabeleçam treinamentos de habilidades. Como exemplo temos o ensino de identificação das expressões faciais e, consecutivamente, ajuda na imitação de expressões faciais. Trata-se de uma habilidade importante, mas para que isso seja

ensinado a pessoa com TEA deve-se entender o contexto que ela está inserida (PRADI, SILVA, BELLON, D'ORR, 2020).

Então entendendo que é possível inserir essa habilidade através do conceito de “[...] condicionamento operante através do qual a frequência de um comportamento aumenta ou diminui pelas consequências que o comportamento produz.” (MATOS, 2018, p. 4). Esse ensino vai depender de critérios anteriores que permitem esse aprendizado e isso é feito através da avaliação inicial para entender o que necessita melhorar e aprender (MATOS, 2018).

Preferencialmente essas intervenções devem ser o mais cedo como já mencionamos nos tópicos anteriores. E que se tenha uma continuidade das aplicações dos treinos de habilidades em contextos distintos para estabelecer a generalização. (LEAR, 2004).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por fim, pode-se considerar que o trabalho do psicólogo não está muito bem delimitado quando se trata da atuação com autismo no hospital. E isso se deve a uma falta de clareza de como atender as pessoas com TEA nesse espaço. Nos artigos selecionados aponta-se muito a função do profissional de saúde no geral, sem especificar o trabalho do psicólogo, pois esse público necessita de uma rede de apoio. Foi constatado que o psicólogo, comumente, pode ser uma porta de entrada para o autista no sistema único de saúde, pois é a partir dele que pode ser feito o diagnóstico (GOULART, ASSIS, 2002) e mediante o resultado positivo para o TEA, esse profissional auxiliará a família e o paciente (BRASIL, 2013), mas no que diz respeito a atuação desse mesmo profissional quando a pessoa com TEA é encaminhada ao setor terciário com outras queixas, não é encontrado protocolos específicos para abordagem desses pacientes.

Não houve achados, no que se refere a políticas públicas aos autistas no hospital, isso reforça a falta de investimento e preocupação com esse público. No Brasil, a lei nº 10.216, aborda a proteção e direitos de indivíduos com de transtornos mentais e orienta sobre o modelo de assistencial em saúde a esse público, mas não se trata do autismo especificamente. O autismo necessita ser olhado, e os psicólogos precisam ser capacitados e especializados, promovendo qualidade no esclarecimento e cuidado desses indivíduos, como propôs Sampedro-Tobon (2013). Pois essa categoria de profissionais é constantemente buscada como uma esperança para aquelas famílias que os buscam.

## **REFERÊNCIAS**

APA, Associação de Psiquiatria Americana. **DSM-5: Manual de Diagnóstico e**

**Estatístico de Transtornos Mentais**. 5, Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <<http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>> Acesso em: 20 set. 2020.

AZEVEDO, Adriano Valério dos Santos; CREPALDI, Maria Aparecida. A Psicologia no hospital geral: aspectos históricos, conceituais e práticos. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 33, n. 4, p. 573-585, Dec. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v33n4/0103-166X-estpsi-33-04-00573.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Isabela Barbosa do Rêgo; DA FONTE, Renata Fonseca Lima. Estereotípias motoras e linguagem: aspectos multimodais da negação no autismo. **Rev. bras. linguist. apl.**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 745-763, Dec. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-63982016000400745&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982016000400745&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 junho de 2020.

BARROS, Isabela Barbosa do Rego; DA FONTE, Renata Fonseca Lima; DE SOUZA, Ana Fabrícia Rodrigues. Ecolalia e gestos no autismo: reflexões em torno da metáfora enunciativa. **Forma y Función**, v. 33, n. 1, p. 173-189, 2020. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/formayfuncion/article/download/84184/73612>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. Deficiência, autismo e psicanálise. **A PESTE: Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia**, v. 4, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/apeste/article/viewFile/22113/16222>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

BERAZAIN, Cinthya Andia; PAZ, Gunther. Trastorno Autista en pacientes de la Caja Nacional de Salud de Cochabamba, Enero 2013 al 2015. **Rev Cient Cienc Méd**, Cochabamba, v. 18, n. 1, p. 5-9, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.org.bo/pdf/rccm/v18n1/v18n1\\_a02.pdf](http://www.scielo.org.bo/pdf/rccm/v18n1/v18n1_a02.pdf)> Acesso em: 17, out, 2020.

BRASIL, Constituição. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2020.

BRASIL, Ministério da saúde. **Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)**. Brasília, 2013. Disponível em: <[https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_atencao\\_reabilitacao\\_pessoa\\_a\\_utismo.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_pessoa_a_utismo.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da saúde. **ABC do SUS: Doutrinas e Princípios**. Brasília. Secretaria nacional de assistência à saúde, 1990. Disponível em: <[http://www.farmacia.alegre.ufes.br/sites/farmacia.alegre.ufes.br/files/field/anexo/abc\\_d\\_o\\_sus\\_-\\_doutrinas\\_e\\_principios.pdf](http://www.farmacia.alegre.ufes.br/sites/farmacia.alegre.ufes.br/files/field/anexo/abc_d_o_sus_-_doutrinas_e_principios.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde-SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm)>. Acesso

em: 02 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria de consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. *Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde*. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 set. 2017. Disponível em: <[https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-05/10\\_portaria\\_de\\_consolidacao\\_n\\_2\\_2017\\_contratualizacao\\_cosems.pdf](https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-05/10_portaria_de_consolidacao_n_2_2017_contratualizacao_cosems.pdf)>. Acesso em 02 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha\\_cuidado\\_atencao\\_pessoas\\_transtorno.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2020.

CALAZANS, R.; MARTINS, C. R. Transtorno, sintoma e direção do tratamento para o autismo. **Estilos da Clínica**, [S. l.], v. 12, n. 22, p. 142-157, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/estic/article/view/46022/49647>>. Acesso em: 27 out. 2020.

CAMARA, Yzy Maria Rabelo et al. Retrato de uma vida contida: estudo de um caso de autismo com internação prolongada. **Rev. Mal-Estar Subj.** Fortaleza, v. 11, n. 2, p.751-777, 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v11n2/12.pdf>>. Acesso em: 17, out, 2020.

CANUT, Ana Carolina Andrade et al. Diagnostico Precoce do Autismo. **Revista de Medicina e Saúde de Brasília**, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://bdttd.ucb.br/index.php/rmsbr/article/viewFile/4254/3132>> Acesso em: 13 nov. 2020

COSTA, Malena Russelakis Carneiro; SOUZA, Carlos Barbosa Alves de. Aquisição de intraverbais em crianças com autismo: efeitos do pareamento de estímulos e respostas ecóicas. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 31, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pusp/v31/1678-5177-pusp-31-e190061.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2020.

CRISTO, Dorotéa Albuquerque de. A construção de uma relação de ajuda com portadores da Síndrome do Autismo. **Rev. NUFEN**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 79-92, ago. 2009. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-25912009000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912009000100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 16 nov. 2020.

DA SILVA, Márcia Fernandes Borges. Diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista – TEA: Definição de critérios e considerações sobre a prática. **Revista Especialize Online IPOG** - Goiânia - Ano 9, Edição nº 15 Vol. 01 julho/2018. Disponível em: <<https://ipog.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/marcia-fernandes-borges-da-silva-psflo002-1211541.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2020.

FERRAZ, Luciana Gomes. BARBOSA, Leopoldo Nelson Fernandes. FRANÇA, Zenaide Rodrigues da Costa Melo. Caracterização de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista atendidas em um hospital escola no Nordeste do Brasil, [S.I.], 2016.

Disponível em: <

[http://higia.imip.org.br/bitstream/123456789/447/1/Artigo%20Final\\_Luciana%20Gomes%20Ferraz.pdf](http://higia.imip.org.br/bitstream/123456789/447/1/Artigo%20Final_Luciana%20Gomes%20Ferraz.pdf)>. Acesso em 12, set. 2020.

FLOREZ, Ricardo Andrés Naranjo. Caracterización clínica y estado actual de los pacientes con Síndrome de Asperger de 0 a 16 años, atendidos en la Fundación Liga Central Contra la Epilepsia y el Hospital de la Misericordia de Bogotá, Colombia. **Nova**, Bogotá, v. 12, n. 21, p. 41-55, jan. 2014. Disponível em:

<<http://www.scielo.org.co/pdf/nova/v12n21/v12n21a04.pdf>>. Acesso em: 16. out. 2020.

GOULART, Paulo. ASSIS, Grauben José Alves de. Estudos sobre autismo em análise do comportamento: aspectos metodológicos. **Rev. bras. ter. comport. cogn.**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 151-165, dez. 2002. Disponível em

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-55452002000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452002000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 out. 2020

GUERRA, Bárbara Trevizan et al. Ensino de Ecoico em Pessoas com Transtorno do Espectro Autista: Revisão Sistemática de Literatura. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 691-708, Dec. 2019. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/pdf/rbee/v25n4/1413-6538-rbee-25-04-0691.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2020.

GUERRA, Bárbara Trevizan; VERDU, Ana Cláudia Moreira Almeida. Ensino de Comportamento Verbal Elementar por Exemplos Múltiplos em Crianças com Autismo. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 40, e185295, 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v40/1982-3703-pcp-40-e185295.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2020.

LEAR, Kathy. **Ajude-nos a aprender: Um Programa de Treinamento em ABA (Análise do Comportamento Aplicada) em ritmo auto estabelecido** – 2. ed.

Comunidade Virtual Autismo no Brasil, Toronto, Ontario – Canada, 2004. Disponível em:

<<http://www.autismo.psicologiaeciencia.com.br/wp-content/uploads/2012/07/Autismo-ajude-nos-a-aprender.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2020.

LIMA, Patrícia Oliveira, LIMA, Vera Helena Barbosa. A CRIANÇA COM DIAGNÓSTICO DE AUTISMO NA CONTEMPORANEIDADE. **CADERNOS DE PSICOLOGIA**, 2019.

Disponível em:

<<https://seer.cesjf.br/index.php/cadernospsicologia/article/download/1974/1272>> Acesso em: 17, jun. 2020.

MATOS, Rosana do S. Pinheiro. As Dificuldades de Aprendizagem em Pessoa com Autismo e as Contribuições da Análise do Comportamento Aplicada-ABA. **Journal of Specialist**, v.4, p.3-20, Out-Dez, 2018. Disponível em:

<<http://www.journalofspecialist.com.br/jos/index.php/jos/article/download/119/74>>.

Acesso em: 20 set. 2020.

MONTEIRO, Manuela Albernaz et al. AUTISM SPECTRUM DISORDER: A SYSTEMATIC REVIEW ABOUT NUTRITIONAL INTERVENTIONS. **Rev. paul. pediatri.**, São Paulo, v. 38, 2020. Disponível em: <[https://www.scielo.br/pdf/rpp/v38/pt\\_1984-0462-rpp-38-e2018262.pdf](https://www.scielo.br/pdf/rpp/v38/pt_1984-0462-rpp-38-e2018262.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2020.

MOREIRA, Márcio Borges; DE MEDEIROS, Carlos Augusto. **Princípios básicos de análise do comportamento**. 2 ed, Artmed, 2018. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582715161/cfi/6/2!/4/2/4@0:15.3>>

> Acesso em: 02 nov. 2020.

NUNES, Mônica; JUCA, Vlândia Jamile; VALENTIM, Carla Pedra Branca. Ações de saúde mental no Programa Saúde da Família: confluências e dissonâncias das práticas com os princípios das reformas psiquiátrica e sanitária. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 2375-2384, out. 2007 Disponível em:

<<https://www.scielo.br/pdf/csp/v23n10/12.pdf>> Acesso em: 14 nov. 2020.

OLIVEIRA, Bruno Diniz Castro de et al. Políticas para o autismo no Brasil: entre a atenção psicossocial e a reabilitação. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 707-726, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/physis/v27n3/1809-4481-physis-27-03-00707.pdf>>. Acesso em: 17, out, 2020.

ORTIZ, Bruna Rafaela de Assis; GIGUER, Fabiana Faria; GRZYBOWSKI, Luciana Suárez. Pacientes com limitação na comunicação verbal: prática do psicólogo na UTI. **Psicol. hosp. (São Paulo)**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 42-62, jul. 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ph/v14n2/14n2a04.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2020.

ONZI, Franciele Zanella; GOMES, Roberta de Figueiredo. Transtorno do Espectro Autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 12, n. 3, 2015. Disponível em:

<<http://univates.br/revistas/index.php/cadped/article/download/979/967>> Acesso em: 09, nov. 2020.

PASCUAL, Ana Maria Jimenez et al. Descripción y análisis exploratorio de dos modelos de atención de los Trastornos de Espectro Autista en los niños y adolescentes en edad escolar del Área Mancha Centro. **Rev. Asoc. Esp. Neuropsiq.**, Madrid, v. 31, n. 4, p. 631-646. 2011. Disponível em: <<http://scielo.isciii.es/pdf/neuropsiq/v31n4/03.pdf>> Acesso em: 17, out, 2020.

PASSOS, Jonatas. Quem tem medo de Análise Funcional?. **Comporte-se**, 2016. Disponível em: <<https://www.comportese.com/2016/05/analisefuncional>> Acesso em: 02 out. 2020.

PRADI, Thiago, SILVA, Luciano, BELLON, Olga R. P., D'ORJA, Gustavo M. S. Ferramentas de computação visual para apoio ao treinamento de expressões faciais por autistas: uma revisão de literatura. **Anais do XLIII Seminário Integrado de Software e Hardware** (p. 140-151). SBC, 2020. Disponível em:

<<https://ojs.sbc.org.br/index.php/semish/article/view/9525>>. Acesso em: 16, maio e 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Editora Feevale, 2013. Disponível em <[https://drive.google.com/file/d/1lp5R-RyTrt6X8UPoq2jJ8gO3UEfM\\_JJd/view](https://drive.google.com/file/d/1lp5R-RyTrt6X8UPoq2jJ8gO3UEfM_JJd/view)> Acesso em 20 set. 2020.

ROSI, Fernanda Stange; LUCERO, Ariana. Intervenção precoce x Estimulação precoce na clínica com bebês. **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 174-193, jun. 2018. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0101-48382018000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-48382018000100009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 nov. 2020.

SAMPEDRO-TOBON, María Elena et al. Detección temprana en trastornos del espectro autista: una decisión responsable para un mejor pronóstico. **Bol. Med. Hosp. Infant. Mex.** México, v. 70, n. 6, p. 456-466, 2013. Disponível em:

<<http://www.scielo.org.mx/pdf/bmim/v70n6/v70n6a6.pdf>>. Acesso em: 16. out. 2020.

SANTOS, Jessica; MACHADO, Letícia Vier; DOMINGUES, Eliane. Um olhar psicanalítico acerca do autismo. **Estilos da Clínica**, v. 25, n. 2, p. 322-338, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/160616/163145>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular. Entenda o Autismo**. Rio de Janeiro: Editora Fontana, 2012. Disponível em: <[https://www.academia.edu/download/62628020/Ana\\_Beatriz\\_Barbosa\\_Silva\\_-\\_Mundo\\_Singular\\_-\\_Entenda\\_o\\_Autismo20200331-44233-2qmjq8.pdf](https://www.academia.edu/download/62628020/Ana_Beatriz_Barbosa_Silva_-_Mundo_Singular_-_Entenda_o_Autismo20200331-44233-2qmjq8.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2020.

YOSHIDA, Elisa Medici Pizão et al. Psicoterapia psicodinâmica breve: estratégia terapêutica e mudança no padrão de relacionamento conflituoso. **Psico-USF (Impr.)**, Itatiba, v. 14, n. 3, p. 275-285, Dec. 2009. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712009000300004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712009000300004)>. Acesso em: 03 nov. 2020.

## **O IMPACTO DO DIVÓRCIO NAS CRIANÇAS: A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO PARA O DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL**

Gabriela Loureiro Alvarenga<sup>1</sup>, Livia Gava de Souza Pimenta<sup>1</sup>; Aduino Barcellos de Carvalho Neto<sup>2</sup>

1 – Acadêmicos do curso de Psicologia – Centro Universitário Multivix Vitória

2 – Professor do curso de Psicologia – Centro Universitário Multivix Vitória

### **RESUMO**

O divórcio é um processo que encerra a relação conjugal, afetando toda família, principalmente os filhos. O presente artigo teve como objetivo realizar o estudo aprofundado sobre os impactos do divórcio na saúde física, cognitiva e psicossocial das crianças envolvidas na família desfeita. Através de revisão de literatura narrativa com abordagem de cunho qualitativo, demonstrou que o acompanhamento psicológico é essencial para a manutenção do bem-estar da criança de pais divorciandos ou divorciados. Os resultados indicam que o respeito e o diálogo dos pais ao fim da relação conjugal, possibilitam um melhor enfrentamento desse processo e contribuem para o desenvolvimento saudável dos filhos.

**Palavras-chave:** Divórcio; Crianças; Acompanhamento psicológico; Desenvolvimento saudável.

### **INTRODUÇÃO**

O divórcio não termina com a família, mas a modifica. Forma-se uma nova configuração familiar, deixando de existir a relação conjugal e mantendo-se a parentalidade. Isto é, o rompimento do vínculo é entre o casal, o que permanece é a responsabilidade dos genitores com os filhos (NAZARETH, 2013).

A ruptura matrimonial refere-se a uma fase de grande intensidade emocional. É um momento de transição da vida familiar, marcada por inúmeras mudanças que envolvem a necessidade de reorganizações estruturais, processuais e socioemocionais dos envolvidos, que parece estar associada também aos níveis de ajustamento de todos os membros pertencentes àquela família (LAMELA; FIGUEIREDO, 2016).

Destaca-se ainda que o divórcio seja marcado por uma variedade de emoções como decepção, raiva, traição, dor, culpa, medo, tristeza e perdas, a maneira como um casal se comporta durante a separação acarreta danos muito maiores nos filhos do que o próprio divórcio (WEBB; OUSKY, 2017).

Família é a instituição mais importante da sociedade humana. (SILVA, 2016). A família é o primeiro grupo social ao qual a criança pertence e é a partir daí que surgem

---

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia Professor do Centro Universitário Multivix – Vitória.

novos vínculos que podem afetar de inúmeras formas, na aprendizagem, na formação da identidade do sujeito e na maneira de se relacionar socialmente (ALMEIDA, 2011).

Consoante o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD), a família tem o dever de assegurar a efetivação dos direitos concernentes à vida, à saúde, à educação, à dignidade, ao respeito, e à convivência familiar e comunitária. Neste sentido, a qualidade da relação dos pais é de grande importância para o bem-estar da criança, visto que os conflitos contínuos entre os pais podem acarretar mudanças e prejuízos em diferentes âmbitos: na saúde mental da criança, em seu rendimento escolar, no desenvolvimento da linguagem e da autonomia, na concepção do eu, etc. (RODRIGUES, 2010).

Desta forma, o estudo tem como objetivo geral demonstrar que o acompanhamento psicológico infantil nos casos de divórcio permite que os danos decorrentes dos conflitos familiares possam ser reduzidos ou até mesmo suprimidos.

A partir disso, foi realizada uma pesquisa com levantamento de artigos bibliográficos, sobre a importância do acompanhamento psicológico de crianças que estão dentro de uma relação de separação conjugal. Para tanto, será analisado como ocorre o acompanhamento psicológico nesses casos e como os responsáveis devem agir diante do divórcio para que o impacto nos menores sejam o menor possível ou até mesmo inexistente.

Portanto, este trabalho usará artigos já existentes no intuito de contribuir para uma revisão bibliográfica da atuação do psicólogo no contexto da ocorrência do divórcio bem como quais são os impactos que poderão ser causados na vida das crianças nos casos em que não há o cuidado de acompanhamento psicológico e quais danos poderão surgir.

## **MÉTODO**

O método se refere a uma pesquisa de revisão narrativa de literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo. Segundo Cordeiro et al. (2007), a revisão narrativa é considerada a revisão exploratória, na qual não há a definição de critérios explícitos e a seleção dos artigos é feita de forma arbitrária, não seguindo uma sistemática, em que o autor pode incluir documentos conforme o seu viés, logo, não há preocupação em esgotar as fontes de informação.

Segundo Strauss e Corbin (2008, p. 23 *apud* GIL, 2021) as pesquisas qualitativas, a rigor, referem-se a qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Gil (2022) ensina que as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Ademais, elas podem ser elaboradas também

com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc.

Foram utilizadas as bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciência da Saúde (LILACS), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSiC), RedAlyc, Science Direct e Scientific Eletronic Library Online (SciELO), nos quais foram utilizados os seguintes descritores: acompanhamento psicológico, crianças, desenvolvimento infantil, dissolução conjugal, divórcio, filhos, impactos psicológicos e separação conjugal.

Destaca-se que a seleção dos artigos científicos desta pesquisa ocorreu entre os meses de agosto a novembro de 2022, sendo os critérios de inclusão utilizados para a escolha da pesquisa, artigos científicos dos últimos 15 (quinze) anos (2008-2022) disponíveis na íntegra, bem como livros e revistas científicas que abordassem o tema em questão.

Após a busca de artigos que correspondessem ao assunto pesquisado, excluindo-se os artigos anteriores ao ano de 2008, foram encontrados 33 (trinta e três) artigos científicos que se enquadravam ao tema proposto. Dessa forma, através da leitura desses artigos, foram selecionados 10 (dez) artigos que enfatizaram os impactos do divórcio nas crianças e a importância do acompanhamento psicológico para o desenvolvimento saudável das mesmas.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **FAMÍLIAS DIVORCIADAS**

O divórcio é um acontecimento social que põe termo ao casamento e aos efeitos civis do matrimônio religioso, representando a ruptura do casal e afetando toda a família (BRASIL, 2002).

Na linguagem comum, significa dissenso, desavença, discordância ou desacordo, o qual foi introduzido no Brasil em um contexto histórico-político-social que deixou de ser apenas um núcleo econômico e de reprodução passando a ser regulado essencialmente pelo amor e afeto (PEREIRA, 2016).

Com o crescimento significativo do divórcio nos últimos anos observou-se que a dissolução do casamento passou a ser objeto de estudos científicos pela sua complexidade e impactos na sociedade (JURAS; COSTA, 2011).

A relação parental é imprescindível na vida dos filhos e de seus pais, vez que nunca se acaba. Por esta razão, a família, como instituição base das relações humanas tem especial proteção na Constituição Federal em seu artigo 226 (BRASIL, 1988).

A princípio é importante ressaltar que, segundo Roseiro, Paula e Mancini (2020) o contexto familiar é um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento dos indivíduos, de modo que sua dinâmica, recursos e características são vistos como fatores de forte influência nos desdobramentos vitais, principalmente durante a infância e adolescência.

Consoante ensina Almeida (2011) a família é considerada o primeiro modelo de referência da criança, conforme se observa a seguir:

A família é o grupo primário do qual o indivíduo participa. Sua dinâmica impõe determinados tipos de vínculos particulares, vínculos esses que irão interferir na formação da identidade do sujeito - somando-se aos fatores genéticos e sociais - , como também na sua modalidade de aprendizagem, que vai se formando de acordo com as primeiras aprendizagens no âmbito familiar, sendo modelada ao longo da vida. Ao analisar o ambiente social familiar com suas interações e a forma como ocorreram as primeiras aprendizagens da criança, será possível inferir sobre como o conhecimento circula na família. A modalidade de aprendizagem se constrói pelo modo como os ensinantes reconheceram e desejaram a criança como sujeito aprendente e a significação que o grupo familiar deu ao ato de conhecer. Por esse motivo, o sujeito jamais poderá ser considerado, dentro da perspectiva psicopedagógica, fora do seu campo familiar (p. 202).

Brito e Arízaga (2019) entendem que o divórcio dos pais em algumas crianças, faz surgir sentimentos de medo que afetam o seu desenvolvimento social, ou seja, essas crianças são, muitas vezes, vistas como antissociais por não conseguirem manter amizades duradouras.

Desse modo, compreender as relações entre pais e filhos implica em: considerar o contexto e os ciclos constitutivo, organizador e produtor das próprias relações familiares; reconhecer a instabilidade e a imprevisibilidade dessas relações ao longo do tempo, bem como identificar os possíveis impactos do fim matrimonial para os filhos (OLIVEIRA; CREPALDI, 2018).

## **IMPACTO DO DIVÓRCIO NAS CRIANÇAS**

É sabido que o divórcio representa uma série de mudanças na vida de todos os familiares, sendo considerado um evento conflituoso que pode ocasionar mal-estar psicológico no casal e nos filhos (ROSEIRO; PAULA; MANCINI, 2020).

O divórcio, como um momento de transição familiar, representa um campo vulnerável para o desenvolvimento saudável das crianças. Isto porque, o contexto familiar pós-divórcio contribui para uma alteração financeira e estrutural, diminuindo o suporte parental ocasionado pelo menor contato com o genitor não residente (ROSEIRO; PAULA; MANCINI, 2020).

Diante do litígio conjugal, observam-se constantes conflitos permeados por brigas, descontinuidade no cuidado básico com os filhos, estratégias ineficazes de resolução e ausência de diálogos pacíficos entre os divorciandos o que provoca, na maioria das

vezes, sofrimento psicológico para os filhos, podendo comprometer o desenvolvimento físico, social e mental em diferentes níveis (SANTOS, 2015).

Vale ressaltar que, diante desse contexto, deve-se observar o princípio do melhor interesse da criança, o qual necessita ser priorizado pelo Estado, pela sociedade e pela família. Tal princípio está fundamentado no art. 227 da Constituição Federal o que confirma a absoluta prioridade dos direitos das crianças. Por esta razão, deverá ser assegurado o bem-estar dos filhos do ex-casal durante o processo de divórcio.

Somado a isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, em seu artigo 3º, a proteção integral dos direitos fundamentais das crianças que são: o pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Ademais, o divórcio obriga as crianças a se adaptarem a nova realidade que é imposta em sua vida sem ao menos estarem preparadas psicologicamente para enfrentar as adversidades entre os seus pais.

O divórcio representa um processo de ruptura que deixará marcas para o resto da vida, principalmente dos filhos, visto que, por mais que as reações frente a essa situação possam ser diferentes para as crianças, ela acaba por gerar um verdadeiro conflito emocional, acarretando em implicações nos comportamentos bem como nos níveis de ansiedade das mesmas (GAIDZINSKI; NUERNBERG; SPIDO; JERÔNIMO, 2014).

Nesse sentido, os filhos de casais divorciados ou em processo de separação são afetados em diferentes dimensões: física, cognitiva e psicossocial. No que diz respeito a esses contextos, menciona-se os seguintes impactos: problemas no autoconceito e na autoestima, mudanças na rotina do sono e da alimentação, dificuldades de aprendizagem, sentimento de tristeza, culpa e abandono, transtornos (depressão e ansiedade) e agressividade (GAIDZINSKI; NUERNBERG; SPIDO; JERÔNIMO, 2014; NEGRÃO; GIACOMOZZI, 2015).

Desta forma, acredita-se que os divórcios, na maioria das vezes, são situações traumáticas para os filhos dos ex-cônjuges, porque a disputa pela guarda torna-se uma questão emocional, motivada por vingança e brigas pessoais. As consequências psíquicas para os menores são avassaladoras e muitas vezes são acompanhadas de sequelas por toda a vida. Nesse momento, surgem os casos de alienação parental, os quais ocasionam transtornos psicológicos imensuráveis para os filhos em disputa (SILVA, 2011).

## **ALIENAÇÃO PARENTAL E SAÚDE MENTAL DA CRIANÇA**

A alienação parental acontece quando o genitor alienador, normalmente o que detém a guarda do menor, se utiliza de diversas estratégias para manipular o filho com o objetivo de bloquear, impedir ou até destruir os laços afetivos com o outro genitor, consoante dispõe a Lei 12.318 de 2010 em seu artigo 2º:

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Maria Berenice Dias (2013) afirma que a alienação parental é “nada mais do que outro genitor, narrando maliciosamente fatos que não ocorreram ou não aconteceram conforme a descrição feita pelo alienador”.

A síndrome da alienação parental é bem delineada pelo autor Douglas Freitas (2015):

Trata-se de um transtorno psicológico caracterizado por um conjunto sintomático pelo qual um genitor, denominado cônjuge alienador, modifica a consciência de seu filho, por meio de estratégias de atuação e malícia (mesmo que inconscientemente), com o objetivo de impedir, obstaculizar ou destruir seus vínculos como o outro genitor, denominado cônjuge alienado. Geralmente, não há motivos reais que justifiquem essa condição. É uma programação sistemática promovida pelo alienador para que a criança odeie, despreze ou tema o genitor alienado, sem justificativa real (p. 24).

Os ensinamentos de Claudia Pellegrini (2022) indicam a constante participação dos filhos nos conflitos dos pais, em suas palavras “a serviço de uma batalha que não lhe concerne”. A partir daí percebe-se o impacto psicológico causado nas crianças que passam a somatizar no corpo, sintomas decorrentes da dinâmica familiar conflituosa.

Informa-se que a saúde mental da criança deve ser protegida, principalmente durante o divórcio, quando a família fica desestruturada. Para isso, deve-se recordar que a infância é a primeira fase do desenvolvimento psíquico e físico a qual deve ter maior atenção para que as crianças não desenvolvam alguma patologia. (SILVA; GONÇALVES, 2016)

Nessa linha de raciocínio, é importante mencionar que durante a primeira infância o amadurecimento cerebral acontece em uma velocidade maior que as demais fases do desenvolvimento. Assim, nota-se a necessidade de um ambiente familiar saudável, sem conflitos, de forma a possibilitar estímulos que, além de estabelecer uma boa relação entre a criança e o meio, também auxilia no desenvolvimento de habilidades físicas, cognitivas, linguísticas, sociais e emocionais (TEIXEIRA; LÔBO; DUARTE, 2016).

O ambiente no qual a criança está inserida é potencialmente socializante, a criança aprende na interação com as pessoas e com todo o ambiente que a cerca e, através desse contato, podem-se gerar padrões nas relações afetivas de maneira sólida e

duradoura, além de mudanças em seu mundo interno (TEIXEIRA; LÔBO; DUARTE, 2016).

O processo de desenvolvimento de um indivíduo se dá de maneira complexa, sendo resultado de uma série de influências de origem hereditária (traços inatos ou herdados dos pais) e do ambiente interno e externo (PAPALIA *et al.*, 2013), o que se apresentam como aspectos importantes para se compreender o desenvolvimento humano. Segundo Cró e Pinho (2011, p.2), “falar em desenvolvimentos significa falar de uma mudança qualitativa, de uma alteração de comportamentos e atitudes”, de modo que:

O desenvolvimento pessoal e social abrange as aptidões necessárias para a criança compreender e lidar com seus sentimentos, interagir com outras pessoas e afirmar-se como pessoa. Esse desenvolvimento baseia-se no seu relacionamento com os pais e outras pessoas, abrange o que ela pensa de si mesma, como aprendiz, e o seu sentido de responsabilidade perante si e os outros.

Para Feldman e Papalia (2013), a criança é vulnerável ao seu ambiente e suas relações. Nesse sentido, a família, como primeiro grupo social do qual a criança faz parte, apresenta-se como o alicerce do desenvolvimento humano dos filhos, visto que, um ambiente, quando proporciona condições favoráveis à criança, possibilita a formação de modelos que vão acompanhá-la em suas relações futuras, além de serem essenciais para o seu desenvolvimento social e emocional.

Portanto, é indiscutível que cada membro que faz parte da família exerce um papel vital no desenvolvimento saudável da criança, ou seja, mudanças abruptas na base familiar podem afetar diretamente o crescimento físico, a concepção do eu, a autonomia, além do desenvolvimento cognitivo e da linguagem (CUNHA; RODRIGUES, 2010).

## **A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO PARA A REESTRUTURAÇÃO DA CRIANÇA DURANTE E APÓS O DIVÓRCIO**

Promover a saúde mental vai muito além do tratamento de transtornos psicológicos, representa a criação de condições que beneficiem o indivíduo para um desenvolvimento psicológico adequado, possibilitando sua competência, resiliência e qualidade de vida (ALMEIDA, 2019).

Há diversas formas de definir o acompanhamento psicológico, desde a admissão de concepções generalistas focadas na exposição do processo de acompanhamento sem mencionar abordagens psicológicas, ou entendimentos que partem de uma abordagem teórica para explicar o que representa esse processo (SCORSOLINI-COMIN, 2014).

O acompanhamento psicológico, também conhecido como psicoterapia pode ser entendido como:

Um método de tratamento que utiliza meios psicológicos, em especial a comunicação verbal, mediante os quais um profissional treinado – o terapeuta – busca deliberadamente influenciar um cliente ou paciente, que o procura com a finalidade de obter alívio para um sofrimento de natureza psíquica.

A psicoterapia também tem-se preocupado com objetivos que extrapolam o âmbito da psicopatologia e do sofrimento psíquico propriamente ditos ao procurar estimular o desenvolvimento pessoal e o melhor aproveitamento das capacidades pessoais do indivíduo, em especial no âmbito das relações humanas, com o objetivo de atingir um grau maior de aprimoramento e de satisfação pessoal (CORDIOLI, p. 26, 2019).

A preocupação com o desenvolvimento saudável da criança exige, principalmente, nos casos de pais divorciandos, um olhar mais atento para o seu sofrimento. Assim, faz-se necessário o acompanhamento psicológico com um profissional capacitado que esteja preparado para lidar com as diferentes demandas que podem surgir no atendimento infantil, voltado, principalmente, para o bem-estar da criança e para a redução de prejuízos à sua saúde física e psíquica (SANTOS, 2015).

Atenta-se ao fato de que os problemas psicológicos são, muitas vezes, consequência do acúmulo de acontecimentos que ocorreram na vida da pessoa, o próprio divórcio afeta substancialmente o emocional da família desfeita. No que concerne as crianças ou adolescentes filhos do casal que está se separando a atenção ao cuidado psicológico deve ser ainda maior, principalmente por estarem em processo de amadurecimento e formação de personalidade.

Trindade e Molinare (2011) citam Maldonato para relatar que o tumulto emocional causado pelos pais que estão se divorciando, necessariamente se transmite para a relação com os filhos. Acrescenta que os sentimentos de raiva e vingança que transpassa o casal que está se desfazendo acabam por envolver os filhos que sofrem ainda mais tensão e sobrecarga do divórcio.

Nessa linha de raciocínio deve-se lembrar da comum ocorrência do transtorno de ansiedade de separação sofrido pelos filhos do ex-casal, caracterizada pelo Manual de Diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5) como “o medo ou a ansiedade excessivos envolvendo a separação de casa ou de figura de apego”.

Segundo o DSM-5, essa separação gera sofrimento excessivo recorrente ante a ocorrência ou previsão de afastamento de casa ou de figuras importantes de apego, além de terem medo ou relutância persistente em ficar sozinhos ou sem as figuras importantes de apego em casa ou em outros ambientes.

Diante disso, é cristalina a importância de conversar com os filhos para deixar claro que não haverá abandono dos pais no cuidado com os filhos e muito menos que as crianças são as causadoras do divórcio dos pais (TRINDADE; MOLINARI, 2011).

Nota-se, assim, que o acompanhamento psicológico é primordial para as crianças ou adolescentes em que os pais estão em processo de divórcio, principalmente para

auxiliar na aceitação da nova formação familiar e rotina que se iniciará, com os pais em casas diferentes.

Maria Luiza Fonseca Pinto (2019) mencionando a psicóloga Ana Paula Fontebom destaca os benefícios do acompanhamento psicológico:

O atendimento psicológico tem a finalidade de tratar questões de cada sujeito em sua singularidade, assuntos relacionados a seus sentimentos, acontecimentos de sua vida cotidiana, de seu passado, presente, de seus sonhos e desejos. O psicólogo ajuda o paciente a falar sobre seus problemas e a lidar melhor com momentos de dificuldades e doenças.

São muitas as dificuldades que podem ocorrer ao longo da vida de um ser humano, o atendimento psicológico pode auxiliar em situações de medos, inseguranças, depressão, ansiedade, irritabilidade, explosões de raiva, incertezas, alterações de humor, dificuldades em tomar decisões, pensamentos repetitivos e angustiantes, pensamentos de morte, dificuldades nos relacionamentos, timidez, compulsão por comida, bebida ou drogas, sensação de estar sendo perseguido, momentos de luto, divórcio, desemprego, doença física, entre outros. Lembrando que o atendimento psicológico é válido para todas as idades (p.7).

Portanto, é nítida a importância do papel do profissional de psicologia ao validar e proporcionar um espaço de expressão do sofrimento da criança, além de auxiliar no desenvolvimento da resiliência da mesma. Isto é, a resiliência se refere à capacidade que um indivíduo tem de agir de maneira a antecipar os eventos estressores, superando crises e adversidades eventuais que podem ou que já ocorreram, como o próprio divórcio.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

**Tabela 1 – Critérios de inclusão dos artigos**

	<b>Autores</b>	<b>Ano</b>	<b>Título do artigo</b>	<b>Base de dados</b>
1.	BOLSONI-SILVA; VILLAS BOAS	2009	A relação entre ex-cônjuges e entre pais e filhos após a separação conjugal.	SCIELO
2.	HOMEM	2009	Fatores protectores e de vulnerabilidade na adaptação emocional e académica dos filhos ao divórcio dos pais.	PSICOLOGIA
3.	CUNHA; RODRIGUES	2010	O desenvolvimento de competências psicossociais como fator de proteção ao desenvolvimento infantil.	PEPSIC
4.	HACK; RAMIRES	2010	Adolescência e divórcio parental: continuidades e rupturas dos relacionamentos.	SCIELO
5.	RAPOSO et al.	2011	Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais.	SCIELO

6.	TRINDADE; MOLINARI	2011	Divórcio: do processo psicológico, do luto e dos efeitos na criança.	REVISTA DO MP/RS
7.	SANTOS	2013	Os efeitos no divórcio na família com filhos pequenos.	PSICOLOGIA.PT
8.	SANTOS et al.	2013	Divórcio dos pais: até que ponto isso interfere negativamente nos filhos que estão em fase de desenvolvimento.	CADERNOS DE GRADUAÇÃO
9.	LAMELA; FIGUEIREDO	2016	Co-parentalidade após a dissolução conjugal e saúde mental das crianças: uma revisão sistemática.	SCIELO
10.	BRITO; ARÍZAGA	2019	Quando os pais se divorciam: Como isso afeta emocionalmente os filhos da idade infantil?	REDALYC

**Fonte: Produzido pelas autoras**

Através das discussões realizadas, a priori, os estudos sugerem que crianças de pais divorciados ou que estão em processo de divórcio, são mais vulneráveis a prejuízos ao longo do seu desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial do que aquelas de pais não divorciados. Os filhos de pais divorciados, segundo Bolsoni-Silva e Villas Boas (2009), são mais propensos a desenvolver depressão, ansiedade, agressividade e diversas dificuldades, tanto a curto como em longo prazo.

Os autores<sup>3</sup> demonstraram que a dissolução conjugal é um processo estressante, permeado de conflitos potencialmente danosos que podem provocar um grau de instabilidade considerável na vida dos indivíduos, independentemente de idade. Segundo Santos (2013), toda separação causará danos ou perdas para a criança que se encontra adaptada ao convívio e a estrutura familiar.

Vale ressaltar ainda que essa modificação do núcleo familiar posiciona essa criança diante de situações que, além de gerar estresse, desgastam emocionalmente a criança, dificultando a sua adaptação e superação ao divórcio dos pais. Por esta razão, faz-se importante um relacionamento saudável e estável entre os pais durante e após o processo de divórcio, pois isso possibilitará um melhor ajustamento da criança à separação bem como para o bem-estar dos filhos (RAPOSO *et al.*, 2011).

Os estudos nos permitiram uma investigação e compreensão mais profunda de

<sup>3</sup> BOLSONI-SILVA E VILLAS BOAS (2009); HOMEM (2009); CUNHA E RODRIGUES (2010); HACK E RAMIRES (2010); RAPOSO (2011); TRINDADE E MOLINARI, (2011); SANTOS (2013); SANTOS *et al.* (2013); LAMELA E FIGUEIREDO (2016); BRITO E ARÍZAGA (2019).

como os impactos do divórcio afetam a vida de crianças e adolescentes. Essas investigações convergem em relação aos riscos que a dissolução conjugal representa para as crianças. Os resultados encontrados<sup>4</sup> sinalizam o divórcio como um evento multifacetado que ocorre ao longo do tempo e que é responsável por uma diversidade de problemas emocionais, acadêmicos e de comportamento na vida de crianças e adolescentes.

O professor Paulo Lôbo (2022) define o princípio do melhor interesse da criança da seguinte forma:

O princípio do melhor interesse significa que a criança – incluído o adolescente, segundo a Convenção Internacional dos Direitos da Criança – deve ter seus interesses tratados com prioridade, pelo Estado, pela sociedade e pela família, tanto na elaboração quanto na aplicação dos direitos que lhe digam respeito, notadamente nas relações familiares, como pessoa em desenvolvimento e dotada de dignidade. (p. 82)

Constitucionalmente, o princípio em tela está previsto no artigo 227 que estabelece ser obrigação da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente os direitos positivados na Carta Magna com “absoluta prioridade”. Assim, o superior interesse da criança deve ser respeitado pela sua dignidade como pessoa humana em formação.

A lei 8.069/90 (ECRIAD) foi redigida com base na Constituição Federal, uma vez que já assegurava os direitos apregoados no estatuto. Assim, tal lei incorporou-se ao ordenamento jurídico brasileiro com o fim de corroborar a importância que a criança e o adolescente têm na sociedade e demonstrando o quanto eles devem ser protegidos.

Desta feita, depreende-se que tanto o ECRIAD quanto à CF/88 estão preocupados com o bem-estar da criança, com seu desenvolvimento físico, mental e espiritual e para isso garantem os direitos expostos nas mesmas.

Ressalta-se que as relações antes, durante e após o divórcio são cruciais na determinação das consequências no desenvolvimento de ordem mental das crianças. Isto porque, as dificuldades de afeto, de relacionamento, a falta de controle dos filhos, bem como a ausência de um dos pais interferirá na saúde mental de suas crianças.

---

<sup>4</sup> BOLSONI-SILVA E VILLAS BOAS (2009); HOMEM (2009); CUNHA E RODRIGUES (2010); HACK E RAMIRES (2010); RAPOSO et al., (2011); TRINDADE E MOLINARI, (2011); SANTOS (2013); SANTOS et al., (2013); LAMELA E FIGUEIREDO (2016); BRITO E ARÍZAGA (2019).

Neste contexto, os estudos demonstraram a importância do trabalho dos profissionais da psicologia que possibilitam a validação da expressão do sofrimento das crianças para que possam intervir na dinâmica familiar de modo a favorecer o bem-estar dos filhos e minimizar os efeitos negativos do divórcio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse sentido, para elucidar as considerações finais deste estudo, observou-se que os autores entendem que pais e mães divorciados apresentam muitas dificuldades em manter uma relação parental saudável após o divórcio, envolvendo-se em brigas e discussões constantes, as quais, muitas das vezes, as crianças estão presentes. Esses conflitos parentais geram impactos negativos à saúde mental das crianças, estas que necessitam de suporte para enfrentar essa situação da melhor maneira possível e que, na maioria das vezes, são negligenciadas pelos próprios pais.

Compreende-se que a ruptura da relação conjugal deve ser objeto de estudo tanto no que tange aos divorciandos quanto aos seus filhos para que possa encontrar a melhor forma de intervir para minimizar os danos decorrentes do divórcio. Para tanto é necessário o acompanhamento psicológico da família desfeita, principalmente, em razão da saúde mental da criança e do adolescente envolvido.

Os resultados indicam que o divórcio gera mudanças na estrutura e dinâmica das famílias divorciadas. Assim, os pais podem contribuir para evitar e/ou reduzir os impactos negativos decorrentes da separação, através do diálogo e da atenção, bem como da orientação realizada por um profissional capacitado, possibilitando um espaço de ressignificação dessas vivências.

Somado a isso, o psicólogo poderá auxiliar os pais a lidarem com os sentimentos vivenciados pelos filhos, contribuir na promoção de um melhor diálogo entre eles, possibilitar à criança um espaço de escuta, na qual possa compartilhar os seus sentimentos, medos e receios com os pais e, como consequência, minimizar os impactos negativos do divórcio.

Assim, a conduta da Psicologia, como atuação profissional, tem o papel fundamental de orientar a família desfeita quanto às consequências do divórcio na vida dos familiares envolvidos. A atuação desses profissionais deve concentrar-se em individualizar cada família, com suas peculiaridades, agravantes e atenuantes, visando o

bem-estar da família que está se desfazendo, possibilitando um cuidado integral.

É importante salientar ainda que, diante do que foi exposto anteriormente, o profissional de Psicologia deve, inicialmente, identificar os possíveis fatores de risco, os sinais e os sintomas durante e após o divórcio para se desenvolver um plano de cuidados voltados aos aspectos psicológicos do casal em processo de divórcio e dos filhos que vivem a separação dos pais.

A partir dos resultados obtidos, evidencia-se a necessidade do acompanhamento psicológico para essas famílias, especialmente as crianças, visto que elas são mais afetadas durante o processo de divórcio. Além disso, é crucial que os profissionais de psicologia estejam preparados para lidarem com as múltiplas facetas de cada indivíduo, levando em conta seus aspectos emocionais e psicossociais e, ainda, adotando estratégias preventivas e promotoras de saúde e qualidade de vida para essas famílias.

O psicólogo deve, ainda, auxiliar a criança a desenvolver a sua capacidade de resiliência de modo a superar não só o divórcio em si, mas sim, estar preparada para lidar com outras situações difíceis que possam surgir, seja elas oriundas do divórcio ou não. Sem dúvida, o profissional de psicologia possui um papel fundamental nesse processo, informando, orientando e mediando a relação entre os pais e a criança, além de auxiliar na prevenção de outros agravamentos à saúde da mesma, minimizando os impactos negativos do divórcio a curto e longo prazo.

Assim, a pesquisa possibilitou o estudo e aprofundamento dos prejuízos do divórcio na saúde mental da criança e, ainda, evidenciou a importância do acompanhamento psicológico como um aliado no desenvolvimento saudável dos filhos. Apesar disso, observou-se a escassez de pesquisas científicas voltadas para essa problemática. Por fim, o presente trabalho pode ser de grande relevância para pesquisas futuras voltadas não só, mas principalmente, à saúde mental da criança envolvida no processo de divórcio.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana Paula Decnop de. Quando o vínculo é doença: a influência da dinâmica familiar na modalidade de aprendizagem do sujeito. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 28, n. 86, p. 201-213, 2011. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862011000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000200011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 04 out. 2022.
- ALMEIDA, Roberto Santoro et al. **Saúde mental da criança e do adolescente**. - 2. ed., p. 201 - Barueri [SP]: Manole, 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520462096/pageid/217>>.

Acesso em: 01 out. 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - **APA**. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. **Lei 10.406, 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm)>. Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. **Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de julho de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm)>. Acesso em: 19 out. 2022.

BRITO, Jeanneth Salvador; ARÍZAGA, Lorena Boderó. Quando os pais se divorciam: Como isso afeta emocionalmente os filhos da idade infantil? **Revista multidisciplinar de pesquisa científica**, vol. 3, nº 28, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5732/573263327007/html/>>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRITO, Leila Maria Torraca de. Família pós-divórcio: a visão dos filhos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 32-45, mar. 2007. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932007000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 01 out. 2022.

CORDIOLI, Aristides Volpato; GREVET, Eugenio Horacio. **Psicoterapias: abordagens atuais** [recurso eletrônico]. – 4. ed.– Porto Alegre: Artmed, 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582715284/epubcfi/6/8>>. Acesso em: 03 out. 2022.

CRÓ, M. DE L.; PINHO, A. M. A primeira infância e a avaliação do desenvolvimento pessoal e social. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 56, n. 1, p. 1-11, 15 jul. 2011. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/1545/2599>.

CUNHA, Natália; RODRIGUES, Marisa Cosenza. O desenvolvimento de competências psicossociais como fator de proteção ao desenvolvimento infantil. **Est. Inter. Psicol., Londrina**, v. 1, n. 2, p. 235-248, jun. 2010. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-64072010000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072010000200008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 out. 2022.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 9. ed. rev., atual. e ampl. de acordo com: Lei 12.344/2010 (regime obrigatório de bens); Lei 12.398/2011 (direito de visita dos avós). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

ESTEVES, Darcília Lopes Queiroz.; RODRIGUES, Patrícia Mattos Amato. A mediação familiar como método adequado ao tratamento dos casos de alienação parental. **Revista Vianna Sapiens**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 25, 2022. DOI: 10.31994/rvs.v13i1.883. Disponível em: <https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/883>. Acesso em: 26 out. 2022.

FREITAS, Douglas Phillips. **Alienação parental: comentários à Lei 12.318/2010**. 4ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

GAIDZINSKI, C. P.; NUERNBERG, D.; SPIDO, P. M.; JERÔNIMO, R. N. T. A resiliência infantil no divórcio dos pais sob o olhar de professores do ensino fundamental. **Revista de Ciências Humanas**, v. 48, n. 1, p. 20, 2 abr. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. – Barueri, SP. Atlas, p. 42, 2022. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/epubcfi/6/10>>.

Acesso em: 28 set. 2022.

GRZYBOWSKI, L. S. e WAGNER, A. O envolvimento parental após a separação/divórcio. **Psicologia: Reflexão e Crítica** [online]. 2010, v. 23, n. 2, pp. 289-298. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000200011>>. Acesso em: 03 out. 2022.

\_\_\_\_\_. Casa do Pai, Casa da Mãe: A Coparentalidade após o Divórcio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 77, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/17444>>. Acesso em: 28 set. 2022.

HACK, Soraya Maria Pandolfi Koch; RAMIRES, Vera Regina Röhnelt. Adolescência e divórcio parental: continuidades e rupturas dos relacionamentos. **Psicologia Clínica** [online]. 2010, v. 22, n. 1, pp. 85-97. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-56652010000100006>>. Acesso em: 05 out. 2022.

HOMEM, Tatiana Carvalho; CANAVARRO, Maria Cristina; PEREIRA, Ana Isabel Leite de Freitas. Factores protectores e de vulnerabilidade na adaptação emocional e académica dos filhos ao divórcio dos pais. **PSICOLOGIA**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 7–25, 2009. Disponível em: <<https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/315>>. Acesso em: 05 out. 2022.

JURAS, Mariana Martins; COSTA, Liana Fortunato. O divórcio destrutivo na perspectiva de filhos com menos de 12 anos. **Estilos da clínica**. São Paulo, v. 16, n. 1, p. 222-245, jun. 2011. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71282011000100013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282011000100013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 out. 2022.

LAMELA, Diego; FIGUEIREDO, Bárbara. **Co-parentalidade após a dissolução conjugal e saúde mental das crianças: uma revisão sistemática**. J Pediatr (Rio J). 2016; 92(4):331-342. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/jped/a/38gQ9qGpxwfRZPTcdPznSfs/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

LIMA, M. DA S.; GALVÃO, K. K. L.; LOPES, A. P. Os impactos psicológicos e sociais do divórcio nos/as filhos/as pequenos/as. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - ALAGOAS**, v. 6, n. 3, p. 101–101, 8 jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/9888>. Acesso em: 14 set. 2022.

LOBÔ, Paulo. **Direito Civil: famílias**. 12. ed. Vol. 5. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.

MONTEIRO, M.; SANTOS, S. Os efeitos do divórcio na família com filhos pequenos. 2013. **Psicologia**. PT. O portal dos psicólogos. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0342.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2022.

NAZARETH, Eliana Riberti. Família e divórcio. In: CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. **Família e ...: comunicação, divórcio, mudança, resiliência, deficiência, lei, bioética, doença, religião e drogadição**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. p. 26.

NEGRAO, Natalia Tsunemi; GIACOMOZZI, Andréia Isabel. A separação e disputa de guarda conflitiva e os prejuízos para os filhos. **Liberabit Revista de Psicologia**. Lima, v. 21, n. 1, p. 103-114, janeiro 2015. Disponível em <[http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1729-48272015000100010&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1729-48272015000100010&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 05 out. 2022.

OLIVEIRA, J. L. A. P., & Crepaldi, M. A. (2018). Relação entre o pai e os filhos após o divórcio: revisão integrativa da literatura. **Actualidades En Psicología**, 32(124), 91–109. Disponível em: <<https://doi.org/10.15517/ap.v32i124.29021>>. Acesso em: 05 out. 2022.

PAPALIA, Diane E; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. Tradução: Carla Filomena Marques Pinto Vercesi... [et al.] Revisão técnica: Maria Cecília de Vilhena Moraes Silva... et. al. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PELLEGRINI, Claudia Pretti Vasconcellos. Um corpo que fala: o lugar do sintoma da

criança nos litígios parentais. **Revista IBDFAM: Família e Sucessões**. v. 52 (jul./ago.). Belo Horizonte: IBDFAM, 2022.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Divórcio: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PINTO, Maria Luiza Fonseca. A importância do acompanhamento psicológico às crianças que vivem sob guarda compartilhada em famílias de classes sociais distintas. **Conteúdo Jurídico**. Brasília-DF: 10 out 2019. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/53572/a-importancia-do-acompanhamento-psicologico-s-criancas-que-vivem-sob-guarda-compartilhada-em-familias-de-classes-sociais-distintas>>. Acesso em: 19 out 2022.

RAPOSO, H. S., FIGUEIREDO, B. F. C., LAMELA, D. J. P. V., NUNES-COSTA, R. A., CASTRO, M. C., & PREGO, J. (2011). Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. **Revista Psiquiatria Clínica**, 38(1), 29-33. Disponível em: <[doi.org/10.1590/S0101-60832011000100007](https://doi.org/10.1590/S0101-60832011000100007)>. Acesso em: 28 set. 2022.

ROSEIRO, Claudia Paresqui; PAULA, Kely Maria Pereira de; MANCINI, Camila Nasser. Estresse e enfrentamento infantil no contexto do divórcio parental. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 72, n. 1, p. 55-71, abr. 2020. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672020000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 out. 2022.

SANTOS, A. F. B. et al. Divórcio: consequências no desenvolvimento emocional dos filhos. **Revista Conexão Eletrônica**, Três Lagoas, v. 14, n.1, p. 1-8, 2017. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/48674365-Divorcio-consequencias-no-desenvolvimento-emocional-dos-filhos.html>>. Acesso em: 17 set. 2022.

SANTOS, E. P.; CRUZ, D. C. M.; DE SANTANA, E. C.; BARBOSA, L. P.; SILVA, S. Q. da C.; SILVA, S. R. S.; BARBOSA, V. L. Divórcio dos pais: até que ponto isso interfere negativamente nos filhos que estão em fase de desenvolvimento. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 124-134, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/975>>. Acesso em: 05 out. 2022.

SANTOS, M. R. R. dos. O Sofrimento da Criança na Vivência da Disputa de Guarda no Contexto da Justiça. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. pp. 25-37, 2015. Disponível em: <[https://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1647-8614\\_48-1\\_2](https://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1647-8614_48-1_2)>. Acesso em: 22 out. 2022.

SANTOS, Mariana Monteiro Silva. Os efeitos no divórcio na família com filhos pequenos. **Psicologia**. PT. O portal dos psicólogos. Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0342.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2022.

SCORSOLINI-COMIN, F. 2014. Aconselhamento psicológico e psicoterapia: aproximações e distanciamentos. **Contextos Clínicos**, 7(1):2-14. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.71.01>>. Acesso em: 28 set. 2022.

SILVA, Denise Maria Perissini da. **Guarda compartilhada e síndrome de alienação parental: o que é isso?** 2.ed. revista e atualizada. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2011.

SILVA, Isabella Thays Ortiz; GONÇALVES, Charlisson Mendes. Os efeitos do divórcio na criança. **Psicologia**. PT. O portal dos psicólogos. 2016. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1042.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2022.

SILVA, Paulo Lins e. **O casamento: antes, durante, depois**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.

TEIXEIRA, Alcylanna Nunes; LÔBO, Karla Rossana Gomes; DUARTE, Ana Teresa Camilo. A Criança e o Ambiente Social: Aspectos Intervenientes no Processo de Desenvolvimento na Primeira Infância. **Id on Line Rev. Psic**. V.10, N. 31. Supl 2, Set-Out/2016. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/530>>. Acesso 28 out. 2022.

TRINDADE, Jorge; MOLINARI, Fernanda. DIVÓRCIO: DO PROCESSO PSICOLÓGICO, DO LUTO E DOS EFEITOS NA CRIANÇA. **Revista do Ministério Público do RS Porto Alegre** n. 70 set. 2011 – dez. 2011 p. 167-181. Disponível em: <[http://www.amprs.com.br/public/arquivos/revista\\_artigo/arquivo\\_1325166119.pdf](http://www.amprs.com.br/public/arquivos/revista_artigo/arquivo_1325166119.pdf)>.

Acesso em: 28 set. 2022.

VIEGAS, P. C e RAMIRES, V. R. R. Pré-adolescentes em psicoterapia: capacidade de mentalização e divórcio altamente conflitivo dos pais. **Estudos de Psicologia (Campinas)** [online]. 2012, v. 29, pp. 841-849. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000500020>>. Acesso em: 28 set. 2022.

VILLANOVA, A. B.; NASS, I. R.; DE BRUM, L. F.; KRUEL, C. S.; GUAZINA, F. M. N.; CARLESSO, J. P. P. The implications of divorce in psychoanalytic development in first childhood in the psychoanalytic perspective. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. e3681620, 2019. DOI: 10.33448/rsd-v8i1.620. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/620>>. Acesso em: 1 nov. 2022.

VILLAS BOAS, A. C. V. B.; BOLSONI-SILVA, A. T. **A relação entre ex-cônjuges e entre pais e filhos após a separação conjugal**. In: Tânia Gracy Martins do Valle. (Org.). *Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliação e intervenções*. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica - Unesp, 2009, v. 1, p. 155-175.

WEBB, Stuart G; OUSKY, Roanld D. **O caminho colaborativo para o divórcio**: o método revolucionário que, sem recorrer ao tribunal, resulta em menos estresse, custos menores e crianças mais felizes. Tradução de Alexandre Martins. São Paulo: Instituto Brasileiro de Práticas Colaborativas, 2017.

## **MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E O RACISMO ESTRUTURAL: UMA REVISÃO LITERÁRIA**

Larissa Menezes Leão<sup>1</sup>, Thais Miranda Assini<sup>1</sup>, Thalya Fernanda Ninz da Silva<sup>1</sup>, Adriana Elisa de A. Macedo<sup>2</sup>

1 – Acadêmicos do curso de Psicologia – Centro Universitário Multivix Vitória

2 – Professor do curso de Psicologia – Centro Universitário Multivix Vitória

### **RESUMO**

O estatuto da criança e do adolescente - ECA (1990), foi criado com o objetivo de contrapor o código menorista, e as medidas socioeducativas (MSE's) nasceram dessa luta pela garantia de direitos, a saúde mental, física e social. Falar de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, pressupõe falar de diversidade. Segundo a pesquisadora Kimberlé Crenshaw (2002), interseccionalidade é uma ferramenta analítica para visibilizar as desigualdades sociais que estruturam a nossa sociedade. A autora trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam hierarquizações através de raça, cor, classe social e gênero. Uma recente pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apresentou o perfil racial das mortes violentas. É possível notar que a desigualdade se faz presente. Os dados mostram que 83,6% das vítimas são negras e 15,9% brancas. Estas análises e resultados provocam uma reflexão a respeito da eficácia das políticas públicas de proteção, educação e ressocialização dessas(es) adolescentes, uma vez que a maioria delas(es) em cumprimento de MSE são negras(os). Este artigo visa problematizar como a Medida Socioeducativa de internação, apesar de estar pautada na proteção integral, ainda se concretiza pelo racismo estrutural.

Palavras-chave: Adolescentes; Racismo estrutural; Medida socioeducativa de internação.

### **ABSTRACT**

The status of children and adolescents - ECA (1990) was created with the objective of contraposing the menorlist code, and the socio-educational measures (MSE's) were born from this struggle for the guarantee of rights, mental, physical and social health. Talking about adolescents in compliance with a socio-educational measure presupposes talking about diversity. According to researcher Kimberlé Crenshaw (2002), intersectionality is an analytical tool to visualize the social inequalities that structure our society. The author specifically addresses the way in which racism, patriarchy, class oppression, and other discriminatory systems create hierarchies through race, color, social class, and gender. A recent survey conducted by the Brazilian Public Safety Forum showed the racial profile of violent deaths. It is possible to notice that inequality is present. Data show that 83.6% of the victims are black and 15.9% white. These analyses and results provoke a reflection on the effectiveness of public policies for the protection, education and resocialization of these adolescents, since most of them in compliance with MSE are black. This article aims to problematize how the Socio-educational Measure of hospitalization, despite being based on comprehensive protection, is still realized by structural racism.

Keywords: Adolescents; Structural racism; Socio-educational measure of hospitalization.

### **1. INTRODUÇÃO**

O objetivo desta pesquisa visa explicar a problemática acerca da medida socioeducativa de internação, propondo relacioná-la à eficácia que essa medida possui para a ressocialização das(os) adolescentes, como proposto em lei. Além disso, o presente artigo almeja compreender e refletir sobre o processo de reintegração de

adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação, considerando o impacto do racismo estrutural neste público.

Pensar em saúde necessita de uma avaliação contextual, desde a natureza e o ritmo de vida impostos pela cultura, pela organização do trabalho, até pela vida como as grandes e pequenas cidades se comportam. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946) definiu a compreensão de saúde que quebrou sua concepção para além do organismo como corpo físico, e a dimensionou para as condições psicológicas e para os aspectos sociais, objetivando atingir uma harmonia que proporcionasse o estado ideal do bem estar íntegro. Esta designação de saúde ampliado a um bem-estar físico, mental e social projeta uma grande idealização, retirando a responsabilidade das exigências ‘civis’ construídas historicamente, que induzem o funcionamento social. Essa definição demanda uma problematização do incentivo à categorização de corpos, classificação de doenças, especialização embasadas em patologias, e a consequente medicalização do sujeito.

Com a inserção de uma luta pela equidade de direitos cada vez mais forte, ela se torna ultrapassada e unilateral, por tencionar uma inteireza inatingível numa lógica positivista eurocêntrica. É indispensável, nesse contexto, entender a saúde por meio das relações políticas, sócio históricas, econômicas, direito à qualidade de vida, aspectos inatos do ser humano, dimensões éticas e morais, crenças, direitos e deveres, e as relações dinâmicas que afetam o sujeito. Ribeiro (1989), busca entender que promover a saúde é mais importante do que prevenir ou remediar a doença e o que acontece é que as sociedades propõem um sistema que cuida da doença e não uma sociedade que promova a saúde.

O virar do século surge com o panorama sombrio de uma diminuição crescente da qualidade de vida dos cidadãos derivada do próprio desenvolvimento das sociedades modernas. As doenças ditas da civilização crescem em quantidade. Na maior parte, essas doenças derivam da utilização de comportamentos inadequados por parte dos indivíduos (RIBEIRO, 1989, p. 21)

Foi no século XVII que se deu início a uma classificação das pessoas que fugiam da normativa social, em comportamentos e pensamentos e que indicavam certo “perigo”, com o objetivo de higienizar a sociedade daqueles que a ‘perturbavam’. Se um indivíduo escapava dos padrões de “normalidade”, ele era considerado como um “louco” ou então “improdutivo” socialmente (CORDEIRO et al., 2013). Com a Reforma Psiquiátrica, esse conceito foi mudando, surgindo novos modelos de assistir e dar assistência a quem necessitava. Trata-se de uma democratização e da execução de políticas públicas pautadas nos direitos humanos, visando a construção de uma prática social que não perpetuasse a lógica manicomial.

O Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental reivindicava mudanças no modelo assistencial, que incorpora outros segmentos sociais, os usuários, suas famílias e associações, o que configura num movimento de luta antimanicomial que prega a desinstitucionalização, e focaliza no cuidar das pessoas com transtornos mentais (FREITAS, 2017, p.7)

A reforma psiquiátrica é o resultado de um grande esforço em garantir os Direitos Humanos e a intervenção adequada em problemáticas sociais, um movimento de desinstitucionalização do sujeito. Surge-se uma nova intervenção, viabilizando a “reintegração” e a “ressocialização” dos corpos por meio do cuidado em liberdade e comunitário, que foi o insumo necessário para inaugurações dos centros de atenção psicossocial (CAPS), para que diminuísse as violações de direitos das pessoas em sofrimento mental.

A história dos manicômios mostra como se criou o processo de lidar com o sujeito alienado, estrangeiro a si próprio, descaracterizado como sujeito, alheio. Entende-se por modelo manicomial aquele que se funda na noção de que a experiência psíquica é sinônimo de anormal. Assim, um dos aspectos mais importantes no processo de transformação do modelo manicomial é a superação da patologização da vida e da ideia de que isolar é tratar.

No manicômio coloca-se em funcionamento a regra, a disciplina e o tratamento moral para a reeducação do alienado, através do que se torna possível a construção do conceito de uma subjetividade alienada, desregrada. Ao mesmo tempo, a instituição torna-se o lugar de tratamento e a institucionalização, uma necessidade. (TORRE, et al., 2001, p. 76)

Rotelli (1990) propõe, no lugar do objeto doença mental, o objeto existência-sofrimento do sujeito em sua relação com o corpo social.

Ora, o que caracteriza o século XVII não é o fato de haver ele avançado, menos ou mais rapidamente, pelo caminho que conduz ao reconhecimento do louco, e com isso ao conhecimento científico que se pode ter dele; é, pelo contrário, o fato de tê-lo distinguido com menos clareza; de certo modo, o louco foi absorvido numa massa indiferenciada. Esse século misturou as linhas de um rosto que já se havia individualizado há séculos (FOUCAULT, 2008, p.121).

Essa forma de exercício do poder, denominado de disciplina ou poder disciplinar (Foucault, 1983) é uma maneira de controle que funciona por um processo contínuo de normatização, imposição de normas aos corpos dos indivíduos, que são modelados para se tornarem produtivos. A justificativa de um controle do corpo social se dá pela estratégia de confinamento e ordem para gerar indivíduos eficientes e produtivos, que fazem o sistema funcionar, determinando o produtivo ou a exclusão do improdutivo.

Para Basaglia (1985) essa categorização acaba por influir sobre a ideia que o

doente faz de si mesmo, que através deste processo, o sujeito passa a interagir com seu estigma e só pode comportar-se como corpo doente, como ordena a instituição.

A operação que torna o doente um objeto é a mesma que o desistoriza. A “objetivação” do louco, segundo o autor, impede que ele crie o seu próprio corpo pessoal, tornando-o um corpo institucional. Ao utilizar o mesmo mecanismo, ou seja, a institucionalização, a falta de uma distinção explícita das normas de exclusão para “menores” e “loucos” dificulta a análise das peculiaridades de cada situação e a efetiva superação das consequências dos efeitos nocivos.

Com essa realidade, em proposta de atualizar casas de assistência à saúde, crianças e adolescentes ficaram desassistidas e submetidas a processos de institucionalização que, por décadas, as deixavam invisibilizadas (COUTO, 2004). Promover efetivamente a garantia dos direitos das crianças e das(os) adolescentes exige uma problematização desnaturalizadora e a análise das estruturas e conjunturas produtoras dos “problemas sociais”, por meio de práticas pedagógicas e institucionais democráticas, dialógicas, participativas, descentralizadas, multiprofissionais e transdisciplinares (SIQUEIRA, DELL’AGLIO, 2006). Em outros termos, é necessário uma análise de como foram produzidos os saberes acerca da saúde e a influência do exercício de macro poderes na disciplina dos sujeitos, inclusive na modernidade, e sua classificação do estar ou não sadio.

Para tanto é preciso adotar, como ponto de partida, a legislação atual sobre as políticas de Estado em todos os campos, em especial aquelas voltadas para as crianças e os adolescentes, inclusive denunciando seus limites e suas armadilhas, bem como as manobras políticas que impedem sua implementação, reivindicando seu cumprimento efetivo. Tendo em vista a garantia do direito à saúde, é essencial realizar o recorte da construção histórica relacionada às infâncias e adolescências, considerando que nem toda criança possui infância. Posto isto, nos baseamos em autores pioneiros no estudo desta temática para compreender em que momento as crianças e adolescentes se tornaram visíveis para a sociedade.

Os estudos de Edson Passetti (1983) contribuíram significativamente para o atual conceito de infância. Passetti centralizou sua pesquisa no papel da sociedade e na intitulação de delinquência da criança e da(o) adolescente; sua contribuição não se absteve somente a esse recorte, aprofundou também nas questões que envolvem a parentalidade, trabalho e a influência do movimento industrial.

Uma história de internações para crianças e jovens provenientes das classes sociais mais baixas, caracterizados como abandonados e delinquentes pelo saber filantrópico privado e governamental [...] – deve ser anotada como parte da história da caridade com os pobres e a intenção de integrá-los à vida normalizada.

Mas também deve ser registrada como componente da história contemporânea da crueldade (PASSETTI, 2013, p. 350).

No século XVII havia uma ausência de infância, conhecida nos dias atuais como a inserção da criança em um ambiente pedagógico, familiar e criativo; a sociedade enxergava nas crianças, uma extensão do adulto, diferenciada apenas por sua limitação física nas demandas sociais, visto que o trabalho era uma imposição social desde a Idade Média. Ariès (1981) apontou a necessidade social de desenvolver a criança para servir, trabalhar em favor de alguém. A alta mortalidade e a influência da Igreja na Idade Média trouxe de forma mais impactante a doutrinação para a pureza e racionalidade moral, conseqüentemente relacionando maior apego às crianças. A Igreja promoveu massivamente a associação da imagem de anjos e símbolos de inocência às crianças, neste sentido, a aprendizagem delas passaram a ser responsabilidade da Igreja e não mais dos adultos em prol de trabalhos dentro do sistema de troca feudal. Partindo para compreensão das adolescências, essas não se limitam a questões físicas e biológicas, como a puberdade.

Dayrell (1999) fala sobre os diferentes modos de adolescer, as adolescências no plural, para enfatizar a diversidade dessa existência que possui a mesma estrutura social, pois o uso singular, indiscriminado e naturalizado de adolescência constrói uma compreensão reducionista e homogênea de existências, mascarando seu conceito historicamente construído. O critério biológico não basta, portanto. Num meio inteiramente socializado, as determinações biológicas tomam um sentido social, sem com isso perder sua significação biológica (CHARLOT, 1986).

Segundo Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), essa homogeneização das nossas adolescências se dá pela sobrevivência do comércio no sistema capitalista, que sai em lucro com a globalização e isonomia de produção. Se, por um lado, o modo de produção capitalista traz uma visão universal e homogênea da adolescência, por outro, a “lógica individualista e culpabilizante da subjetivação capitalística vai dizer que o modo como cada um enfrenta e resolve tal fase será determinado pelo próprio indivíduo e por sua capacidade, ou falta dela” (COIMBRA et al., 2005, p.6).

A adolescência concebida como consequência inevitável do desenvolvimento, como período de passagem obrigatório para a vida adulta, sinalizada pelo aparecimento de marcas corporais e significada como uma fase problemática da vida, coloca o adolescente em situação de desvalorização social em relação ao mundo adulto (BOCK, 2007, p. 6).

A autora Maria Tereza Mandelli também enfatiza:

Assumir a multiplicidade em relação à juventude é também assumir um posicionamento que busca retirar o caráter ideológico que atribui veracidade a apenas uma realidade específica e que acaba tornando-se marca do conceito de adolescência (MANDELLI, 2011, p.89)

Com o capitalismo em iminência, o sistema feudal ia sendo substituído por esse sistema econômico, vigente até nos dias atuais. A Burguesia, composta por toda maioria de pessoas brancas que carregam apropriações territoriais por gerações, estruturou uma divisão de acesso a educação, fundamentada na importância de separação entre servos e burgueses, o que embasa críticas atuais sobre a educação elitista e excludente. Citando do livro, 'O que é menor' de Passeti (2013), esta forma de vida capitalista engendrou a família organizada, com objetivo de reproduzir as relações de consumo e troca de mão de obra para a riqueza social, capitaneada pela burguesia até mesmo em seus marcos no séc. XXI.

Em nome da suposta integração social, da ordem, da educação, da disciplina, da saúde, da justiça, da assistência social, do combate ao abandono e à criminalidade, as ações se revezam para consagrar os castigos e as punições em um sistema de crueldades. Se é sabido que a prisão não educa ou integra adultos infratores, ela não deveria servir de espelho para a educação de jovens ou sequer corrigir-lhes supostos comportamentos perigosos (PASSETTI, 2013, p. 364).

Já Ariès afirma que:

Várias instituições foram criadas para as crianças, porém, as instituições voltadas para a caridade foram destinadas às pobres, tornando assim a educação uma questão de classe social; ao segregar as crianças, construíam-se duas categorias: as crianças pobres e as crianças ricas e não apenas crianças (ARIÈS, 1981, p. 196).

O núcleo da família organizada se estabelecia juntamente com as instituições de vigilância, ordem e punição contra a dita desordem. A polarização entre ordem e desordem, construiu e categorizou a sociedade entre favoráveis de gozar-se dos recursos, e aos desfavoráveis, que somente serviam para sobreviver através da troca braçal. Neste sentido, cabe aqui o termo biopoder, criado por Foucault em 1977, como a inevitabilidade da gerência de indivíduos no corpo social e a construção da disciplina. Foucault enfatiza:

Nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento que é, em si mesmo, uma forma de poder e que está ligado, na sua existência e no seu funcionamento, a outras formas de poder. Em contraposição, nenhum saber se exerce sem a extração, a apropriação, a distribuição ou a retenção de um saber (Foucault, 2015, p. 231).

As instituições totais, nomeadas pelo antropólogo Erving Goffman, forjam o

conceito de carreira moral, em que a pessoa estabelece para si, a partir de um processo de socialização, estigmas que são oriundos das instituições. As pessoas ali passam a dialogar com atitudes desviantes, isto é, recebem o rótulo e posteriormente interagem com ele, construindo essa carreira moral. Quanto mais absoluta a privação, mais os bens, pequenos e ilícitos, se tornam “recursos simbólicos” de resistência contra o sistema totalitário, “refúgios para o eu” (GOFFMAN, 1987).

Até os dias atuais, existe um movimento massivo das minorias na luta de uma democracia para o acesso de cuidados à saúde física, mental e à educação, visto isso, uma política de proteção integral à crianças e adolescentes foi conquistada com o objetivo de romper a lógica menorista, predominante entre 1927 e 1979, que era embasada em um pensamento hegemônico dicotômico entre normal e patológico, cura e doença, higiênico e anti-higiênico. A pobreza foi tomada, ainda, como solo de demarcação de dois personagens que constituíram o ponto de mira das estratégias assistenciais e a prioridade das pautas governamentais: o “menor em perigo”, filho da pobreza, material ou afetivamente abandonado; e o “menor perigoso”, cruel e potencialmente delinquente, resultado da pobreza moral (RIZZINI, 2013).

Uma questão que envolve uma parcela tão significativa da população exige a consideração das formas de atenção a essas adolescências, que não são o foco de cuidado e que são, não raras vezes, responsabilizadas pela própria situação e condição (ADORNO, 2002).

Um Mapa de Violência realizado pela Flacso Brasil em 2015, contabilizou os homicídios de adolescentes de 16 e 17 anos, por cor. Foram registrados 66,3 homicídios de adolescentes negros a cada 100 mil. Em relação aos brancos, a taxa foi de 24,2 mortes em 100 mil. Proporcionalmente, morreram quase três vezes mais negros que brancos”, aponta o estudo. Ainda na mesma pesquisa, foi levantado ocorrências graves dentro das unidades que aplicam as MSE de internação. Em 2014, foram registradas 48 mortes de adolescentes em unidades de internação para cumprimento de medida socioeducativa, o que representa uma média de quatro óbitos por mês, o dobro de 2013. A pesquisa também identifica as seguintes causas para as mortes: conflito generalizado, conflito interpessoal, doença crônica, suicídio, morte natural súbita e a categoria outros. Destaca-se que a categoria “outros” foi apontada em 46% dos casos de óbitos, o que pode indicar uma dificuldade do Sistema em registrar essas informações e pouca atuação dos órgãos de fiscalização, monitoramento e controle social (Flacso/Brasil, 2015).

Entende-se que a privação de liberdade da(do) adolescente como forma de responsabilização de danos simbólicos causados ao Estado, acarreta na existência dos diversos problemas citados acima, que provocam o contrário do que propõe a medida

socioeducativa de internação, ou seja, o encarceramento não promove a condução de uma assistência à saúde mental e física, nem tampouco à educação, ainda que ambas sejam preconizadas por lei. Esses espaços afetam a saúde mental em diversas ordens, numa lógica punitivista, que intensifica o sofrimento psíquico por conta da privação de liberdade, do afastamento da família e do convívio social, da violência institucional e outros. Em resultado, assegura-se que as MSE de internação, afetam a saúde mental e física, de todas(os) adolescentes reclusas(os).

Sonia Fleury (2012) assegura que a violência institucional é legitimada pela afirmação das(os) profissionais sobre a necessidade de conduzir com violência para exercer o trabalho, com isso elas(es) não somente negam a constituição, como retratam um sofrimento psíquico e físico degradante. A despeito da gravidade dessas ações e/ou omissões, a violência institucional persiste pois ainda é pouco reconhecida, sendo naturalizada por profissionais e pelas(os) próprias(os) adolescentes, com movimentos discretos e com a sua invisibilidade sob um silêncio perpetuado.

O tema é de suma importância academicamente e socialmente, pois é necessário compreender historicamente a constituição das infâncias, que repercutiu para a criação de políticas públicas atuais, decretos e leis, como o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990).

Para os campos sociais da psicologia, o estudo sobre o tema tem relevância pois amplia os nossos olhares e possibilita a criação de estratégias e ações da Psicologia na execução das políticas públicas, especificamente na área das juventudes, e no que diz respeito às medidas socioeducativas. As adolescências necessitam de atenção e intervenções de políticas públicas eficazes, que sejam promotoras e garantam os direitos à saúde, alimentação, educação, profissionalização, liberdade, dentre outros. A prática das medidas socioeducativas pelos parâmetros do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), objetiva educar, profissionalizar e reintegrar.

## **2. METODOLOGIA**

A metodologia utilizada neste artigo foi por meio de pesquisa qualitativa. Esse modelo de pesquisa “não busca enumerar ou medir eventos, e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise de dados” (NEVES, p. 1, 1996). Em referência a isto, na pesquisa qualitativa, usam-se dados descritivos provenientes do “contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo” (NEVES, 1996). Assim sendo, o trabalho foi realizado através de uma revisão narrativa, pois essa modalidade de pesquisa visa reunir conhecimentos teóricos já consolidados por outros autores e os contextualizar em torno do tema proposto. Nesse tipo de pesquisa “busca-se a

harmonização do conhecimento em torno de aspectos conceituais e empíricos relevantes acerca de um objeto de investigação, caracterizando-se, basicamente, por ser uma síntese teórico-analítica” (FARO, PEREIRA, 2013, p. 103).

Foi feito um levantamento na base de dados CAPES, Scielo e Pepsic para refletir sobre a construção e a condução de uma reintegração das(os) adolescentes em cumprimento de MSE de internação. Posto isto, foram selecionados artigos publicados entre 2011 e 2021, com os seguintes descritores “psicologia e medidas socioeducativas”, “adolescentes e internação”, “instituições e racismo”, “criminalização da pobreza”. Os artigos utilizados nesta pesquisa foram selecionados segundo os critérios: ano, método qualitativo e autores de referência da Psicologia. Foram excluídos os artigos que não contemplam o período dos anos de 2011 a 2021, os descritores citados anteriormente, além de artigos que enfatizam as demais MSE.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

Na década de 80, Ervin Goffman (1987) estudou o encarceramento de pessoas - os 'delinquentes', os 'loucos', jovens em internatos e conventos; ditos na época como os que necessitavam do aprisionamento de corpos. As instituições são estabelecimentos sociais que causam uma interferência psicológica, as modificações do Eu, e que possuem tendência ao fechamento. Já as instituições totais, são locais com um paradoxismo fechado, barreiras em relação ao mundo externo, hierarquia e residência, atividades realizadas em grupo e controle de atividades e tempo. A reclusão é o principal ativo do processo de mortificação do Eu, decerto descaracteriza o sujeito e sua autonomia das pequenas coisas da vida como pensar, estar sozinho e escolher a hora de se deitar.

Essas instituições totais (GOFFMAN, 1987) são estabelecimentos de experimento que causam processos de mudanças, ora o sentido de penitenciária até recentemente utilizado, tem uma lógica retributiva - ser responsável pelo dano causado à sociedade, cria-se uma barreira em que exclui aquela persona dos papéis sociais prestados, através de liturgias ao que Goffman nomeou como processo iniciático de perda de identidade. Isso ocorre inevitavelmente nesse modelo institucionalizante do sujeito, que pode ser interpretado como a principal obstrução que veda o desenvolvimento efetivo da ressocialização. Por mais que haja essa tendência ao descarte de identidades, calha dessas mesmas identidades rescindirem na criminalidade, resistindo ao próprio alívio da cena institucional: provocando as disfunções e falhas das práticas microfísicas de um poder punitivista e uma reeducação moral.

Segundo Batista (2005) o sistema penal consiste num processo pelo qual é realizada a aplicação da lei em decorrência a uma conduta considerada ilícita, adequando

o comportamento desviante do indivíduo às condutas consideradas aprovadas perante a sociedade. Esse processo se compactua através de três esferas: legislativa, executiva e judiciária, por meio de penas e das instituições carcerárias. O sistema penal brasileiro tem se apresentado historicamente como um instrumento de controle social e disciplinar. Ademais, é possível observar que o próprio código pós-abolição foi responsável pela criminalização dos negros, que em 1890 a capoeira é caracterizada como crime, validação do estado para prender determinado grupo (SANTOS, 2008).

Fizemos uma colocação anterior que a desigualdade é o cerne da existência do modo capitalista de produção e é comprovado nas demais teorias científicas aplicadas aos estudos da pobreza. O monopólio industrial e seus impactos sócio geográficos e econômicos, como o Êxodo Rural, teve sua virtude através da industrialização de produção, e que contribuiu para o progressivo empobrecimento de uma parcela expressiva da população. Saliento ainda que, isto não significa que a desigualdade é orgânica ao homem e sim um fenômeno histórico e cultural, sendo a vida em sociedade o seu espaço de criação e desenvolvimento (JUNQUEIRA, 2006).

A expansão do capital internacional, mediante a aplicação dos mercados e a desregulamentação da relação capital-trabalho, resulta em flexibilização ou perda de direitos sociais conquistados e políticas públicas correspondentes. Nesse movimento, a “reforma” do Estado assume centralidade, sendo perseguida a sua redução nos gastos sociais que visaram à satisfação das necessidades das grandes maiorias, pois a prioridade do fundo público é alimentar o mercado financeiro (JUNQUEIRA, 2006, p.24).

De acordo com Rizzini (2013), o processo de criminalização da pobreza iniciou-se com a vinda das oligarquias ao Brasil e sua pauta higienista, embasada na propagação da industrialização e modernização do fenótipo brasileiro. Para uma reforma higiênica social assertiva, o Estado tinha suas preferências de intervenção nas crianças e adolescentes pobres - no significado de corrigir corpos para não perder principiantes ativos e potentes do mercado, tanto de compra quanto de produção. Nessa lógica, deveria peneirar todos os pobres que não estivessem inseridos no mercado capitalista de trabalho, que não fossem corpos úteis e dóceis à produção. Como reflete na atualidade o ditado muito repercutido pela massa conservadora “bandido bom é bandido morto”, originada nos anos de 1980, pela guarda especial do presidente Getúlio Vargas. (LEITÃO, 2014.)

Os que não se encaixavam nesse capital humano, eram considerados “viciosos à pobreza e carência”, tendo em vista que as atividades laborais eram atitudes de nobreza clamada pelo industrialismo – desde a Grécia Antiga, são privilegiados aqueles que podem trabalhar com a mente e gozar-se de lazer, pobres que se permitiam a essas

atividades favorecidas, eram e ainda são vistos como delinquentes e libertinos. Retratando de uma “ameaça coletiva” que deve ser cortada pela raiz, amparada por medidas repressivas, já que são criminosos latentes.

[...] não teria sido possível resolver o problema da acumulação de homens sem o crescimento de um aparelho de produção capaz ao mesmo tempo de mantê-los e de utilizá-los; inversamente, as técnicas que tornam útil a multiplicidade cumulativa de homens acelerarem o movimento de acumulação de capital. (FOUCAULT. 2002, p. 182).

Dessa forma, compreende-se a conectividade que a pobreza, criminalidade e a adolescência das(os) brasileiras(os) se dá pelo fato de estar associada aos padrões de produção, consumo desejáveis e hegemônicos (RIZZINI, 2013). Esses fatos apontados por Iamamoto (2014), sustenta que a criminalidade se intensifica e se particulariza com a legitimação de um Estado repressor e punitivo. Cabe nessas particularidades destinadas à população pobre ser vigiada e controlada, à medida que essa relação se estabelece, a pobreza é legitimada como perigosa, e a intervenção do Estado torna-se incontestável de colocar ordem.

Busca-se considerar o processo de reprodução no seu vir a ser enquanto totalidade histórica não acabada, em processo de realização. Trata-se de um conceito global, que designa um processo complexo, denso de contradições, que não só as repete, mas as reproduz de forma ampliada, desloca-as e as modifica, uma vez que, em sua continuidade, o capitalismo transforma e desagrega-se. A reprodução das relações sociais de produção não se reduz à reprodução dos meios de produção, isto é, da força de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os envolva. (IAMAMOTO, 2014, p.120)

A propagação de valores sobre o que é imposto pelo mercado, promove uma intensa pressão social, tornando essa a exclusão ainda mais seletiva, pela mesma razão, o adolescente pobre é empurrado às consequências dessas condições impostas e por ele vividas. O sociólogo Zygmunt Bauman refere-se a essa lógica de consumo como a sobreposição do ato de comprar ao ato moral. Essa ‘moralidade’ causa um alvoroço na construção da auto-imagem pelo consumo, como uma forma de passe social para ser enxergado. Segundo Bauman, essa racionalidade alimenta a incessante insatisfação singular e a competição pela individualidade exacerbada, mesmo que através de telas - tendo o mínimo contato com a realidade, tornando a felicidade algo artificial. O autor reflete que a constância da insatisfação deriva do excesso e não da falta de escolha, esse excesso pontuado brutalmente como a globalização e objetificação do sujeito. Não se pode escapar do consumo: faz parte do seu metabolismo! O problema não é consumir, é o desejo insaciável de continuar consumindo (BAUMAN, 1998).

A precariedade e o risco passam a ser os principais aspectos da condição da maior parcela da humanidade, dado isso a prepotência de um usufruto instantâneo da satisfação, são logo substituídos por novos prazeres e desejos. Como resultado, a nossa capacidade de tratar o outro com humanidade é reduzida, e a solidariedade se desintegra. Mais uma vez, Bauman aponta a importância dessa criminalização de pessoas classificadas por seu gênero, raça e classe econômica:

A brutalização dos pobres (não necessariamente instigada de maneira intencional, mas avidamente incluída logo que aparece, sutilmente transformada em “interesse público número um”, aumentada e magnificada pela atenção constantemente estimulada dos meios de comunicação) pode também ser encarada como servindo à tarefa de policiar a cena interna (BAUMAN, 2008, p. 71).

A lógica do cuidado em saúde mental que temos hoje, vem de um processo longo e gradativo, mas também recente, como já elucidado acima. Nela aplica-se também uma desigualdade estrutural. Melhorar a saúde e a equidade como uma questão de justiça social implica a promoção, proteção e cumprimento dos direitos humanos. Um dos caminhos propostos é a construção de pontes de análises das causas e distribuição dos problemas de saúde e mortalidade, com o raciocínio ético sobre a justiça social. A partir desse raciocínio ético, como a consideração de que as desigualdades injustas em saúde podem ser evitáveis através de meios razoáveis, podem surgir argumentos para o avanço dos direitos e outros tipos de ação social (VENKATAPURAM et al., 2010).

Em suma, na década de 80 do século 20 existia no Brasil uma forte pressão pelos movimentos em busca pela democracia, não só pela política eleitoral, mas toda a política nacional de liberdade de expressão até ao direito à saúde. Sendo um deles o movimento da Reforma Sanitária, o qual propagava a necessidade de rever as questões de saúde no país e principalmente propor transformações ao acesso à saúde que até então era regulado pelo setor privado (FLEURY, 2012).

Em 1986 a oitava conferência de saúde garantiu o maior marco para a saúde das(os) brasileiras(os), o que impactou na regulamentação de 19 de setembro de 1990, o sistema público de saúde (Lei 8.080 de 1990), protagonizado por trabalhadoras(es) da área através do lema ‘por uma sociedade sem manicômios’. Vale ressaltar que a política nacional de saúde mental foi implantada em 2001 e regulamentada somente um ano depois (Portaria nº 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002). Dessa forma, a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988, inseriu a concretização do novo direito, trazendo a democracia participativa e a formulação de políticas públicas como ferramentas no combate à exclusão social (BRASIL, 2008).

Cuidar é uma ação de responsabilização, ao ser capaz de responder, trazer para

si a função da resposta por determinada situação ou ato, assumindo um ato como seu (Barros, Oliveira e Silva, 2007). Outrossim, o cuidado no modo de Atenção Psicossocial tem determinantes políticos e biopsicossocioculturais que oferecem ações que vão auxiliar às pessoas em sofrimento psíquico. A política atual de medidas socioeducativas, teve seu nascimento através dessas lutas por uma garantia de direitos, com acesso a cuidados que abrangem desde saúde física à saúde mental (Lei nº 12.594, de 18/01/2012.), conforme preconizado no art. 8º.

Art. 8º Na organização da atenção integral à saúde de adolescentes em conflito com a lei serão contemplados os seguintes eixos:

- I - promoção da saúde e prevenção de agravos;
- II - ações de assistência e reabilitação da saúde; e
- III - educação permanente.

O Brasil carrega em sua história marcos e reverberações de um sistema escravocrata e uma seletividade ordenada a quem pune e deve ser punido, falaremos mais a frente sobre a seletividade penal. Desses apontamentos, ainda existe a consequência de uma sociedade voltada para o consumo que culmina a ascensão pessoal e econômica de quem possui poder de compra. A sociedade de consumo possui como base, desenvolver e materializar os produtos e depois idealizar sua utilização. O sociólogo Zygmunt Bauman afirma que nesse sistema predomina-se o excesso de mercadorias e desejos, tal economia configura-se como economia do engano, que aposta na irracionalidade dos consumidores e não em suas estimativas sóbrias e bem informadas. O engano é baseado nas incertezas, com o excesso de opções, o indivíduo está diante de uma pressão ao consumo excessivo, sua necessidade de mobilidade e visibilidade é cada vez maior, e a constante reorganização de identidades instituem uma ideia de inclusão e exclusão elaborados pela própria esfera (BAUMAN, 2008):

[...] As pessoas classificadas como “subclasse” são condenadas à exclusão social e consideradas incapazes de se afiliarem a uma sociedade que exige que seus membros participem do jogo do consumismo segundo as regras estabelecidas, justamente porque são, tal como os ricos e abastados, abertos às seduções muito bem amparadas do consumismo- embora, de forma distinta dos abastados e dos ricos, não possam de fato se dar ao luxo de serem seduzidos. (BAUMAN, 2008, p. 176).

Consequentemente marginalizando a população negra e pobre, bloqueando qualquer ascensão da principal base de uma pirâmide de acessos e favores de uma sociedade eurocêntrica. O sociólogo colombiano Castro-Gómez (2000) apresenta

contribuições para o entendimento do eurocentrismo, relacionava o início da modernidade na Europa com o processo de racionalização, que traz o homem (europeu) para o centro do saber e o coloca em um lugar de domínio sobre a natureza, daí estabelece-se uma ideia supremacista da existência de um ser ideal - do sexo masculino, branco, cristão, heterossexual, possuidor de renda, que cultua valores da “família estruturada”, ao mesmo tempo forjando o seu oposto, o seu outro. É nesse sentido que Castro-Gómez fala da invenção do outro, aquele que não se encaixava no ideal de ser humano da modernidade (europeia) e deveria, por isso, ser civilizado: o negro, o indígena, o asiático, a mulher, os integrantes das classes populares, os homossexuais (ALVES, 2015).

Trazendo a tona o racismo estrutural, Mbembe apresenta o conceito de necropolítica, que questiona os limites da atuação do estado, permitindo-nos observar os resquícios da escravidão nas práticas políticas atuais.

Este ensaio pressupõe que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2018, p. 5).

Ainda se tratando de questões raciais, na obra de Sílvia Almeida “Racismo estrutural e feminismos plurais”, o autor busca entender e dividir o racismo em três categorias, são elas: individualista, institucional e estrutural. Concernente ao racismo institucional, Almeida (2019) aponta que as instituições por si só já refletem os conflitos raciais. Por conseguinte, compreende-se que a discriminação racial é característica de uma sociedade racista não só pelos comportamentos individuais, mas principalmente devido à hegemonia de determinados grupos no que tange aos seus próprios interesses políticos/econômicos. Nesta realidade, é possível concluir que o racismo institucional tem o poder como base da desigualdade racial.

Posto isto, Almeida também afirma que esta forma de racismo pode ser encontrada em todas as instituições, independente de serem públicas ou privadas. O autor ainda enfatiza que a presença majoritária de brancos nas instituições, atrapalham ainda mais a ascensão de negros. Ao referir-se ao racismo estrutural, Sílvia Almeida enfatiza que o racismo institucional é decorrente de uma sociedade racista. Se o funcionamento de certas instituições privilegia determinados grupos sociais, é porque o racismo é parte da ordem social, ou seja, não é algo criado pela instituição, mas por ela reproduzido (IRMÃ, 2021). Entretanto, o autor ressalta que a estrutura social é impactada por diversos aspectos conflituosos, como por exemplo classe, raça e gênero. Kimbelé Crenshaw constrói uma didática sobre a interseccionalidade, da qual a pesquisadora brasileira Carla Akotirene (2018) também seguiu ao estudo científico de intersecção de gênero e classe

à raça, como o conceito cisheteropatriarcado ilustra a margem favorecida da sociedade e como essas estruturas são construídas para que as raças permaneçam atravessadas por recortes de discriminação.

Consequentemente, o sistema penal deixa de estar relacionado somente ao viés jurídico, mas também ao racial. Além disso, tem se configurado através de suas instituições e sistemas carcerários, mediante suas práticas positivistas. É dever do Estado garantir os direitos previstos na constituição, entretanto, de acordo com Heidemann (2009), há uma grande falha nessa atuação do governo, o que reforça a desigualdade social e fortalece a seletividade do sistema penal. O sistema corrobora com uma seletividade, caracterizada pelo racismo e pela criminalização da pobreza, o que indica que há uma incoerência evidente entre o dever do Estado e a realidade do sistema e da população carcerária.

A ausência do Estado, que por si só já se caracteriza como uma grande violência, reproduz desigualdades e promove o aumento de outras formas de violência. Como resposta, esse mesmo Estado criminaliza e pune, de forma ainda desigual, causando o encarceramento em massa da população pobre e negra (FRAGA et al., 2021, p.11).

De acordo com Gershenson (2021), a seletividade penal está ligada à base da política e deve ser compreendida como estrutural, isto é, o sistema é seletivo às pessoas e ações. Ademais, os fatores que determinam a punição no sistema penal se baseiam na posição social do indivíduo, gênero, cor e raça. Os autores Fraga, Giongo e Heidemann (2021), essa categorização do público encarcerado nos permite observar que a legislação e as ações das políticas públicas não estão sendo eficazes para transformação e combate à desigualdade, visto que não há o enfraquecimento da seletividade do sistema penal.

Segundo Fraga et. al (2021, p.12), a legislação brasileira tal qual suas políticas públicas, incentivam o encarceramento em massa, bem como as prisões superlotadas. É notável na sociedade, a preocupação com a violência e a criminalidade, entretanto, as pessoas compreendem o aprisionamento como solução e não somente como agente propagador. Ademais, se faz necessária a criação de políticas públicas sociais eficazes no combate às desigualdades sociais, visando proporcionar o acesso aos direitos à toda a população, para que o encarceramento se torne a última alternativa.

Essa engrenagem social patologizante de corpos desvalorizados pelo sistema, alimenta uma indefensabilidade social protagonizadas por inviabilizar a relação de desigualdade social na adesão a esses crimes, defendendo o valor de uma responsabilidade individual sob uma problemática coletiva crescente - e essa consequência de instituir, não prevenir, não promover educação e saúde, impacta

diretamente na saúde mental de todos e todas adolescentes em medidas socioeducativas de internação.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

AUTOR	TÍTULO	PROGRAMA	ANO
Sonia Fleury	Reforma sanitária brasileira: dilemas entre instituinte e instituído	Ciência & Saúde Coletiva, vol. 14, núm. 3 Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva Rio de Janeiro, Brasil	2012
Maria Cristina V. Couto, Pedro Gabriel G. Delgado	Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol. 27, n.1, p. 17 – 40, 2015	2014
Bruna Carolina Bonalume Adriana G. Jacinto	Encarceramento juvenil: o legado histórico de seletividade e criminalização da pobreza	ESPAÇO TEMA LIVRE - Rev. katálysis	2019
Bárbara F. Maresch	A Criminalização da pobreza e a herança minorista da institucionalização	FDSBC - v. 3 (2021):Caderno de Direito da Criança e do Adolescente	2021

Os resultados podem ser apresentados em três categorias segundo o quadro acima, as quais evidenciam paralelamente as opiniões trazidas pelas autoras do presente artigo. A primeira categoria concentra nos aspectos que envolvem as desigualdades étnico-raciais, reveladas neste informativo, possuem origens históricas e são persistentes. A população de cor preta portam severas desvantagens em relação à branca, no que tange às dimensões contempladas pelos indicadores apresentados – violência institucional, criminalidade e pobreza. Como também a seletividade penal, sendo um instrumento de controle social, no qual fortalece a seleção e exclusão de classes sociais e criminalização da pobreza. Em relação à baixa representatividade escravocrata, um dos reflexos da seletividade penal é o racismo, o etiquetamento social, a desigualdade e a marginalização de certos grupos. Com isto é notório a necessidade da construção de políticas públicas que sejam eficazes para combate à desigualdade,

racismo e enfraquecimento da seletividade do sistema penal.

A segunda aborda os aspectos relacionados à formação das(os) profissionais inseridas(os) nessas unidades, em que indica fragilidades, pois não oferecem treinamento e conscientização adequada para atuar na educação e atenção biopsicossocial desses e dessas adolescentes, destacando a importância da pluralidade profissional, bem como a necessidade de reorganizar as práticas e as políticas integrativas com vista a se adaptar a nova gama de avaliações e conteúdos produzidos academicamente sobre a efetivação dessa 'ressocialização' legitimada.

Por fim, a última categoria de discussão, reavalia em como estão ocorrendo as fiscalizações e a assistência necessária para que essas unidades promovam efetivamente o que propõem em tese, é de suma importância refletir sobre as consequências da necropolítica em todo o sistema governamental, mas principalmente na produção e execução de políticas públicas, visto que a população negra se encontra excluída e muito pouco representada em órgãos governamentais. Diante disso, e mediante a nossas análises referente a temática, devemos refletir a respeito das contradições apresentadas no dever do Estado e a realidade apresentada no sistema e, sobretudo em relação à forma pela qual o sistema estabelece suas penas, fomentando mediante as instituições suas práticas punitivas. Além de que, é necessário enfatizar que o cumprimento do que está proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente permanece sendo um desafio no país, pois reflete o contexto histórico das infâncias e adolescências que foi permeado por características repressivas, em contradição à garantia de direitos dessas populações. Mesmo que o ECA traga uma nova perspectiva quando comparado ao Código de Menores, onde apresenta uma mudança significativa no modelo de assistência às(aos) adolescentes, o que se observa de fato nas políticas públicas são as práticas de exclusão e controle dos corpos desse público jovem.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para Fagundes (2004, p.4), “a psicologia tem um potencial transversalizador das práticas sociais e institucionais” e tem contribuído cada vez mais para a invenção de maneiras de se colocar tanto na saúde coletiva quanto na desinstitucionalização da loucura. Ainda segundo a autora, os psicólogos são atores importantes na construção/invenção de políticas públicas no Brasil, em especial na área da saúde, enquanto formuladores de novas propostas, na formação de profissionais, na produção de conhecimentos, na invenção da atenção designando dispositivos clínicos e de cuidados, na participação em conselhos de saúde, entre muitos outros (CANTELE, 2017).

Portanto, enfatizamos a necessidade de uma construção política nacional em um

viés de equidade que baseia-se na diversidade de corpos e na afirmação das demais identidades adolescentes. Visto que há décadas essa intervenção não diminui efeitos de reincidência criminal, intensifica a marginalização do sujeito e ainda compactua com gastos de dinheiro público em um movimento opressor que promove sofrimento psíquico para todas(os) envolvidas(os), especialmente as(os) adolescentes em cumprimento de MSE de internação.

## 6. REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. **A delinquência juvenil em São Paulo - mitos, imagens e fatos**. Pro-Posições, Campinas, v. 13, n. 3, set./dez. 2002.
- ALMEIDA, S. L. (2019). **Racismo estrutural em feminismos plurais**. Jandaíra.
- ALVES, Cândida Beatriz; DELMONDEZ, Polianne. **Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política**. Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 15, n. 34, p. 647-661, dez. 2015. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2015000300012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000300012&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 18 out. 2022.
- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BARROS, S., Oliveira, M. A. F., & Silva, A. L. A. (2007). Práticas inovadoras para o cuidado em saúde [Edição especial]. Revista da Escola de Enfermagem da USP, 41,815-819.
- BASAGLIA, F. **A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BATISTA, Gustavo Barboza de Mesquita. **Estado Social democrático de direito e Jurisdição penitenciária: um novo paradigma da pena privativa de liberdade**. Verba Juris, ano 4, n. 4, p. 223-252, jan./dez. 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-estar da Pós-Modernidade**. Zahar, São Paulo. 1998
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida Para Consumo**. Zahar, São Paulo. 2008
- BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em: 13 out. 2022. BRASIL.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde do adolescente: competências e habilidades**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. **A adolescência como construção social: estudo sobre**

**livros destinados a pais e educadores.** Psicologia Escolar e Educacional [online]. 2007, v. 11, n. 1 [Acessado 17 Outubro 2022] , pp. 63-76. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-85572007000100007>>. Epub 04 Nov 2010. ISSN 2175-3539. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572007000100007>.

CANTELE, J., & Arpini, D. M. (2017). Ressignificando a prática psicológica: o olhar da equipe multiprofissional dos Centros de Atenção Psicossocial. Psicologia: Ciência e Profissão, 37(1): 78-89. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001542014>

Castro-Gomez, Santiago. (2000). **Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la "invención del otro"**. Em Edgardo Lander. (Org.), La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso.

CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação.** 2a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara; 1986.

CRENSHAW, Kimberly. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** 2002

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. **Subvertendo o conceito de adolescência.** *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

COUTO, M. C. V. (2004). **Por uma Política Pública de Saúde Mental para crianças e Adolescentes.** In T. Ferreira (Ed.), A criança e a saúde mental: enlaces entre a clínica e a política (p. 61-74). Belo Horizonte: Ed. Autêntica.

CORDEIRO, F.R. **Eu decido meu fim?: a mídia e a produção de sujeitos que governam sua morte.** 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem)-Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DAYRELL, Juarez, (1999). **Juventude, grupos de estilo e identidade.** Educação em Revista, no 30, p. 25-39.

FAGUNDES, S. (2004). Apresentação. In C. A. T. Nascimento, G. D. R. Lazzarotto, J. C. D. Hoenisch, M. C. C. Silva, & R. L. Matos, **Psicologia e políticas públicas: experiências em saúde pública** (pp. 4-04). Porto Alegre, RS: Conselho Regional de Psicologia – 7ª. Região

FARO, André; PEREIRA, Marcos Emanuel. **Medidas do estresse: uma revisão narrativa.** Psicologia, saúde & doenças, [s. l.], 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/362/36226540010.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

FLEURY, Sonia. **Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, p. 693-752, Junho 2012 Ed.2.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2 ed.2008.

FOUCAULT, M 1983. *Vigiar e punir* Vozes, Petrópolis.

FRAGA, Paulo César Pontes. *Mais Estado social e menos Estado penal*. Revista Inscrita, Brasília, v. 8, p. 25-30, 2002.

FREITAS, B. L. (dezembro de 2017). **A EVOLUÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO BRASIL: REINSERÇÃO SOCIAL**. *Semana Acadêmica*, p. 15. Fonte: [https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/a\\_evolucao\\_da\\_saude\\_mental\\_no\\_brasil\\_reinsercao\\_social\\_0.pdf](https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/a_evolucao_da_saude_mental_no_brasil_reinsercao_social_0.pdf)

HEIDEMANN, F. G. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento**. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: UNB, 2009. p. 23-39.

IAMAMOTO, M. V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IRMÃ, Maria José Tavares B. **Vozes negras**. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, p. 271 - 280, 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v54n101/v54n101a20.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

JUNQUEIRA, Maíz Ramos. **Adolescentes Privados de Liberdade: mapeando trajetórias de conflito com a lei**. Porto Alegre: Trabalho apresentado no Curso de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente, Fundação Escola Superior do Ministério Público, 2006

LEITÃO, Alexandre. **A Scuderie Le Coq**. *Revista da Biblioteca Nacional*. 2014. Consultado em 14 de outubro de 2022.

MANDELLI, Maria Teresa; SOARES, Dulce H. Pena; LISBOA, Marilu Diez. **Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional**. 2011. Disponível em: <<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/723/587>>. Acesso em 20 out. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa - características, usos e possibilidades**. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996. Disponível em: [https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa\\_Qualitativa.pdf](https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf). Acesso em: 21 nov. 1922.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), Fundo Mundial para a Natureza (WWF). Cuidando do Planeta Terra: uma estratégia para o futuro da vida. São Paulo: outubro de 1991.

PASSETTI, E. **O que é o menor**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987 (Coleção primeiros passos, n.152).

PROVIDELLO, Guilherme Gonzaga Duarte; YASUI, Silvio. **A loucura em Foucault: arte e loucura, loucura e desrazão**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1515-1529.

RIBEIRO, J. (1989). **A intervenção psicológica na promoção da saúde**, *Jornal de Psicologia*, 8(2), pp. 19-22.

RIZZINI, Irene. Justiça e Assistência à Infância no Brasil: In: GONÇALVES, Rafael S. (org). **O Papel Social da Infância na Imposição da Ordem Urbana na Passagem do Século XIX para o XX. Pobreza e Desigualdade Social: Ontem e Hoje**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

ROTELLI, Franco et al. **Desinstitucionalização: uma outra via**. São Paulo:HUCITEC, 1990.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia radical**. 3. ed. Curitiba: Lumen Juris, 2008.

SIQUEIRA, A. C.; Dell'aglio, D. D. (2006). **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura**. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis. p,71-80.

TORRE, Eduardo Henrique Guimarães e Amarante, Paulo. **Protagonismo e subjetividade: a construção coletiva no campo da saúde mental**. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2001, v. 6, n. 1 [Acessado 29 Setembro 2022] , pp. 73-85. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232001000100006>>. Epub 17 Jul 2007. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232001000100006>.

VENKATAPURAM, S., Bell, R., & Marmot, M. (2010). **O direito de suturas: a epidemiologia social, direitos humanos e justiça social**. *Health and Human Rights*, 3-16.

## **O AVESSE DO AMOR: O FEMINICÍDIO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NO ANO 2021**

Mariana Amorim Costa<sup>1</sup>, Nádia Neme Pimentel<sup>1</sup>, Patrícia Lopes da Cruz<sup>1</sup>, Isabele Santos Eleotério<sup>2</sup>

1 – Acadêmicos do curso de Psicologia – Centro Universitário Multivix Vitória

2 – Professor do curso de Psicologia – Centro Universitário Multivix Vitória

### **RESUMO**

A violência contra a mulher possui como fatores determinantes a submissão e a desigualdade dos gêneros em uma sociedade em que a mulher é vista como sexo frágil e inferior ao homem, em diversos aspectos. Com a evolução sociocultural, as mulheres passaram a conquistar direitos, que permitiram diminuir este cenário crítico. Contudo, nos dias de hoje e mesmo com o apoio legal, através da lei Maria da Penha, são muitos os casos de homicídios direcionados a este grupo, principalmente no âmbito familiar, no final a vítima apresenta dificuldades de denunciar a violência e se afastar do agressor. Visando destacar e discutir este tema, este trabalho realizou uma pesquisa bibliográfica e documental pertinente ao feminicídio no estado do Espírito Santo, por meio de pesquisa e revisão de artigos, livros, revistas, jornais e arquivos digitais que apresentem informações referentes a feminicídio com ênfase em aspectos reprodutivos (abortos), sexuais e domésticos. Nos dados obtidos foi possível observar que, nos últimos anos, os casos ocorrem principalmente no ambiente doméstico, onde as mulheres são agredidas e até assassinadas em suas próprias residências, e em alguns casos junto de seus filhos. Este cenário é algo muito preocupante e deve ser amplamente discutido para se estabelecer medidas de cuidados ainda mais eficientes.

Palavras-chave: violência a mulher; feminicídio; homicídio de mulheres.

### **ABSTRACT**

Violence against women has as determining factors the submission and inequality of genders in a society in which women are seen as a weaker sex and inferior to men, in several aspects. With the sociocultural evolution, women began to gain rights, which allowed to reduce this critical scenario. However, nowadays and even with legal support, through the Maria da Penha law, there are many cases of homicides directed at this group, mainly in the family sphere, in the end the victim has difficulties denouncing the violence and moving away from the aggressor. Aiming to highlight and discuss this theme, this work carried out a bibliographical and documentary research pertinent to femicide in the state of Espírito Santo, through research and review of articles, books, magazines, newspapers and digital files that present information regarding femicide with an emphasis on reproductive (abortions), sexual and domestic aspects. In the data obtained, it was

possible to observe that, in recent years, cases occur mainly in the domestic environment, where women are assaulted and even murdered in their own homes, and in some cases with their children. This scenario is something very worrying and should be widely discussed in order to establish even more efficient care measures.

Keywords: violence against women; femicide; homicide of women.

## 1. INTRODUÇÃO

A violência de gênero não é nova na sociedade, mas sua discussão e combate ganhou força a partir do século XXI. Muitas foram as lutas e direitos conquistados, porém ainda não suficientes para uma efetiva proteção da mulher, que devido à opressão e dependência financeira, fica vulnerável ao seu agressor.

No Brasil, o homicídio de mulheres caracterizada pela desigualdade de gênero ganhou nome: feminicídio e é considerado crime hediondo.

Intitular e delinear esse problema é um passo muito significativo, entretanto a fim de coibir os assassinatos femininos é de extrema importância conhecer suas características e, desta maneira, implantar intervenções efetivas de prevenção. (BISPO, 2020, p. 1).

O feminicídio é uma afronta aos direitos humanos, muitas vezes baseado em uma cultura machista da sociedade patriarcal.

A subjugação máxima da mulher por meio de seu extermínio tem raízes históricas na desigualdade de gênero e sempre foi invisibilizada e, por consequência, tolerada pela sociedade. A mulher sempre foi tratada como uma coisa que o homem podia usar gozar e dispor (PRADO; SANEMATSU, 2016, p. 10).

São muitos os casos de assassinatos de mulheres ao longo dos anos no Brasil, e o tema ainda não é tratado com a devida importância nos debates públicos. O feminicídio é a última escala de violência sofrida pela mulher, que até chegar a esse extremo muitas vezes sofre violência física e psicológica durante anos (FIGUEIREDO, 2018).

A violência contra a mulher é baseada no conceito de “superioridade” do gênero masculino. Esse aspecto machista e patriarcal está enraizado na sociedade que, comumente, culpa-se a vítima que foi violentada porque andava tarde da noite na rua ou usava roupa curta. Entende-se que se não se comportar como manda o “protocolo” as mulheres tornam-se responsáveis pelo que acontece com ela (MELLO, 2019).

Com o advento da Lei Maria da Penha, em 2006, toda essa discussão ganhou um novo fôlego, visto que além das medidas preventivas, há também a adoção de estratégias educativas, que visam mudar a cultura de violência contra a mulher. Incluir esse assunto nas escolas passa a ser um trabalho educativo de mudança para as próximas gerações baseado no respeito, com o objetivo de diminuir a violência e fortalecer a mulher para que se sinta mais segura em denunciar.

Esta pesquisa faz parte dos requisitos para a formação acadêmica, e tem como objetivos investigar os casos de feminicídio no Estado do Espírito Santo por meio de matérias jornalísticas no ano de 2021, caracterizar conceitualmente o feminicídio e analisar os casos arruados na pesquisa à luz da Psicologia Social.

## **2. METODOLOGIA E MÉTODO DA PESQUISA**

A metodologia desta pesquisa constitui-se em uma pesquisa qualitativa dividida em duas etapas, bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros e monografias, por meio de busca *on-line* com base de dados eletrônicos sobre o tema. A pesquisa documental foi realizada com base nas histórias de feminicídio no Estado do Espírito Santo, contadas pelo jornal A Tribuna no ano de 2021.

A coleta de dados foi realizada através de arquivos digitais do jornal A Tribuna, de revistas, livros, bibliografias em que o tema seja mencionado. Para tanto, na pesquisa bibliográfica, foram utilizadas ferramentas de pesquisas, plataformas e portais de artigos digitais, tais como Electronic Library Online (SCIELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os termos utilizados para a busca foram “atuação do psicólogo com as vítimas de feminicídio”, “lei do feminicídio”, “o que é feminicídio”.

Para a pesquisa documental, os critérios de inclusão e exclusão dos dados foram os seguintes: se enquadrar nos casos que caracterizem feminicídio, e sejam óbitos femininos relacionados a reprodução (casos de aborto), domésticos e sexuais, definição de Feminicídio de Neto, 2018.

Como a pesquisa foi realizada a partir dos dados obtidos na página policial do jornal, os números apresentados podem não expressar com exatidão os casos ocorridos, pois muitas vítimas podem não terem sido noticiadas.

Existem casos também em que a reportagem não conseguiu apresentar dados da vítima como idade e existência de medida protetiva, por exemplo. Mas, o grande volume de casos e violência contra a mulher por seus companheiros e ex-companheiros ressaltam que o feminicídio é o resultado das relações de violência pré-existentes no ambiente doméstico.

## **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

A violência contra a mulher é um assunto muito discutido não só no Brasil, mas em todo o mundo. Mesmo após 18 anos da Lei Maria da Penha, que deveria assegurar

à mulher proteção contra a violência física, sexual, patrimonial e moral, os números da violência ainda são alarmantes (MACARINI, 2018).

A luta das mulheres pela igualdade e justiça já alcançou vários progressos, porém é preciso combater as formas de preconceito de gênero para que possa haver igualdade de tratamento em toda a sociedade.

A biofarmacêutica, que deu nome a Lei, Maria da Penha Maia Fernandes, foi vítima de violência praticada por seu ex-marido, numa tentativa forjada de homicídio e sofreu sequelas permanentes, ficando paraplégica. Duas semanas depois de regressar do hospital, ainda durante o período de recuperação, Maria da Penha sofreu um segundo atentado contra sua vida: seu ex-marido, sabendo de sua condição, tentou eletrocutá-la enquanto tomava banho. Esse foi o início de uma luta pública contra o agressor, que durou 19 anos e 6 meses (MORAES, 2017).

A Lei Maria da Penha não aborda todas as violências domésticas, mas sim, as que envolvem relacionamento afetivo como namorado, esposo e companheiros. Ela estabelece proteção à mulher agredida que recebe o apoio através das medidas de proteção. Um dos exemplos é a medida Autoridade Policial, em que além de receber o socorro devido, disponibiliza o transporte necessário e escolta para que as vítimas busquem os seus pertences em casa.

A Lei engloba a violência física, psicológica e sexual. Além disso, protege a mulher “dela mesma”, é muito comum que mulheres em meio a situação conturbada dentro da própria família não prossigam com a denúncia contra o companheiro, seja por medo, pressão da família ou até mesmo por acreditar nas promessas de mudança de comportamento. Com a nova lei, quando a denúncia é feita, mesmo diante de chantagens ou ameaças de seu agressor, ela não poderá mais desistir da denúncia (CORTEZ, 2013).

A violência doméstica é caracterizada como a praticada dentro do ambiente familiar ou doméstico existindo várias formas, mas a que mais sobressai é a física, por ser facilmente identificada. Entre os possíveis agressores estão os maridos, companheiros, namorados, ex-namorados, dentre outros. Por ocorrer em ambiente doméstico, a violência tem como base relações, desfeitas ou não, com questões inacabadas, ressentimentos ou dependência psicológica que, por vezes, impedem a vítima de identificar uma situação de violência (PEREIRA, 2020).

Embora o assunto seja vigente, o tema não é debatido conforme a necessidade muitas vezes as mulheres sentem medo, vergonha, ou sofrem preconceito durante a denúncia, além de desconhecer a legislação.

## A naturalização da violência contra a mulher

O conceito de patriarcado pode ser resumido em organização sociopolítica baseada na supremacia masculina. De modo geral, situa o homem acima da mulher e por muitos anos foi esse pensamento que perpetuou a violência de gênero como algo natural. Para compreender melhor o assunto, faz-se necessário entender conceitos que corroboram com esse fenômeno. A começar pela divisão de tarefas em que o homem detém a propriedade. Sendo ele o chefe da família e seu provedor e a mulher responsável pelas tarefas domésticas e criação de filhos. Ao se configurar o papel feminino como inferior ao sustento da casa, tende a garantir ao homem uma condição de poder sobre a mulher (FIGUEIREDO, 2018).

Com o surgimento dos movimentos feministas na década de 70, a violência de gênero começou a ser divulgada em ampla escala, obrigando o Estado a propor medidas de proteção para punir os agressores (SILVA, 2021).

A violência ocorre de diferentes maneiras, muitas vezes de modo sutil como um xingamento, ameaça e humilhação que, com o tempo, acabam em agressão física. Além do risco de morte, a violência doméstica traz sérios problemas para a mulher, como crises de ansiedade, isolamento, problemas de autoestima, vergonha, depressão e principalmente culpa. Muitas, inclusive, são tomadas por pensamentos suicidas, uma vez que essa violência pode se perpetuar por uma vida inteira (PEREIRA, et al, 2020).

Cabe ressaltar que o sentimento do agressor se justifica pela paixão. O homem agride e mata “por amor” ou por sentimento de posse. E quanto mais a mulher se cala, mais risco ela corre. A violência doméstica é um atalho para o crime passional (PRADO, 2016). O crime passional sempre existiu e não escolhe classe social.

Do pensamento de ter sido traído ou mesmo por não aceitar uma separação pode surgir um sentimento de ódio fundamentado em uma cultura machista, em que o homem não pode ser envergonhado. Ao matar a parceira, na visão do agressor, ele mostra para sociedade que manteve sua honra (BARRETO, 2015).

Ao longo da história, as mulheres são vítimas de assassinato pelo motivo de ser mulher, além de violências de estupro, torturas mutilações, violência sexual durante guerras, tráfico humano para exploração sexual, dentre outros (MENDES, 2019).

Com a intenção de provocar e sensibilizar a sociedade para um assunto tão perverso, o poema Saudade que sangra, de Márcia Tauil e Nilva Souza, versa sobre mulheres que tiveram suas vidas roubadas.

Saudade que Sangra  
Preciso cantar / Sobre dores de roubos de vidas/ De sonhos e amores / Que tiram  
sabores o aroma das flores / Sem cores ficaram os jardins/ Fecharam as portas

do ventre / Nelas e em mim / Da mulher ofuscar um brilho / Não há mais a mãe e o filho / Olhares de amor alegria ou paz / Não há o abraço amoroso / Não, não a mais / Para sempre no olhar da criança / A mãe assassinada do pai / Ficou a saudade que sangra  
(TAUIL; SOUZA, 2021)

Para Mendes (2019) o feminicídio decorre das violências cometidas através de agressões com características física, psicológica, sexual e patrimonial que levam a morte de mulheres. Bispo (2018) mencionou a importância de tornar visível o número de mortes que está inteiramente ligado ao fato da vítima ser do gênero/sexo feminino, caracterizando o assassinato como feminicídio.

Figueiredo (2018) caracterizou o feminicídio como “óbitos femininos” relacionados à opressão, que podem ser reprodutivos (ligados a abortos), domésticos (violência na residência ou que tenha relações familiares) e sexual.

Em 2016 foi criado o documento de Diretrizes Nacionais, que tem como objetivo investigar, processar e julgar as mortes violentas cometidas a mulheres. Esse documento foi baseado no modelo de protocolo latino-americano para investigação das mortes violentas de mulheres em razão de gênero. Com isso, buscando através de diretrizes uma averiguação policial para julgamento, assim direcionando aos órgãos competentes a fim de ser mais precisos no julgamento desses casos (SILVA, 2021). A complexidade deste tipo de crime provoca a necessidade de um trabalho que busque entender essas formas de violência.

## Psicologia e a Representação Social

Ao abordar um tema como o feminicídio é necessário compreender a representação social que proporciona a formação da concepção do meio sociocultural. Antes de entrar neste conceito é necessário compreender que o mesmo se trata da construção e desenvolvimento da visão e interpretação de um determinado tema, que seja relevante, ou esteja direta o indiretamente relacionado a estrutura social e cultural de um grupo (CHAVES, 2020).

A partir da concepção de representação social, é possível perceber que um novo tema normalmente é tratado e trabalhado segundo o conhecimento e/ou percepção de um indivíduo ou até mesmo de um grupo que obteve o primeiro contato. Fazendo assim sua concepção seja suscetível as discrepâncias psicológicas e racionalistas que permitem deduzir e se apropriar do conteúdo, gerando em vários casos, aversão ao novo por parte do meio sociocultural (CHAVES, 2020).

A construção da representação social referente ao contexto do feminicídio

originalmente foi retratado como algo irrelevante ao meio social. Uma vez que as mulheres não apresentavam direitos e contribuições significativas ao meio sociocultural, político e econômico. Este cenário fez com que o tratamento deste assunto fosse abordado de forma mais significativa somente nos tempos modernos, tornando um tema recente que ainda apresentam grandes marcas que limitam a sua solução definitiva (BOLZAN; PIBER, 2019).

No caso da representação social quanto à violência, é importante destacar que já foi estabelecido que este tema se trata de todo e qualquer evento ou ação que aflige algum mal, ou dano de origem física ou psicológica que afeta o bem-estar do indivíduo. No caso do feminicídio este conteúdo se direciona de forma mais relevantes a atentados contra a vida do grupo exclusivo pertencente ao sexo feminino (BOLZAN; PIBER, 2019).

Com o desenvolvimento da sociedade alcançamos grandes conquistas, direitos e cuidados em favor das mulheres. A representação social do feminicídio passou a ser reformada com base em uma visão mais relevante das necessidades deste grupo, com a criação de leis que auxiliaram na mudança do contexto aos quais foram construídas as representações na população em geral (PEIXOTO; UTSCHE, 2019).

Atualmente o desenvolvimento de novas tecnologias da comunicação e informação fazem com que seja muito mais fácil, rápido e abrangente se informar e retratar um determinado tema, como o caso do feminicídio, fazendo com que as alterações sobre a percepção do tema estabelecido pela representação social, passe a obter novas perspectivas e opiniões que modificam a sua origem arcaica e negligente para com este grupo (LEANDRO *et al*, 2019).

No entanto do mesmo modo com que é possível observar as publicações que se espalham e retratam de forma relevante, o tema como algo importante e que se deva favorecer a proteção para a mulher, é possível observar que ainda existem plataformas da tecnologia da informação e comunicação que instigam e promovem a concepção antiquada que oprime todo o grupo do gênero feminino (LEANDRO *et al*, 2019).

### Impactos psicológicos do feminicídio

Uma vez que o feminicídio envolve questões de agressões físicas, sexuais, morais, patrimoniais e psicológicas, é possível notar que existe grande repercussão quanto às marcas socioculturais que afetam inúmeras mulheres e famílias que passaram por experiências ou sofrem de algum medo ou transtorno psicológico derivado dos impactos destes crimes. Por esta razão, a simples representação social e o conhecimento destes atos podem afetar de forma significativa a saúde e bem-estar físico e psicológico de

inúmeras mulheres que além de estarem sujeitas a sofrerem estes atos, também podem já ter sido vítimas de alguma tentativa (NASCIMENTO; SILVA, 2021).

As mulheres, não somente em âmbito nacional, mas internacional, apresentam índices muito maiores de ocorrências de violência, sendo registrados cerca de 35% de indivíduos que sofreram de forma direta ou indiretamente algum tipo de agressão que gerou impactos para a sua saúde física ou mental. Apesar do desenvolvimento sociocultural dos últimos anos, este número ainda permanece muito preocupante (FERNANDES; MORAIS; DEININGER, 2021).

As sequelas, provenientes das marcas físicas e psicológicas do crime, normalmente ocorrem dentro do âmbito familiar, gerando impactos para as crianças que presenciam as tentativas e as ocorrências em si realizadas pelo agressor, fazendo quem que os impactos psicológicos sejam propagados ainda mais, gerando assim traumas para uma vida inteira (RIOS; MAGALHÃES; TELLES, 2019).

Além dos impactos psicológicos que afetam a saúde física e mental de seus filhos e familiares, outro fator delicado está no ciclo de ódio ao qual muitos filhos ao verem as mães serem agredidas acabam associando o ocorrido como uma representação social comum e normal, gerando potenciais agressores no futuro (SOARES; CHARLES; CERQUEIRA, 2019).

Estas evidências fazem com que o tratamento de mulheres e familiares que passam por violência doméstica sejam essenciais para romper o ciclo e minimizar os impactos. Estes que podem variar além de características físicas e psicológicas, como sociais, políticas e econômicas, que afetam assim toda a comunidade. Se tornando um mal, direta e indiretamente, ligado ao bem-estar de todos (SENA, 2021).

Um fator que envolve questões psicológicas muito relevantes para se compreender a questão do feminicídio, pode ser analisada a partir da concepção da forma como a agressão é realizada e a sua representação social como um todo, demonstrando assim uma das formas mais violentas e abusivas de maus tratos contra o gênero feminino. Esta realidade gera debates que abordam os impactos da sua origem e ocorrência (FERNANDES; MORAIS; DEININGER, 2021).

Para a verdadeira compreensão do contexto do feminicídio, é necessário buscar a compreensão psicológica tanto dos agressores quanto das vítimas, fazendo com que sejam desenvolvidos perfis e metodologias de tratamento para lidar com ambos os casos em busca de uma solução para tal crise sociocultural (SILVA; AZAMBUJA, 2021).

No caso do perfil mais comum dos agressores que praticam algum ato de violência

contra a mulher, é possível perceber características de superioridade, discriminação quanto ao gênero, e forte personalidade e autoestima. Apesar destes não serem critérios que permitem determinar com exata precisão um agressor, é possível pontuar possibilidades e sinais de alerta para tratamento e prevenção, minimizando os impactos psicológicos que promovem gatilhos (SILVA; AZAMBUJA, 2021).

No caso das vítimas é possível perceber que não existe uma regra que determine uma vítima com precisão. Contudo pode sugerir maiores riscos a uma potencial ocorrência, em mulheres jovens que exercem ocupação de maiores cuidados familiares e possuem uma baixa renda, sendo suscetíveis a baixo desenvolvimento psicológico e social. (FIGUEIREDO, 2018)

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa, foram encontradas 36 reportagens que abordavam histórias de feminicídio, publicadas no Jornal A Tribuna no ano de 2021. A violência contra a mulher tem uma base na opressão e subjugação e pode mudar conforme a dinâmica familiar vai sendo alterada. Lima e Rodrigues (2022) citam que nos anos de 2020/2021 estávamos em pandemia e no período pesquisado ainda era determinado o isolamento domiciliar.

Os autores relatam que no primeiro mês da pandemia no Brasil (março de 2020) os casos de denúncia no Disque 100 ou ligue 180 aumentaram em 18% e a maior parte das agressões ocorreram no domicílio das vítimas, onde o agressor tem fácil acesso. Como os dados foram retirados a partir de notícias, muitos casos ainda estão em investigação e por isso são tratados na pesquisa como suspeitos. A tabela 1, em que 97,2% dos acusados são familiares, confirma a informação.

Tabela 1 – Suspeitos / Acusados por feminicídio

Nível de proximidade	n	%
Familiar	35	97,2%
Desconhecidos	1	2,8%

Fonte: Produzido pelas autoras

Dos casos encontrados, apenas um não era conhecido da vítima. Este crime ocorreu em um terreno abandonado e a mulher foi encontrada morta com marcas de violência sexual. Nos demais casos, todos os homens conheciam as vítimas, sendo companheiros, ex-companheiros, pai, padrasto ou genro. A motivação em grande parte dos casos foi por ciúme ou por não aceitar o fim do relacionamento.

A idade das vítimas, em sua maioria, concentra-se entre 29 e 39 anos. Mais da metade dos crimes foi cometido por homens entre 29 e 50 anos. Em muitos casos não há informações pessoais como nome e idade do suspeito de assassinato.

Tabela 2 – Idade dos envolvidos

Idades	Vítimas	Assassinos
<18 anos	8,3%	0
18 - 28	19,4%	9,1%
29 - 39	41,7%	18,2%
40 - 50	25%	33,3%
> 50	0	6,1%
Não informado	5,6%	33,3%

Fonte:  
Produzido pelas

autoras

Grande parte dos crime foi cometido em casa, dado que corrobora com a afirmação citada por Lima e Rodrigues (2022) que aponta que muitas vezes o lar não é um local seguro para a mulher. Além disso, em casa, a violência geralmente acontece na frente dos filhos, que também são vítimas da agressão e carregam consigo um trauma difícil de ser superado. Os traumas gerados por essas ações podem também perpetuar a violência quando na idade adulta (LIMA; RODRIGUES, 2022).

Os dados abaixo nos mostram que mais de 70% das mulheres foi assassinada em casa, e mesmo as que estavam em local público em sua grande maioria estavam no bairro em que residem.

Tabela 3 - Local do crime

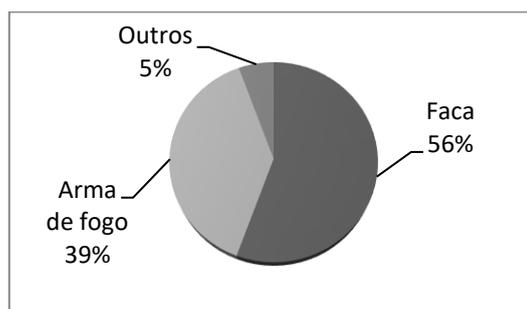
Local	n	%
Casa	26	72,2%
Local Público	8	22,2%
Sem informação	2	5,6%

Fonte: Produzido pelas autoras

Para além dos traumas físicos e psicológicos, algumas crianças também foram assassinadas junto com suas mães, tentar defendê-las ou até mesmo por representarem para o homem um objeto fruto do relacionamento que ele não aceita. Uma dessas vítimas foi Y. J. G. A. de 11 anos assassinada a facadas enquanto tentava defender a mãe do padrasto que não aceitava o fim do casamento.

Observou-se também, que em mais da metade dos casos, a arma usada para o crime foi a faca.

Figura 1 - Arma utilizada no crime



Fonte: Produzido pelas autoras

Algumas histórias chocam pela intensidade da violência. Uma delas aconteceu no município de Serra, J. S. d. M., de 33 anos, foi assassinada dentro de casa pelo ex-marido, Z. P. S. F., de 41 anos. Ela foi morta com 33 facadas na frente de sua filha de 11 anos. O assassino trancou toda a casa para impedir que a mulher fosse socorrida, mas a filha conseguiu jogar as chaves pela janela para que um vizinho pudesse ajudar. J. foi socorrida, mas não resistiu (TRIBUNA, 2021).

Dois dias após o crime, Z. P. S. F. foi à delegacia e confessou o assassinato. Acompanhado de um advogado, prestou esclarecimentos e foi liberado. A polícia esclareceu que a legislação brasileira estabelece que a prisão de suspeitos só pode ocorrer em situação de flagrante ou mediante a mandado de prisão em aberto. Como o assassino não tinha mandado nem estava dentro do prazo que caracteriza flagrante, foi liberado. (TRIBUNA, 2021).

Dentre as mortes por arma de fogo, R. S. S., de 15 anos, foi assassinada pelo ex-namorado que não aceitava o fim do relacionamento. Ele utilizou uma metralhadora semi-industrial para matar a adolescente (TRIBUNA, 2021).

Os dois casos em que não foram utilizadas nenhum tipo de arma também assustam diante de tamanha violência. Em um deles a mulher foi violentada sexualmente, e no outro após 20 anos de casados, o marido não aceitava o fim do relacionamento. A mulher estava sendo espancada e conseguiu fugir de casa, mas ele pegou o carro e a atropelou (TRIBUNA, 2021).

A violência do feminicídio está ligada à força e àquilo que se entende como superioridade. Alvim e Souza (2005) relatam que geralmente os homens são associados à razão, enquanto as mulheres à emoção. Isso acaba favorecendo o surgimento da violência porque enquanto um se julga superior, o outro se submete, seja por sentimento de amor ou dependência. Essa ideia coloca o homem em posição ativa, enquanto a mulher é a passiva. Alvim e Souza (2005) citando Chauí (1980) explicam que a violência é a transformação do sujeito em objeto, processo presente nas relações de gênero.

O crime passional é caracterizado pelo assassinato que teve como motivação a paixão, em que, de forma exacerbada, o agressor dá fim à vida de uma mulher, a quem

está vinculado por uma relação afetiva. Esses crimes estão comumente relacionados à violência contra a mulher. Ilustram uma relação conjugal que mistura desejo sexual frustrado com rancor e ódio. Assim uma ação violenta que se instaura no âmbito de uma relação conjugal, em que sentimentos de amor e ódio se misturam e, possivelmente, as agressões começam tendo, muitas vezes, como desfecho o homicídio.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminicídio é o último grau de violência contra a mulher e geralmente está associado ao crime passional. Em muitos casos, os homens matam suas parceiras motivados por ciúmes e suspeitas de traições. Frequentemente, o casal já está separado de corpos, mas o companheiro não aceita o término, pois existe um sentimento de posse, objetificando a parceira, que ele entende que pode dispor da maneira que melhor convier.

Através da análise das matérias do Jornal A Tribuna utilizadas no texto, observou-se nos dados apresentados que os crimes, em sua maioria, ocorreram em casa, fruto de um relacionamento que já apresentava algum nível de agressão.

O excesso de violência mina a autoestima da mulher que se isola por vergonha. Com o isolamento, os abusos tendem a aumentar porque a mulher passa a não ter rede de apoio e o agressor se sente mais seguro em cometer a violência. Por isso, na pandemia, com o isolamento domiciliar e o *home office*, as mulheres ficaram mais sujeitas a seus agressores (LIMA, 2022).

No caso do feminicídio, as crianças precisam lidar com a perda da mãe e também do pai, que muitas vezes foge ou é preso. Essas crianças são encaminhadas para morarem com parentes próximos (geralmente os avós) ou, na falta destes, vão para abrigos públicos. Além de presenciarem a violência, ainda perdem a companhia dos pais, dos amigos, a casa onde moravam. O trabalho do psicólogo é fazer com que esses familiares se sintam acolhidos, ao mesmo tempo em que trabalham com o luto, as perdas e o resgate do sentimento de valorização, que se perde com a violência (LIMA, 2000; MENDES, 2019).

A legislação tem avançado no intuito de coibir a ação do agressor, mas há um longo caminho a ser percorrido. Observa-se um aumento no número de denúncias, mas ainda não é o suficiente para diminuir o número de assassinatos de mulheres. Este estudo não teve por objetivo esgotar o assunto, uma vez que há muito o que se discutir ainda. Existe todo um aspecto cultural a ser trabalhado na sociedade. Muitas vítimas sequer denunciam o agressor e quando chegam a fazê-lo, são encaminhadas para o processo terapêutico. Nesses casos, o papel do psicólogo é trabalhar no resgate da autoestima e

trazer a consciência para os tipos de violência sofridas, criando -se assim uma necessidade de romper com esse ciclo de agressão.

## REFERÊNCIAS

- ALVIM, S. F.; SOUZA, L. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: **Teoria e Prática**, Brasília, v.7, n.2. p. 171-206, 2005
- BISPO, F.; RODRIGUES, J. Femicídio: uma análise de como o psicólogo deve atuar e intervir na violência contra a mulher. **Rev. Cient. Eletr. dePsico FAEF**, Garça, v.34,n.1, Maio, 2020. Disponível em: <[http://faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/jxo3TkaW0bpXzF\\_2021-3-17-9-50-34.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/jxo3TkaW0bpXzF_2021-3-17-9-50-34.pdf)>. Acesso em: 5 set. 2022.
- BOLZAN, D. I.; PIBER, L. D.. Ampliando a compreensão sobre violência de gênero: representação social de feminicidas e familiares de vítimas. **Vivências**, Erechim, v. 15, n. 28, p. 206-216, 2019.
- BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (**Lei Maria da Penha**). Disponível em:< [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 10 set. 2022
- CHAVES, T. N. **Representações sociais do feminicídio em estudantes universitários e na mídia escrita**. 2020. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Educação/Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.
- CORTEZ, et al. Representações sociais da violência de gênero/conjugal em estudos científicos. **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, Vitória, Agosto, 2010. Disponível em:< [http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1267363401\\_ARQUIVO\\_FG9Cortez.pdf](http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1267363401_ARQUIVO_FG9Cortez.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2022
- FERNANDES, C. L. S.; MORAIS, M.C. G.; DEININGER, L. S. C. Análise do feminicídio nos últimos anos no Brasil. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 9150-9161, 2021.
- FIGUEIREDO, N. M. F. **Do crime de honra ao feminicídio: Aspectos psicológicos, jurídicos e socioculturais na compreensão da violência contra a mulher**. Psicologia.pt, O Portal dos Psicólogos. Mai. 2018. Disponível em: [https://assets-institucionalipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2017/03/LivroFeminicidio\\_InvisibilidadeMata.pdf](https://assets-institucionalipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf). Acesso em: 5 set. 2022.
- LEANDRO, M. *et al.* Representações Sociais da violência doméstica em comentários de rede social. **Revista Eletrônica Científica Da UERGS**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 208-216, 2019.
- LIMA, S. da C. da S.; RODRIGUES, J. S. A violência contra a mulher na perspectiva da psicologia: uma revisão bibliográfica. **Revista De Psicologia**, v.13, n.1, p.139 – 153, 2022. Disponível em:< <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1358000>>. Acesso em: 12 set. 2022
- MACARINI, S. M.; MIRANDA, K. P. Atuação da psicologia no âmbito da violência conjugal em uma delegacia de atendimento a mulher. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v.22, n.1, p. 163-178, jun. 2018.
- MELLO, A. R. **Feminicídio**. Uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no

Brasil. 2º ed. Rio de Janeiro: GZ. 2019.

MENDES, R. de O. **Feminicídio e o profissional de psicologia**: entendendo as causas e buscando estratégias de evitação do crime. Juazeiro do Norte: UNILEAO, 2019.

NASCIMENTO, I. F.; SILVA, J. de J. **Impacto da ineficácia das medidas de proteção a mulher nos crimes de homicídio praticados com a qualificadora do feminicídio**. 2021. 30 f. Dissertação (Graduação em Direito), Faculdade de Direito da Serra, Serra, 2021.

PEIXOTO, M. C. L.; UTSCH, R. S.. Quando o feminicídio é pauta nos jornais. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 89-100, 2019.

PEREIRA, M. D.; FIGUEIREDO, J. M. A.; PEREIRA, M. D. **Feminicídio, leis de proteção às mulheres e estratégias de enfrentamento**: uma revisão integrativa da literatura. Preprint from SciELOPreprints, 29 Sep 2020. Disponível em: <https://europepmc.org/article/PPR/PPR458912>. Acesso em: 4 set. 2022.

PRADO, D.; SANEMATSU, M. **O que é feminicídio? #InvisibilidadeMata**. Fundação Rosa Luxemburgo. 2016. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1192.pdf>. Acesso em: 04 set. 2022.

RIOS, A. M.F. M.; MAGALHÃES, P.V. da S.; TELLES, L. E. de B.. Violência contra mulheres: feminicídio. **Debates em Psiquiatria**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 38-42, 2019.

SENA, I. S. **Perfil epidemiológico de vítimas de feminicídio no estado do Amapá entre os anos de 2014 a 2018**. Orientadora: Amanda Alves Fecury. 2021. 61 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Departamento de Pós-Graduação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2021.

SILVA, M. I.; CONTRIGIANI, F. A. A Lei do Feminicídio 13.104/2015 e seus impactos no estado do Paraná: Protagonismo para uma mudança cultural. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação**, Paranaguá, v. 2, n. 2, p. 30–42, 2020.

SILVA, C. P.; SCHERMAN, L. A. O crime de feminicídio sob o olhar da psicologia forense. **Aletheia**, v.54, n.1, p.74-84, jan./jun. 2021.

SOARES, D. Z.; CHARLES, C. J. N.; CERQUEIRA, C. C. A. X. Feminicídio no Brasil: gênero de quem mata e de quem morre. **XIII Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**, 2019.

TAUIL, M.; SOUZA, N. **Saudade que Sangra**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZLfrEKijL3A>>. Acesso: em 25 de out. de 2022.

TRIBUNA. Vitória, 2021. Caderno Policial. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/noticias?d=1>>. Acesso em: 12 set. 2022.

## O TELEHEALTH COMO ALTERNATIVA VÁLIDA AO ATENDIMENTO PRESENCIAL NA INTERVENÇÃO EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA (ABA) EM CRIANÇAS COM O DIAGNÓSTICO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Lucas Stênio Borges<sup>1</sup>, Victor Franzoni Patez<sup>1</sup>, Vívian Moreira Vargas<sup>1</sup>, Daniela Dadalto Ambrozine Missawa<sup>2</sup>

1 – Acadêmicos do curso de Psicologia – Centro Universitário Multivix Vitória

2 – Professor do curso de Psicologia – Centro Universitário Multivix Vitória

### RESUMO

O telehealth é uma modalidade de atendimento ou terapias realizadas por via remota, e ficou em evidência mais recentemente por conta da pandemia de COVID-19, frente às medidas de restrição e isolamento com intuito de diminuir a contaminação pelo coronavírus. Por isso muitos serviços foram suspensos, como o atendimento psicoeducativo presencial para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), então viu-se a utilidade e necessidade do uso do telehealth nas intervenções em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para crianças com TEA. Portanto, a proposta deste trabalho foi apresentar o telehealth como alternativa válida ao atendimento presencial na intervenção em ABA. Os critérios de inclusão dos resultados encontrados foram pesquisas realizadas nos últimos 7 anos nas línguas portuguesa e inglesa, o critério de exclusão foi artigos dentro da temática do telehealth que não estão relacionados à ABA e ao TEA. Os resultados da revisão foram analisados de forma qualitativa e foram divididos em três tópicos principais com o objetivo de facilitar a compreensão acerca das discussões: *O que é o atendimento em telehealth; Transição/implementação do telehealth; Comportamentos problema no telehealth*. Apesar de uma quantidade reduzida de artigos em língua portuguesa e da falta de estudos demográficos recentes sobre a população com TEA no Brasil, essa revisão demonstrou que o telehealth é uma alternativa válida ao atendimento presencial para a intervenção em ABA.

Palavras-chave: telehealth; análise do comportamento aplicada, transtorno do espectro autista; teleatendimento. Telessaúde

### ABSTRACT

Telehealth is a modality of care or therapy carried out remotely, and it has become evident more recently due to the COVID-19 pandemic, in the face of restriction and isolation measures in order to reduce contamination by the coronavirus. For this reason, many services were suspended, such as face-to-face psychoeducational care for children with Autistic Spectrum Disorder (ASD), so the usefulness and need for the use of telehealth in

Applied Behavior Analysis (ABA) interventions for children with ASD was seen. Therefore, the purpose of this work was to present telehealth as a valid alternative to face-to-face assistance in ABA interventions. The inclusion criteria of the results found were surveys carried out in the last 7 years in Portuguese and English, the exclusion criterion was articles within the telehealth theme that are not related to ABA and TEA. The review results were analyzed qualitatively and were divided into three main topics with the aim of facilitating the understanding of the discussions: What is telehealth care; Telehealth transition/implementation; Problem behaviors in telehealth. Despite the reduced number of articles in Portuguese and the lack of recent demographic studies on the population with ASD in Brazil, this review demonstrated that telehealth is a valid alternative to face-to-face care for ABA intervention.

Keywords: telehealth; applied behavior analysis, autism spectrum disorder; call center.  
Telehealth

## 1. INTRODUÇÃO

O transtorno do espectro autista (TEA) é definido, pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-V (APA, 2014), como um transtorno do neurodesenvolvimento, ou seja, são condições ou sinais que aparecem no indivíduo no período de desenvolvimento fisiológico, podendo levar a prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico e profissional. O TEA, que compõe essa categoria, é definido pelo DSM-V da seguinte forma:

O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (APA, 2014, p. 31).

O DSM-V (APA, 2014) traz a prevalência de casos de TEA, sendo de 1% na população dos Estados Unidos e outros países. Contudo, esse é um dado datado, visto que o manual foi publicado em 2013. O Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), agência do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, publicou, em dezembro de 2021, um relatório, com dados de 2018, indicando que 1 a cada 44 crianças de 8 anos é diagnosticada com TEA, nos Estados Unidos (MAENNER

et al., 2018). Um estudo mais recente, de julho de 2022, publicado na JAMA Pediatrics, com dados de 2019 e 2020, indica que 1 a cada 30 crianças e adolescentes entre 3 e 17 anos é diagnosticada com TEA, nos Estados Unidos (LI et al, 2022).

Não há estudos recentes (dos últimos 10 anos) que informem a prevalência de TEA no Brasil (JÚNIOR, 2019). O Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), será o primeiro censo a quantificar as pessoas com Transtorno do Espectro Autista, resultado da lei 13.861, sancionada em julho de 2019, que obriga a inclusão da pergunta no censo (BRASIL, 2019).

Com todos esses dados, percebe-se que há um aumento substancial do número de pessoas diagnosticadas com TEA, de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), há muitas explicações possíveis para esse aumento, como, aumento da conscientização sobre o tema, a expansão dos critérios diagnósticos, melhores ferramentas de diagnóstico e o aprimoramento das informações reportadas (OPAS, 2020).

A importância do diagnóstico, principalmente o diagnóstico precoce, se dá porque com a identificação do transtorno, a família tende a buscar e coletar mais informações sobre como agir e qual tratamento mais adequado. Assim, quanto mais cedo a intervenção se inicia, maiores são as chances de se compensar as possíveis dificuldades que a pessoa apresenta ou poderia apresentar caso não houvesse o tratamento.

De acordo com a OPAS, a conduta clínica para o tratamento de pessoas com o Transtorno do Espectro Autista se dá através das intervenções psicossociais baseadas em evidências, sendo essas diversas intervenções, uma vez que as necessidades de cuidado de saúde de pessoas com TEA podem variar de um indivíduo para outro, podem ser necessidades complexas e por isso exigirem a integração de vários serviços de promoção de saúde e cuidados (OPAS, 2020).

Portanto, o tratamento do TEA se dá através de uma equipe multidisciplinar, composta por psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicopedagogos, médicos e outros profissionais que atendam à demanda do paciente (ACADEMIA DO AUTISMO, 2022).

No campo da Psicologia, a intervenção mais indicada para o tratamento do TEA é a intervenção em Análise do Comportamento Aplicada (ABA), que é baseada em evidências científicas. Esse método de intervenção tem como principal referência teórica o Behaviorismo Radical e pode ser explicada como um modo de, a partir dos princípios do condicionamento operante criados por B. F. Skinner, avaliar, modificar e explicar comportamentos (CAMARGO, 2013).

Uma intervenção baseada em ABA tem como etapas, primeiramente, a

identificação a partir de uma avaliação dos comportamentos problemas e habilidades adaptativas sociais que necessitam de suporte. Feito isso, é desenvolvido o delineamento de programas de intervenção com o objetivo de modificar e aperfeiçoar tais comportamentos e habilidades, como também ajudar o paciente a desenvolver comportamentos de autocuidado e a lidar com mais flexibilidade às mudanças em seu ambiente e rotina, além de outros repertórios que possibilitem a independência e qualidade de vida do paciente (DA SILVA BARCELOS, 2020). É feita uma coleta de dados durante todo o processo de avaliação e intervenção para acompanhar o desempenho e facilitar a análise dos próximos passos a serem tomados em relação a evolução dos programas de intervenção (DA SILVA BARCELOS, 2020).

Dito isso, a intervenção em ABA tem se mostrado uma das terapias mais eficientes no controle dos prejuízos em âmbitos sociais, comunicativos e comportamentais da pessoa diagnosticada com TEA (CAMARGO, 2013).

No ano de 2020, foi decretada a pandemia de COVID-19, e no Brasil para conter o avanço do vírus, várias medidas de cuidados pessoais e restrições foram estabelecidas pelo governo do país, como lavar as mãos com álcool e sabão com maior frequência, o uso de máscaras ao sair de casa, desinfetar ambientes e principalmente o isolamento e distanciamento social (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). Assim, este distanciamento deu-se em vários estados do Brasil. Medidas emergenciais de saúde pública foram tomadas e atividades comerciais consideradas não essenciais foram fechadas (MARTINS, GUIMARAES, 2022).

Este ambiente social de distanciamento e pouca relação interpessoal causou impactos em toda a população, especialmente indivíduos que apresentam algum prejuízo na comunicação social, como indivíduos diagnosticados com TEA.

Mediante a promulgação da lei 13.979 de 2020, estabeleceu-se quais serviços da sociedade eram essenciais, dentre os quais se encontram os serviços ofertados pela Psicologia.

Todavia, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), no dia 23 de março de 2020, divulgou um comunicado orientando a suspensão imediata dos serviços presenciais de psicologia que não fossem considerados emergenciais. Os serviços em ABA, na sua maioria, são ofertados por profissionais da Psicologia, portanto, esses seguiram as orientações do conselho. Contudo, a demanda dos usuários da intervenção em ABA ainda existia, exigindo que uma outra estratégia de atendimento fosse implementada.

Em 2020, o Council of Autism Service Providers (CASP) orientou modelos de serviço de teleatendimento, visto o aumento na procura causado pela escassez de atendimento presencial à medida que a pandemia da COVID-19 tomou proporções

maiores. Além disso, o Behavior Analyst Certification Board (BACB), também em 2020, apresentou guias e orientações éticas quanto a entrega do serviço, além de webnários para demonstrar como se deve proceder a transição de atendimento presencial para o teleatendimento (DIXON, YI, 2021).

Considerando tais aspectos, esta pesquisa teve como objetivo apresentar o telehealth como alternativa válida ao atendimento presencial na intervenção em ABA, através da atualização e disponibilização das formas de implementação disponíveis na literatura e conceitualização do que é o atendimento telehealth, a fim de divulgar e introduzir mais a temática nos estudos em língua portuguesa.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) se estabelece no campo prático, isto é, na intervenção psicológica. Sendo assim, ela se sustenta na Análise do Comportamento, ou Behaviorismo. Sua base filosófica está fundamentada em vários princípios e pressupostos estabelecidos por B. F. Skinner (RIBEIRO, SELLA, 2018). Segundo Watson (1913), a psicologia precisa buscar a objetividade e desenvolver formas de prever o comportamento humano.

Dessa forma, é possível desenvolver uma tríade de conhecimento: Behaviorismo Radical, Análise Experimental do Comportamento e Análise do Comportamento Aplicada. Assim, essas formas de saber abordam, respectivamente: produções reflexivas ou metacientíficas, investigação básica de processos comportamentais e intervenções voltadas para a solução de problemas humanos (TOURINHO, SÉRIO, 2010).

### **2.1 BEHAVIORISMO RADICAL**

Todas as ciências partem de pressupostos filosóficos, seja na biologia, astronomia ou física. Assim também ocorre na Análise do comportamento. O Behaviorismo surge, então, a partir da ideia de que é possível uma ciência do comportamento. Em 1913 é publicado por Watson o artigo que deu o estopim da ideia principal: "*Psychology as the behaviorist views it*". Este artigo foi considerado um manifesto. Nele, o autor critica as práticas de introspecção utilizadas na época, ele as rejeitava pois dependiam muito do indivíduo e não podiam ser reproduzidas. Essa ciência não deveria ser construída com base nas ideias de consciência e mente, mas sim uma ciência geral do comportamento onde abrange todos os animais e os humanos são mais uma espécie dentro destes (BAUM, 2006).

Assim, o Behaviorismo toma forma de ciência do comportamento, onde é possível prever comportamentos tendo as variáveis, dados e meios disponíveis. Dessa forma, o Determinismo se aplica como base filosófica, já que o comportamento pode ser determinado pela filogênese e ambiente. Além do Determinismo, o Pragmatismo entra

em conjunto, pois as condições científicas e tecnológicas não permitem qualquer tipo de aferição e coleta de dados sobre a mente humana. O que se pode observar e analisar de forma objetiva é apenas o comportamento humano (BAUM, 2006).

## 2.2 ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO E ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA

Aqui, trata-se de onde ocorrem os experimentos e validações científicas em uma ciência do comportamento. Os autores que ajudaram a consolidar essa ciência vão de Thorndike a Darwin, mas o principal expoente considerado pela grande maioria é B. F. Skinner, com sua obra "*The Behavior of Organisms: an experimental analysis*". Sendo uma análise experimental, quer dizer que se trata de um conhecimento empírico, aquele que ocorre após a experiência. Dessa forma, o analista busca identificar os antecedentes e as consequências de um comportamento. Esse tipo de comportamento foi denominado por Skinner de comportamento operante, isto é, aquele que age sobre o ambiente. O comportamento, portanto, é o objeto principal de estudo, classificado como a interação entre o organismo e o seu mundo (NETO, 2002).

Na ABA, está o campo de atuação dos analistas com comportamento, seja no consultório, escola ou clínicas. É neste escopo onde se encontra a intervenção ABA.

“...essa subárea teria pelo menos duas funções vitais: (1) manter o contato com o mundo real e alimentar os pesquisadores na área com problemas comportamentais do mundo natural e (2) mostrar a relevância social de tais pesquisas e justificar sua manutenção e ampliação da área como um todo.” (NETO, 2002 p. 5)

Conforme discutido por Baer et al. (1968), a pesquisa da ABA necessita de 7 critérios para ser considerada com tal. São eles: aplicada, comportamental, analítica, tecnológica, conceitual, eficaz e generalizável. Ser aplicada quer dizer que essa pesquisa necessita de uma perspectiva pragmática, ela precisa trazer algo de relevante para a sociedade ao invés de apenas para a teoria.

Comportamental diz respeito a mensuração de comportamentos-alvo e a análise destes que o compõem. Analítica refere-se à habilidade de controlar a mudança de um comportamento a partir de estímulos manipulados. Para ser tecnológica ela deve descrever de forma clara os recursos utilizados para que seja possível a replicação destes mesmos resultados. Já para ser conceitual ela precisa estar de acordo com os princípios da análise do comportamento, demonstrar como chegou a essa conclusão a partir de princípios fundamentais. A pesquisa para ser eficaz anda lado a lado com o pragmatismo, aquele que participa precisa ser assegurado de uma mudança comportamental relevante. Por fim, para ser generalizável é necessário que os estímulos da mudança

comportamental obtida sejam evocados em outros ambientes cujos antecedentes possuem características semelhantes (MALAVAZZI et al., 2011).

### 3. METODOLOGIA E MÉTODO DA PESQUISA

Este trabalho de conclusão de curso trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em que foi realizada uma revisão da literatura encontrada na base de dados do Google Acadêmico. A abordagem dos pesquisadores frente aos dados coletados foi a abordagem qualitativa, uma vez que a proposta deste trabalho é realizar uma revisão narrativa sobre a intervenção em ABA para pessoas com TEA através do teleatendimento (telehealth), a busca desses dados, portanto, não trazem resultados quantitativos ou que produzam resultados através de procedimentos estatísticos ou outros meios de quantificação (GIL, 2021).

Os descritores determinados para a escolha dos artigos na base de dados citada foram: *telehealth*; *teleatendimento*; *telessaúde*; *ABA*; *TEA*. A busca na ferramenta de pesquisa foi: *telehealth* OR *teleatendimento* OR *telessaúde* AND *aba* AND *tea*.

Os critérios de inclusão dos resultados encontrados foram os seguintes:

- Pesquisas realizadas nos últimos 7 anos
- Pesquisas nas línguas portuguesa e inglesa

Os critérios de exclusão foram:

- Artigos dentro da temática do telehealth que não estão relacionados à ABA e ao TEA.

A seguir, foram organizados na Tabela 1 todos os artigos encontrados com a utilização dos descritores especificados e seguindo os critérios de inclusão e exclusão:

Tabela 1 – Artigos selecionados para a revisão

Nome do artigo	Autores	Ano	Palavras-chave
Ensino de Pais via Telessaúde para a Implementação de Procedimentos Baseados em ABA: Uma Revisão de Literatura e Recomendações em Tempos de COVID-19	Anne Caroline Da Costa Isabella Marino França Silva Nunes Fernanda Câmara Alves Damasceno, Mariéle Diniz Cortez	2020	telessaúde; ensino de pais; ABA; revisão de literatura; autismo.

Telehealth and Autism: Treating Challenging Behavior at Lower Cost	Scott Lindgren, David Wacker, Alyssa Suess, Kelly Schieltz, Kelly Pelzel, Todd Kopelman, John Lee, Patrick Romani, Debra Waldron	2016	Não especificadas
Novos Arranjos Em Tempos De Covid-19: Apoio Remoto Para Atendimento De Crianças Com Transtorno Do Espectro Autista	Natalie Brito Araripe, Aída Brito, Danilo Carvalho De Sá, Giovanna Fonseca Stefani Ruguê, Heloísa Bueno Machado, Jennifer Alvares Trindade Bauer, José Umbelino Gonçalves Neto, Kelvis Rodrigo Sampaio Da Cruz, Lucelmo Lacerda	2020	pandemia, Transtorno do Espectro Autista, orientação de pais, rotina visual, telemedicina
Maintaining Treatment Integrity in the Face of Crisis: A Treatment Selection Model for Transitioning Direct ABA Services to Telehealth	Kristine A. Rodriguez	2020	COVID-19, social distancing, telehealth, treatment integrity
Comparison of the Efficacy of Online Versus In-Vivo Behavior Analytic Training for Parents of Children with Autism Spectrum Disorder	Abigail L. Blackman, Corina Jimenez-Gomez, Samuel Shvarts	2020	parent training, online training, ABA, telehealth, autism
Evaluation of Behavioral Skills Training to Teach Parents Implementing the PEAK Direct Training Module Via Telehealth	Peiling Chu	2021	Não especificadas

Fonte: produzido pelos autores

Dentre os 6 artigos encontrados, o artigo *“Evaluation of Behavioral Skills Training to Teach Parents Implementing the PEAK Direct Training Module Via Telehealth”* não foi utilizado pois o documento encontrado é uma prévia de tese de dissertação e não o documento completo, e por isso, não seria possível sua revisão.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A fim de expor da melhor maneira os conteúdos dos artigos encontrados, essa etapa foi dividida em três tópicos principais: *O que é o atendimento em telehealth; Transição/implementação do telehealth; Comportamentos problema no telehealth.*

##### **4.1. O que é o atendimento em telehealth**

O telehealth é o nome da modalidade de atendimento ou terapias realizadas por via remota, na língua portuguesa o telehealth é conhecido como como teleatendimento, telemedicina ou telessaúde.

Em sua pesquisa sobre o barateamento desse tratamento, Lindgren et al. (2016) apresenta dois modelos de telehealth: (1) *clinic telehealth* e (2) *in-home telehealth*. No primeiro, os cuidadores recebem treinamento em um centro presencial para implementar o plano de ensino com o paciente em casa, já no segundo os cuidadores recebem o treinamento via telehealth em sua própria casa.

Por conta da pandemia de COVID-19, frente às medidas de restrição e isolamento com intuito de diminuir a contaminação pelo coronavírus, muitos serviços foram suspensos, como o atendimento psicoeducativo presencial para crianças com TEA, encontrou-se no telehealth uma forma de dar continuidade às terapias para as pessoas que necessitavam dessa continuidade.

Vale ressaltar que o telehealth já era um tema de estudo anterior à pandemia de COVID-19, e diversos estudos, que datam desde 2013 até 2020, demonstraram ser possível o tratamento ou acompanhamento para pessoas com TEA através do telehealth.

##### **4.2. Transição/Implementação do telehealth**

Ao se falar sobre a transição ou implementação direta da intervenção pelo telehealth, é preciso levar em conta os déficits característicos do TEA, assim como o uso de práticas e ferramentas baseadas em evidência. Tendo isso como base, os parágrafos seguintes usarão discorrerão de forma resumida as propostas trazidas pelo artigo *“Novos Arranjos em Tempos de Covid-19: Apoio Remoto para Atendimento de Crianças com Transtorno do Espectro Autista”*, Araripe et al. (2020). Esse artigo traz para os profissionais um modelo de como estruturar o atendimento pelo telehealth, através de três tópicos fundamentais, que são, a organização da rotina visual, o manejo dos arranjos ambientais pelos cuidadores e o acompanhamento remoto desses cuidadores pelo profissional

responsável (ARARIPE, 2020).

A organização da rotina da criança de forma visual é uma prática muito importante para intervir nos padrões rígidos e repetitivos de comportamento característicos do TEA, que se observa através de adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados, fazendo com que pequenas mudanças levem a um sofrimento extremo (APA, 2014).

A rotina visual é uma prática baseada em evidência (NATIONAL AUTISM CENTER, 2015) que tem como objetivo dar previsibilidade para o indivíduo com TEA, promovendo controle sobre a ansiedade que ele possa ter em relação às diversas atividades e afazeres do dia a dia. Dessa forma, na rotina visual, são elencadas as atividades do dia, da semana ou até do mês, todas através de figuras ou fotografias. As rotinas visuais são úteis para qualquer faixa etária, portanto, podem ser utilizadas figuras ou dicas visuais escritas, a depender do repertório acadêmico do aprendiz.

A rotina visual também tem como uma de suas finalidades aumentar o envolvimento do aprendiz na tarefa destacada, e isso pode ser feito desde o momento de criação da rotina. É possível organizar a rotina junto com a criança, é um momento que comportamentos como verbalização, tomadas de decisão e escolhas podem ser estimulados e reforçados, proporcionando estímulos de aprendizado, bem como promovendo autonomia para a criança (ARARIPE, 2020).

Sobre manejar os arranjos ambientais, a proposta principal é que os cuidadores organizem o ambiente em que a criança for realizar as atividades de intervenção, na ideia de que o ambiente facilite o aprendizado, e não o dificulte. Portanto, o objetivo é modificar o ambiente de forma da melhor forma possível de forma que as condições ambientais aumentem a probabilidade de generalização de habilidades já aprendidas em ambientes estruturados de terapia. Contudo, se tratando do telehealth, o ambiente não é tão estruturado como em uma intervenção em clínica, logo, os cuidadores precisam manejar o ambiente em que se encontram utilizando as situações e ferramentas naturais e cotidianas que a casa oferece. Uma forma de atenuar essa diferença entre casa e clínica, é a organização da casa em microambientes, em que um cômodo específico será para atividades da terapia e da escola, outro para descanso e outro para brincar etc., isso também funciona como um sinalizador extra da rotina, visto que as atividades específicas passam a ser condicionadas ambientes específicos (ARARIPE, 2020).

Por essas especificidades é que o psicólogo responsável deve levar em conta as reais condições que os cuidadores possuem, as atividades que são consideradas prioridades e as preferências da criança. É possível que o psicólogo realize encontros on-line com os cuidadores para auxiliarem na organização do ambiente, dando modelo de como fazer para que então os próprios cuidadores possam realizar isso de forma independente

depois (ARARIPE, 2020).

Para que todas essas orientações sejam eficientes, Araripe et al. (2020) traz como orientação final do artigo o acompanhamento e monitoramento remoto dos cuidadores, feito pelo profissional responsável pelo telehealth. Para isso, existem diferentes modalidades de acompanhamento on-line, ele pode ser realizado de forma síncrona, através uma chamada de vídeo entre cuidadores e o profissional, ou pode ser feito de forma assíncrona, com o feedback do profissional através de filmagens produzidas pelos cuidadores. Para o acompanhamento assíncrono, há uma lista de critérios que os cuidadores precisam estar atentos:

- Planejamento da rotina do cuidador e da criança
- Uso da rotina visual
- Organização do ambiente e dos reforçadores adequados
- Estabelecimento das habilidades que serão trabalhadas no dia
- Efetuação dos registros para acompanhamento e discussão

Tudo proposto e colocado em responsabilidade dos cuidadores tem base científica, a qual sustenta que:

O compartilhamento de técnicas comportamentais deve ser entendido como procedimentais possíveis para o treinamento de pais, já que os mesmos possuem responsabilidades morais, éticas e legais, bem como o maior grau de contato e controle do ambiente dos seus filhos. (ARARIPE et al, 2020, p. 152)

A técnica citada em texto é a *Behavior Skill Training (BST)*, que é abordada de forma aprofundada nos artigos *Evaluation of behavioral skills training for teaching abduction-prevention skills to young children* e *Development of a parent training program for children with pervasive developmental disorders* (JOHNSON et al., 2005, 2007).

Rodriguez (2020), também traz contribuições para a temática da intervenção em ABA no telehealth. No seu artigo *Maintaining Treatment Integrity in the Face of Crisis: A Treatment Selection Model for Transitioning Direct ABA Services to Telehealth*, o analista do comportamento precisa compreender quais clientes de fato estão preparados para essa transição e quais irão apresentar barreiras que provoquem uma modificação no seu plano de intervenção, a fim de adaptar ao modelo de atendimento à distância.

Dessa forma, o guia apresentado se resume em dois passos: uma avaliação comportamental por telehealth, sendo mediada por um cuidador. Após isso, de acordo com os resultados dessa avaliação, o analista do comportamento escolhe o modelo ideal na matriz correspondente ao desempenho do seu cliente (RODRIGUEZ, 2020).

É possível também que as sessões de terapia sejam aplicadas pelo cuidador, com

reuniões e supervisões do analista do comportamento. Dessa forma, o treinamento feito com o cuidador para a aplicação do plano de intervenção também pode ser realizado de forma online, como afirmam Blackman et al. (2020), em seu estudo comparativo, grupos de cuidadores foram treinados de forma online e presencial, onde estes apresentaram desempenho semelhante na interação do cliente com os pais e no próprio conhecimento de análise do comportamento aplicada.

Existem questionamentos em relação à frequência das sessões de teleatendimento na intervenção ABA, que na maioria dos casos é de uma sessão por semana. Porém, uma pesquisa realizada provou que se os terapeutas instruírem os pais de crianças do teleatendimento a usarem treinamentos de comunicação funcional em sua rotina os resultados comportamentais das crianças são mais evidentes (LINDGREN et al., 2016).

### **4.3. Comportamentos problema no telehealth**

De acordo com Da Costa Carneiro et al. (2020), em sua pesquisa "*Ensino de Pais via Telessaúde para a Implementação de Procedimentos Baseados em ABA: Uma Revisão de Literatura e Recomendações em Tempos de COVID-19*", uma das limitações da intervenção em ABA por teleatendimento é a de intervir em comportamentos auto lesivos, por não haver muitas pesquisas sobre essa questão.

Porém, em um estudo realizado por Lindgren et al. (2016), no qual foi realizado a aplicação da intervenção em ABA em três grupos de crianças autistas com comportamentos problemas consistentes em problemas de agressividade, desregulação emocional e autolesão, um deles sendo exclusivamente através do treinamento de cuidadores pelo teleatendimento. Foi constatado uma diminuição de 90% desses comportamentos em todos os três grupos, ressaltando que cuidadores de crianças diagnosticadas com TEA podem sim, junto com o acompanhamento de um analista do comportamento via teleatendimento, tratar problemas de comportamento agressivos.

Conquanto existam pesquisas como as citadas acima comprovando a eficácia do telehealth na intervenção de comportamentos problemas em crianças, ainda há escassez de pesquisas em certos nichos desse tópico, como a falta de pesquisas envolvendo crianças com comportamentos problemas que possuem função sensorial e auto estimulatória, assim como estudos acerca de pacientes adolescentes ou adultos com comportamentos agressivos que apresentam riscos de ferir seriamente eles mesmos ou outros (SCHIELTZ, WACKER, 2020).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do trabalho, percebeu-se que, o telehealth, apesar de ser uma alternativa estudada há alguns anos antes da pandemia de COVID-19, foi durante ela que o modelo se tornou mais evidente, frente à necessidade de continuidade do tratamento e sua utilidade devido às medidas de isolamento social.

Observou-se que o telehealth é uma alternativa válida ao atendimento presencial na intervenção em ABA, como foi percebido em diversos estudos de caso que verificaram uma eficácia semelhante aos atendimentos presenciais na clínica com custos significativamente menores. Também foram encontradas produções científicas brasileiras sobre formas de estruturar os atendimentos remotos a fim de obter os melhores resultados terapêuticos durante o período pandêmico.

Apesar de existirem estudos sobre o telehealth em língua portuguesa, a quantidade de artigos produzidos é muito inferior à quantidade de artigos sobre o tema em língua inglesa. Também verificou-se que não há estudos demográficos recentes no Brasil sobre o tamanho da população diagnosticada com TEA.

Portanto, ressalta-se a importância de mais estudos e produções científicas sobre o telehealth em língua portuguesa, visto as diferenças socioeconômicas e culturais do Brasil e os países falantes da língua inglesa. Quanto à falta de estudos demográficos, o Censo Demográfico de 2022 incluiu no questionário perguntas inerentes ao TEA, contudo, será necessário aguardar a divulgação do resultado, que está previsto para até 2024.

## 6. REFERÊNCIAS

ACADEMIA DO AUTISMO (São Paulo). Canal Autismo. Tratamento do autismo: 5 passos para uma intervenção de sucesso. [S. l.], 10 maio 2022. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/nao-categorizado/tratamento-do-autismo-5-passos-para-uma-intervencao-de-sucesso/>. Acesso em: 31 out. 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 [Recurso eletrônico]. (5a ed.; M. I. C. Nascimento, Trad.). Porto Alegre, RS: Artmed.

ARARIPE, Natalie Brito *et al.* Novos Arranjos Em Tempos De Covid-19: Apoio Remoto Para Atendimento De Crianças Com Transtorno Do Espectro Autista. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, [S. l.], p. 147-154, 8 maio 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v15i2.8768>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/8768>. Acesso em: 20 out. 2022.

BAER, Donald M.; WOLF, Montrose M.; RISLEY, Todd R. SOME CURRENT DIMENSIONS OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS. **JOURNAL OF APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS**, Kansas, 1968. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1310980/pdf/jaba00083-0089.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2022

BAUM, William M. **Compreender o Behaviorismo**: comportamento, cultura e evolução. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2006.

BLACKMAN, Abigail L.; JIMENEZ-GOMEZ, Corina; SHVARTS, Samuel. Comparison of the Efficacy of Online Versus In-Vivo Behavior Analytic Training for Parents of Children With Autism Spectrum Disorder. **Behavior Analysis: Research and Practice**, [S. l.], p. 13-23, 25 abr. 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.1037/bar0000163>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/fulltext/2019-22427-001.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Lei no 13.861, de 18 de julho de 2019. Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 jul. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13861.htm). Acesso em: 31 out. 2022.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; RISPOLI, Mandy. Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos. *Revista Educação Especial*, v. 26, n. 47, p. 639-650, 2013.

CHU, Peiling. **Behavior Analysis in Practice**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência em Análise do Comportamento Aplicada) - The Chicago School of Professional Psychology, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/5fa9ea0c701964cec9295f98053923b8/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y>. Acesso em: 20 out. 2022.

DA COSTA CARNEIRO, Anne Caroline *et al.* Ensino de Pais via Telessaúde para a Implementação de Procedimentos Baseados em ABA: Uma Revisão de Literatura e Recomendações em Tempos de COVID-19. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, [S. l.], p. 148-173, 10 jul. 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v16i2.9608>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/9608>. Acesso em: 20 out. 2022.

DA SILVA BARCELOS, Kaio *et al.* Contribuições da análise do comportamento aplicada para indivíduos com transtorno do espectro do autismo: uma revisão. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 37276-37291, 2020.

GIL, Antonio C. Como Fazer Pesquisa Qualitativa. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559770496. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770496/>. Acesso em: 26 out. 2022.

JOHNSON, Brigitte M. *et al.* Evaluation Of Behavioral Skills Training For Teaching Abduction-Prevention Skills To Young Children. **Journal of Applied Behavior Analysis**, [S. l.], p. 67-78, 19 out. 2004. DOI <https://doi.org/10.1901/jaba.2005.26-04>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1901/jaba.2005.26-04>. Acesso em: 16 nov. 2022.

JOHNSON, Cynthia R. *et al.* Development Of A Parent Training Program For Children With Pervasive Developmental Disorders. **Behavioral Interventions**, [S. l.], p. 201-221, 11 abr. 2007. DOI <https://doi.org/10.1002/bin.237>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/bin.237>. Acesso em: 16 nov. 2022.

JÚNIOR, Francisco Paiva. Quantos autistas há no Brasil?. In: REVISTA AUTISMO (São Paulo). Canal Autismo. Quantos autistas há no Brasil?. [S. l.], 1 mar. 2019. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/noticia/quantos-autistas-ha-no-brasil/>. Acesso em: 31 out. 2022.

LINDGREN, Scott *et al.* Telehealth and Autism: Treating Challenging Behavior at Lower Cost. **PEDIATRICS**, [S. l.], p. 167-175, 9 nov. 2015. DOI <http://dx.doi.org/10.1542/peds.2015-2851O>. Disponível em: [https://publications.aap.org/pediatrics/article-abstract/137/Supplement\\_2/S167/34002/Telehealth-and-Autism-Treating-Challenging?redirectedFrom=fulltext](https://publications.aap.org/pediatrics/article-abstract/137/Supplement_2/S167/34002/Telehealth-and-Autism-Treating-Challenging?redirectedFrom=fulltext). Acesso em: 20 out. 2022.

Li Q, Li Y, Liu B, et al. Prevalence of Autism Spectrum Disorder Among Children and Adolescents in the United States From 2019 to 2020. *JAMA Pediatr.* 2022;176(9):943–945. Doi:10.1001/jamapediatrics.2022.1846

Maenner MJ, Shaw KA, Bakian AV, et al. Prevalence and Characteristics of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2018. *MMWR Surveill Summ* 2021;70(No. SS-11):1–16. DOI: <http://dx.doi.org/10.15585/mmwr.ss7011a1>

MALAVAZZI, Dante Marino *et al.* Análise do comportamento aplicada: Interface entre ciência e prática?. **Perspectivas em análise do comportamento**, São Paulo, 6 nov. 2012. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-35482011000200007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-35482011000200007). Acesso em: 11 jun. 2022.

MARTINS, Thalyta Cassia de Freitas; GUIMARÃES, Raphael Mendonça. Distanciamento social durante a pandemia da Covid-19 e a crise do Estado federativo: um ensaio do contexto brasileiro. **Fundação Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, p. 3-10, 11 abr. 2022. Disponível em: <https://scielosp.org/article/sdeb/2022.v46nspe1/265-280/pt/#>. Acesso em:

4 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Governo Federal. O que é a Covid-19?: Saiba quais são as características gerais da doença causada pelo novo coronavírus, a Covid-19. **Gov.br**, [S. l.], p. 1, 8 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 18 jun. 2022.

National Autism Center (2015). Findings and conclusions: National standards project, phase 2. Randolph (MA): National Autism Center.

NETO, Marcus Bentes de Carvalho. Análise do comportamento: behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento. **Interação em Psicologia**, [s. l.], p. 1-5, 26 jun. 2022. Disponível em: [https://www.cemp.com.br/arquivos/25932\\_65.pdf](https://www.cemp.com.br/arquivos/25932_65.pdf). Acesso em: 16 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (Américas). Organização Pan-Americana da Saúde. Transtorno do espectro autista. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista#collapse-accordion-18812-6>. Acesso em: 31 out. 2022.

RODRIGUEZ, Kristine A. Maintaining Treatment Integrity in the Face of Crisis: A Treatment Selection Model for Transitioning Direct ABA Services to Telehealth. **Behavior Analysis in Practice**, [S. l.], p. 291-298, 18 maio 2020. DOI <https://doi.org/10.1007/s40617-020-00429-8>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40617-020-00429-8>. Acesso em: 20 out. 2022.

SCHIELTZ, Kelly M.; WACKER, David P. Functional assessment and function-based treatment delivered via telehealth: A brief summary. *Journal of Applied Behavior Analysis*, v. 53, n. 3, p. 1242-1258, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/jaba.742>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SELLA, Ana Carolina; RIBEIRO, Daniela Mendonça. **Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista**. 1. ed. Curitiba: [s. n.], 2018. 321 p.

SKINNER, B. F. (1938). *The behavior of organisms: an experimental analysis*. Appleton-Century.

TOURINHO, Emmanuel Zagury; SÉRIO, Tereza Maria de Azevedo Pires. Definições Contemporâneas da Análise do Comportamento. *In*: TOURINHO, Emmanuel Zagury; DE LUNA, Sérgio Vasconcelos. **Análise do Comportamento**. 1. ed. [S. l.: s. n.], 2010. p. 1-11.

Watson, J. B. (1913). Psychology as the behaviorist views it. *Psychological Review*, 20, 158-177. doi:10.1037/h0074428

## A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS DIGITAIS NA PERCEPÇÃO CORPORAL E NA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS

Amanda Bezeth De Rezende<sup>1</sup>; Bruna Coelho Da Vitória<sup>1</sup>; Cíntia Mendonça Krüger Kaiser<sup>1</sup>; Israel Isac Alves<sup>1</sup>; Lazaro Oliveira Anjo<sup>1</sup>; Paula Xavier Souza<sup>1</sup>; Vitor Soares Contão<sup>1</sup>; Welber Alberto Braga<sup>1</sup>; Eliane Cunha Gonçalves<sup>2</sup>

### RESUMO

**Introdução:** A percepção da imagem corporal de homens e mulheres recebe influências de todas as formas: família, os amigos e a mídia. Sendo a mídia a mais persuasiva das influências. **Objetivo:** Investigar o comportamento dos participantes em relação a influência que as mídias podem exercer ou não sobre a prática de atividades físicas e a percepção corporal. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de campo, de natureza básica, de cunho quantitativo, com abordagem descritiva e de corte transversal. O questionário fechado foi utilizado como instrumento para a coleta dos dados. **Resultados:** Participaram da pesquisa 50 indivíduos de ambos os sexos, com faixa etária entre 14 e 61 e média de IMC classificados com o peso considerado normal. Os dados da pesquisa foram apresentados em forma de gráficos e tabelas e discutidos em forma de texto que apontaram que os participantes consomem conteúdos digitais relacionados a prática de exercícios físicos e que influenciam na percepção corporal. **Conclusão:** Conclui-se que as mídias digitais têm poder de influência sobre os participantes de forma positiva na percepção corporal e na prática de atividades físicas.

**Palavras Chave:** Mídias Digitais. Influência. Percepção Corporal. Exercícios Físicos.

### ABSTRACT

**Introduction:** The perception of body image of men and women is influenced in all ways: family, friends and the media. The media being the most persuasive of influences. **Objective:** To investigate the behavior of the participants in relation to the influence that the media can exert or not on the practice of physical activities and body perception. **Methodology:** This is a field research, of a basic nature, of a quantitative nature, with a descriptive and cross-sectional approach. The closed questionnaire was used as an instrument for data collection. **Results:** Fifty individuals of both genders, aged between 14 and 61 and mean BMI classified as having normal weight, participated in the research. The research data were presented in the form of graphs and tables and discussed in the form of text that indicated that the participants consume digital content related to the practice of physical exercises and that influence their body perception. **Conclusion:** It is

concluded that digital media have the power to influence participants in a positive way in terms of body perception and the practice of physical activities.

Keywords: Digital Media. Influence. Body Perception. Physical exercises.

## 1 INTRODUÇÃO

A percepção da imagem corporal de homens e mulheres recebe influências de todas as formas: família, os amigos e a mídia. Sendo a mídia a mais persuasiva das influências. Por medo de rejeição e falta de aceitação pela sociedade, homens e mulheres apresentam preocupações com o peso corporal e o molde de corpo que possuem e usam a mídia como forma de expor suas dificuldades e insatisfação corporal (BATISTA et al., 2015).

Visto que a sociedade tende a ditar as regras quanto aos padrões de beleza e estética corporal o seu maior veículo de transmissão é a mídia, seja digital, seja social. Comumente os meios de comunicação estimulam e contribuem na busca do corpo belo e satisfatório. Diante da busca de um corpo perfeito muitas pessoas chegam a se exercitar compulsivamente, apenas com o auxílio de vídeos postados nas redes sociais e sem nenhum acompanhamento, podendo causar lesões além de também ingressarem em dietas inadequadas (BATALINI; BARBOSA; NEGRISOLLI, 2013).

Goulart e Carvalho (2018), afirmam que a prática de exercícios físicos regularmente, quando orientados por um profissional capacitado, é relevante para promover a boa saúde, melhoria na percepção da autoimagem e qualidade de vida. No entanto, quando praticada de forma incorreta e sem orientação adequada pode vir a trazer sérios problemas de saúde. Neste contexto, os indivíduos buscam por formas de resolverem suas insatisfações com a autoimagem consumindo conteúdos digitais que influenciam na percepção corporal.

Nessa perspectiva, é relevante destacar que a comparação do corpo real com o corpo ideal imposto pela sociedade impulsiona com que a prática de exercícios sejam feitos de forma exacerbada e por vezes colocando em risco a saúde. Visto que o tema é relevante, atual e tem sido estudado e debatido, a presente pesquisa torna-se importante para que haja um melhor conhecimento sobre o que acontece, por influência dos meios de comunicação social, com a percepção dos indivíduos que acessam as redes em relação

ao seu comportamento e também da sua própria imagem corporal, dessa forma, surge como questão a seguinte pergunta: como as mídias digitais influenciam na percepção corporal e na prática de exercícios físicos de homens e mulheres?

Assim, o objetivo deste artigo é investigar o comportamento dos participantes em relação a influência que as mídias podem exercer ou não sobre a prática de atividades físicas e a percepção corporal.

## **2 METODOLOGIA**

### **2.1 TIPO DE PESQUISA**

Trata-se de uma pesquisa de campo de natureza básica, de cunho quantitativo, com abordagem descritiva e de corte transversal. A pesquisa de campo é aquela que busca “a informação diretamente com a população pesquisada” (GONÇALVES, 2001, p. 67). Segundo Lakatos e Marconi (2010), o objetivo da pesquisa de campo é o de coletar dados informacionais e/ou conceituais sobre um determinado fenômeno, afim de responder ao problema levantado. O corte transversal possui tempo determinado para a coleta dos dados, assim, o objetivo do corte transversal é o de “obter dados fidedignos que ao final da pesquisa permitam elaborar conclusões confiáveis, robustas, além de gerar novas hipóteses que poderão ser investigadas com novas pesquisas” (ZANGIROLAMI-RAIMUNDO; ECHEIMBERG ; LEONE, 2018, p. 356)

O método quantitativo nas palavras de Dalfovo, Lana e Silveira (2008, p. 06- 07), se dá, [...] pelo uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se técnicas estatísticas, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança.

Quanto aos procedimentos é de abordagem descritiva, pois “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (SILVA; MENEZES, 2000, p. 21), envolvendo assim o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, como os questionários e a observação sistemática, assumindo assim, de uma forma geral, a forma de levantamento da pesquisa (GIL, 1999).

### **2.2 AMOSTRA**

A amostra da presente pesquisa é composta por 50 indivíduos de ambos os sexos, com idade entre 14 e 61 anos, simpatizantes da prática de atividades físicas regulares, esta

amostra caracteriza-se como não probabilística com seleção dos participantes de forma aleatória.

Os critérios de inclusão adotados foram: idade igual ou maior que 13 anos (sendo autorizado por um responsável legal), aceitar os termos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponível no Anexo A, ser adepto das redes digitais, possuir o aplicativo social WhatsApp.

Os critérios de exclusão foram: idade menor que 13 anos, não ter acesso a internet, não ter acesso ao aplicativo social WhatsApp, não aceitar assinar o TCLE.

### 2.3 INSTRUMENTOS

A técnica utilizada para a coleta de dados da pesquisa se deu a partir de um questionário estruturado com perguntas fechadas. O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

O questionário foi elaborado com perguntas fechadas e disponibilizado aos participantes por meio da plataforma Google *Forms*, via aplicativo *WhatsApp*, com abertura no dia 01 de novembro e encerramento no dia 09 de novembro, em seguida o link (<https://forms.gle/64d83xw8NaxFJ3Xe6>) de divulgação foi inativado para realização da coleta de dados.

A elaboração do questionário seguiu a proposta da Escala para Importância Likert, cujo objetivo é o de medir as atitudes e o grau de conformidade do participante que está respondendo uma questão ou uma afirmação (McCLELLAND, 1976).

### 2.4 PROCEDIMENTOS

Os participantes receberam o questionário de forma individual, via aplicativo social WhatsApp. Durante o período de 09 dias o questionário foi respondido 50 vezes.

O questionário foi dividido em 3 blocos: O primeiro bloco constava o TCLE e após concordar com os termos o participante era dirigido para o segundo bloco. O segundo bloco se trata do perfil dos participantes: peso, idade, altura e gênero.

O terceiro bloco dá início às perguntas do questionário, sendo 07 questões objetivas (anexo B). As opções das respostas foram agrupadas da seguinte forma: sempre, muitas vezes, poucas vezes e nunca. Com exceção da questão 01 que se tratava de escolher a

imagem que o participante mais se identificava.

Após o encerramento do questionário, as respostas foram tabuladas e lançadas em gráficos e tabelas para a discussão dos resultados. Também foi realizado o cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) dos participantes. Quanto aos materiais: foram utilizados aparelhos de celulares para o envio do questionário. Quanto a coleta dos dados: Os dados coletados foram disponibilizados pela plataforma *Google Forms* e em seguida registrados em planilhas e gráficos para em seguida serem tabulados. Ao final, realizou-se a transcrição dos dados obtidos no questionário em formas percentuais e cardinais para elaboração das tabelas e gráficos para discussão dos resultados alcançados.

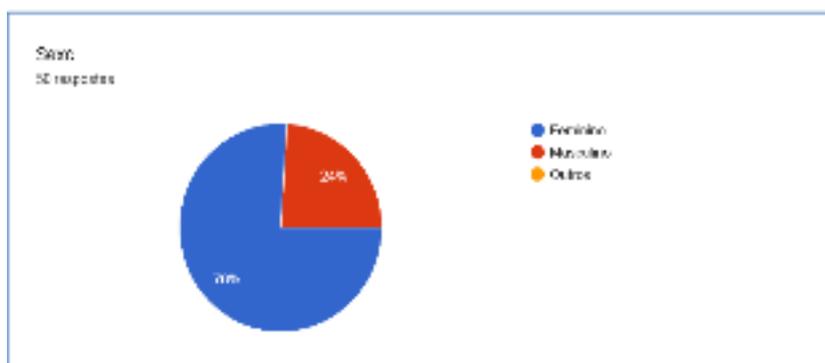
### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados aqui tratados demonstram os resultados alcançados e divididos em três blocos: o primeiro bloco diz respeito a autorização do TCLE dos participantes da pesquisa. O segundo bloco corresponde aos perfis dos participantes da pesquisa. O terceiro bloco quantifica as respostas do questionário para na sequência serem discutidos com base no aporte teórico da pesquisa.

#### 3.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES

O Gráfico 1 representa a quantidade de participantes divididos por sexo: **masculino** (n=12) e **feminino** (n=38). Inicialmente foi tratado como gênero com os termos masculino, feminino e outros, porém, o termo **outros** não obteve resposta. Assim, os participantes foram caracterizados por sexo (masculino e feminino) e por esta razão o termo **outros** não será tratado na pesquisa.

**Gráfico 1:** Sexo dos participantes



**Fonte:** Os autores, 2022

Os resultados apontaram a predominância de indivíduos do sexo feminino 76%, na participação da pesquisa. Os estudos realizados por Batista et al. (2015) e Batalini,

Barbosa e Negrisolli (2013), mostram que há predominância do sexo feminino na procura por conteúdos midiáticos relacionados a imagem corporal e a procura por exercícios físicos demonstrando maior interesse pelo assunto quando comparados a do sexo masculino. Contudo, Castro et al., 2019, apontaram que nos últimos anos o interesse pela imagem corporal tem se tornado assunto frequente entre indivíduos do sexo masculino.

Em relação a faixa etária, participaram da pesquisa voluntários com idade entre 14 e 61 anos. Para melhor visualização o gráfico 3 descreve a faixa etária dividida em grupos de idade, sendo: **Entre 14-23 anos (12%)**; **Entre 24-35 anos (54%)**; **Entre 36- 50 anos (32%)** e **Igual ou maior de 60 anos (2%)**.

**Gráfico 2:** Faixa etária dos participantes da pesquisa

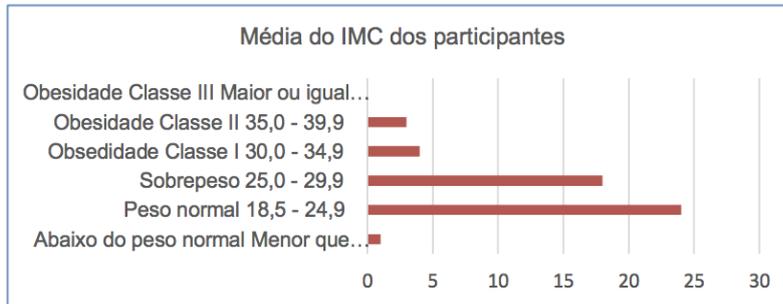


O gráfico 3 apresenta o índice de Massa Corporal (IMC) dos participantes. O IMC é um parâmetro internacional utilizado para classificar e identificar, de maneira rápida as situações de normalidade, déficit, excesso de peso ou obesidade de cada indivíduo utilizando as medidas de altura e peso (SILVA et al., 2008). Quanto à altura os participantes têm entre 1,60m a 1,90m de altura. Quanto ao peso os participantes têm entre 47 kg a 101 kg (anexo C).

**Gráfico 3:** Classificação do índice Massa corporal dos participantes

Média do IMC dos participantes

Obesidade Classe III Maior ou igual... Obesidade Classe II 35,0 - 39,9 Obesidade Classe I 30,0 - 34,9 Sobrepeso 25,0 - 29,9 Peso normal 18,5 - 24,9



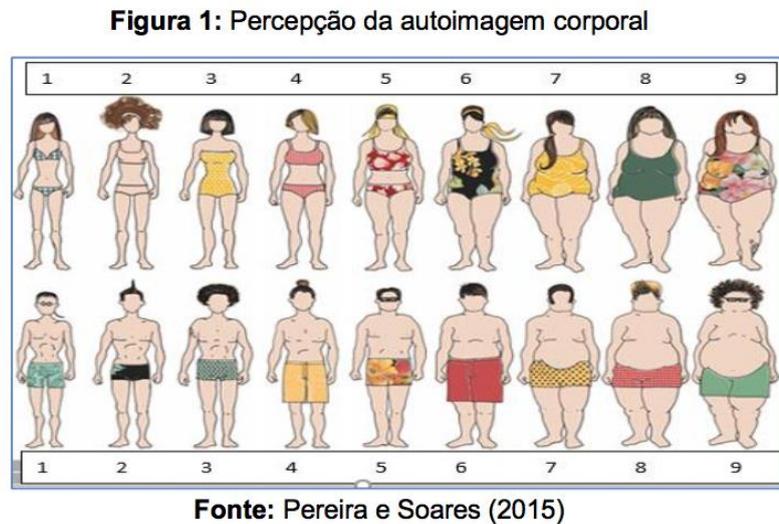
**Fonte:** Os autores (2022)

Os dados mostram que 48% dos participantes estão com o IMC entre 18,5- 24,9, portanto, classificados com o peso considerado normal, ideal. De acordo com o gráfico 36% da amostra está com o IMC entre 25,0-29,9, sendo classificados com sobrepeso, levemente acima do peso ideal. A amostra apontou que 16% dos participantes estão classificados entre os grupos considerados de maior risco: obesidade classes I (n=4) e II (n=3) e abaixo do peso normal (n=1). Portanto, o IMC da maioria dos participantes está concentrado no considerado ideal, no entanto, uma parcela significativa deve procurar uma ajuda orientada para se adequar ao IMC ideal (PARISOTO, 2011).

### 3.3 INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA PERCEPÇÃO CORPORAL E NA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS: ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

O questionário foi elaborado com 08 questões que compuseram o terceiro bloco da pesquisa. Dessas, 06 questões são fechadas. O critério para a avaliação dessas questões seguiu a seguinte estrutura: **sempre, muitas vezes, poucas e/ou nunca**. Estes itens foram apresentados em gráficos percentuais. A outra questão os participantes deveriam escolher a opção que os identificavam. O critério para a avaliação dessas questões seguiu a porcentagem da escolha dos participantes em cada questão. Estes itens foram apresentados em forma de tabelas com percentuais e quantidades.

A primeira pergunta relaciona-se a percepção da autoimagem corporal dos participantes, onde eles deveriam escolher com qual imagem (figura 1) se identificavam mais.

**Figura 1:** Percepção da autoimagem corporal**Tabela 1:** Percepção da autoimagem corporal

Autoimagem	N	%
1	3	6%
2	6	12%
3	3	6%
4	13	26%
5	13	26%
6	6	12%
7	5	10%
8	0	0%
9	0	0%
Nenhuma imagem	1	2%

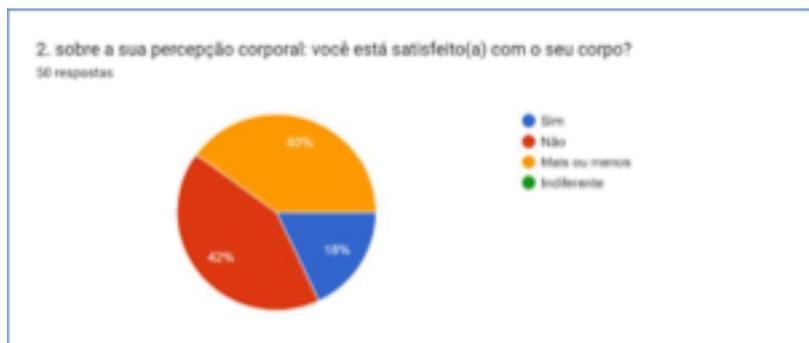
**Fonte:** Os autores (2022)

Os resultados mostraram que 26% dos participantes se identificam com a imagem 4 e 26% se identificam com a imagem 5. As imagens 2 e 6, embora sejam diferentes, receberam o mesmo quantitativo de respostas pontuando 12% cada. As imagens 1 e 6 alcançaram o mesmo percentual de escolha, 6% cada. A imagem 7 obteve 10%, enquanto as imagens 8 e 9 não foram escolhidas, enquanto a opção NENHUMA IMAGEM teve uma resposta, conforme demonstra a tabela 1. Estes resultados vão ao encontro dos dados coletados no IMC dos participantes, onde se vê que embora a maior parte apresenta um bom IMC e nesta perspectiva apontam uma real identificação com a imagem corporal.

A segunda pergunta questiona a satisfação com o próprio corpo, assim se relacionando com a questão anterior, onde 21 participantes responderam que não estão satisfeitos e 20 participantes disseram mais ou mesmo. Enquanto, somente 09 participantes

responderam sim (gráfico 5). Em um estudo semelhante, Pereira e Soares (2015), apontaram que 64% dos participantes encontraram-se insatisfeitos com o próprio corpo. Damasceno et al. (2008), corroboram com este estudo à medida que, ao analisarem indivíduos fisicamente ativos encontraram maior insatisfação com a imagem corporal diante da influência da mídia pela busca do corpo perfeito.

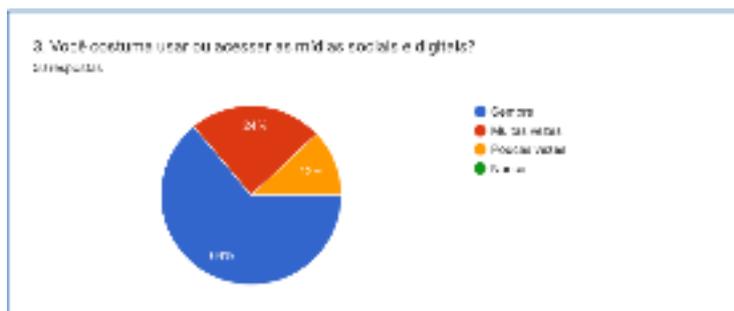
**Gráfico 4:** satisfação com o corpo



**Fonte:** Os autores (2022)

O gráfico 5 revela que 64% acessam sempre as mídias e 24% muitas vezes, indicando que a maior parte dos participantes acessam as redes sociais frequentemente.

**Gráfico 5:** Acesso as mídias sociais e digitais

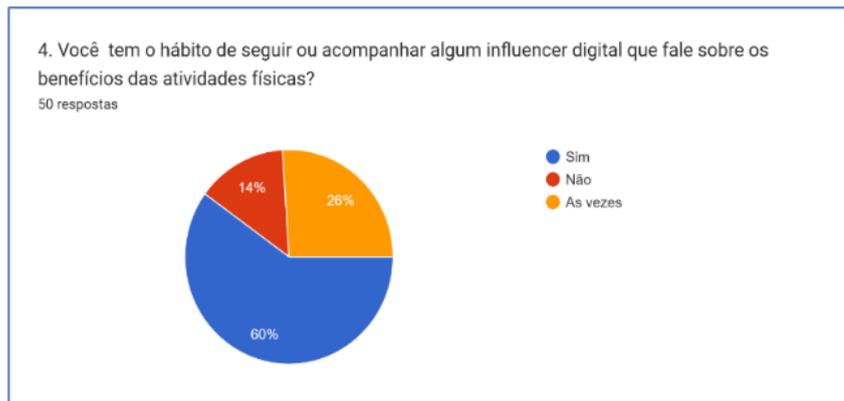


**Fonte:** Os autores (2022)

Semelhante a este resultado, Santos e Gonçalves (2020), relatam que com relação ao uso de redes sociais, 99,1% da amostra pesquisada pelas autoras afirmam fazer uso das redes sociais. O uso exacerbado da mídia digital indica que há, “associação entre o uso das redes sociais/horas por dia e a mídia, apresentando uma correlação positiva e fraca, ou seja, quanto mais horas por dia o sujeito acessa as redes sociais, mas ele se apropria da mídia como fonte de informação” indicando uma correlação positiva e fraca para o tipo de fonte de consumo (SANTOS; GONÇALVES, 2020, p. 15).

Em relação aos benefícios da prática de exercícios físicos os participantes foram perguntados se seguem algum influencer digital oferecem algum conteúdo relacionado ao tema (gráfico 6).

**Gráfico 6:** Consumo de conteúdo digital por Influencer



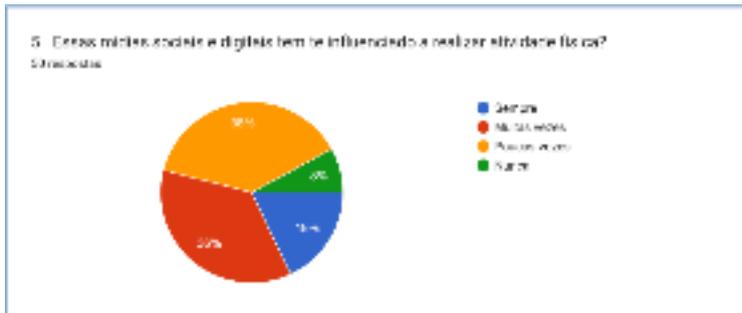
**Fonte:** Os autores (2022)

Dos 50 participantes, 30 (60%) responderam que sim seguem algum influencer digital que trata do tema. 13 (26%) participantes disseram que as vezes e 7 (14%) responderam que não. De acordo com Lustosa e Silva, (2020, p. 09-10),

As pessoas estão cada vez mais se inserindo no meio virtual e através das redes sociais elas buscam mais informações, qualidade de vida e se espelham através de outras que estão do outro lado, ou seja, em aplicativos, redes sociais como Instagram, Youtube, e até mesmo pelo WhatsApp, entre outros. [...] Um influenciador digital não é um ator. Ele está ali por inteiro, como ele é na realidade, para o bem e para o mal. Ele se mostra sem máscaras, com suas virtudes e defeitos, é meio “sou assim e pronto”. Essa legitimidade e realidade é que cria uma identificação com seu público, gerando engajamento.

Sobre a influência das mídias digitais na prática de exercícios físicos os resultados se mostraram bem divididos como aponta o gráfico 8. Em um total geral, 54% (n=27) responderam que sempre e/ou muitas vezes são influenciados a praticar exercícios por causa das mídias sociais e digitais. No entanto, 46% (n=23), responderam que poucas vezes e/ou nunca (gráfico 7).

### Gráfico 7: Influência da mídia digital na atividade física

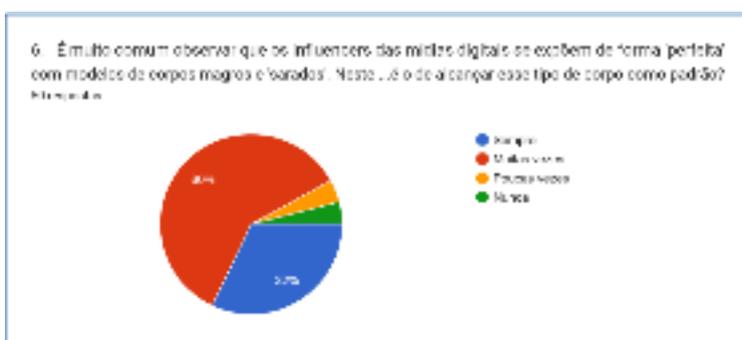


**Fonte:** Os autores (2022)

Em uma amostra com 32 participantes, Santos e Gonçalves (2020), identificaram que 65% já foram influenciados a praticarem algum exercício que observaram nas redes sociais, o que corrobora com a presente pesquisa. As autoras observaram que o indivíduo que está recebendo esse tipo de conteúdo confia nas informações e nas fontes que tem acesso e acreditam no que visualizam. Contudo, há de se destacar que a pesquisa de Patricio (2012), também encontrou um resultado onde a maioria dos seus voluntários responderam que não são influenciados pela mídia para realizarem exercícios e/ou atividades físicas.

A penúltima pergunta questiona se os *influencers* das mídias digitais ao se exporem de forma 'perfeita' com modelos de corpos magros e 'sarados' contribuem para que a sociedade deseje alcançar esse tipo de corpo como padrão, constatou-se que 60% acha que muitas vezes e 32% sempre, somando então 82% dos participantes que concordam que os influencers favorecem a narrativa do corpo ideal imposto pela sociedade.

### Gráfico 8: Padronização do corpo ideal



**Fonte:** Os autores (2022)

Este é um fator delicado e importante para a percepção corporal de homens e mulheres nos dias de hoje. Os achados de Souza e Ribeiro (2022), apontam que as redes sociais, em particular as redes sociais Facebook e Instagram, principais redes de divulgação de influencers, apresentam ao público os diferentes caminhos e estilos de vida que em parte do seu tempo exibem e reforçam a narrativa de um padrão de corpo, como único modelo de corpo bonito e saudável.

Sobre se sentir desmotivado a praticar exercícios por conta da pressão midiática sobre o corpo ideal, 48% dos participantes responderam que nunca se sentiram desmotivados (n=24), 28% responderam que poucas vezes (n=14), ou seja, os participantes não se sentem desmotivados (gráfico 10).

**Gráfico 10:** Desmotivação a prática de exercícios físicos



**Fonte:** Os autores (2022)

Neste viés, Patrício (2012, p. 59-60), afirma que “nem todos os tipos de mídia nos influenciam de maneira negativa. Muitas aludem sobre os benefícios da atividade física”.

#### 4 CONCLUSÃO

A pesquisa alcançou o objetivo ao apontar que a mídia possui uma influencia sobre a percepção corporal e na pratica de atividades físicas pelos participantes. Nota-se que essa influencia é positiva, e que embora, a mídia reforce a narrativa do corpo ideal sendo magro e esbelto, os participantes sentem-se a vontade em consumir conteúdos digitais.

Os dados mostraram que os participantes são ativos fisicamente e se preocupam com a percepção corporal. Evidenciou que seguir um influencer digital pode ser bom desde que seu conteúdo seja adequado e instigante. Mostrou também, que apesar de seguir as

mídias digitais suas decisões se baseiam no que melhor reflete suas intenções em relação ao corpo e a prática das atividades físicas.

Conclui-se que as mídias digitais têm poder de influência sobre os participantes de forma positiva na percepção corporal e na prática de atividades físicas. Recomenda-se, pela importância dos dados apresentados e discutidos, que novas pesquisas sejam realizadas e deem ênfase a percepção corporal e prática de atividades físicas entre homens e mulheres.

## REFERÊNCIAS

- BATALINI, B. R.; BARBOSA, C.; NEGRISOLLI, G. A influência da mídia nos padrões de beleza atuais. **Encontro de Iniciação Científica**, Presidente Prudente, 9, n. 9, 2013. 1-9. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/viewFile/3449/3205>>. Acesso em: 02 nov 2022.
- BATISTA, A. et al. Dimensão atitudinal da imagem corporal e comportamento alimentar em graduandos de Educação Física, Nutrição e Estética da cidade de Juiz de Fora–MG. **Journal of Physical Education**, 26, 2015. 69-77. Acesso em: 02 nov 2022.
- CASTRO, A.P. et al. Os impactos da mídia na imagem corporal. **Univag**, online, 2019. 1-13. Disponível em: <<https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/view/605>>. Acesso em: 02 nov 2022.
- DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, 2, n. 4, 2008. 01-13.
- DAMACESNO, V.O. et al. Imagem corporal e corpo ideal. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, online, 2008. 81-94. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rbcm/article/view/691>>. Acesso em: 25 out 2022.
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. **São Paulo: Atlas**, 1999.
- GONÇALVES, E.P. **Iniciação à pesquisa científica**, Campinas, SP., 2001.
- GOULART, C.F.; CARVALHO, P.A. Corpo ideal e corpo real: a mídia e suas influências na construção da imagem corporal. **Psicologia. PT**, Online, 1, n. 1, 2018. 01-08. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1209.pdf>>. Acesso em: 01 nov 2022.
- LAKATTOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. **São Paulo: Atlas**, 2010.

LUSTOSA, B.F.; SILVA, B.G.M. **A influência das redes sociais na prática de exercícios físicos e na autoimagem de estudantes universitários da área de saúde: uma revisão integrativa.** 2020. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Educação Física) - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, Uniceplac, , Brasília, 2020. Disponível em: <[https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/694/1/Beatriz%20Fernandes%20Lustosa\\_0006955\\_Bruna%20Geovana%20Marcolino%20da%20Silva\\_0007383.pdf](https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/694/1/Beatriz%20Fernandes%20Lustosa_0006955_Bruna%20Geovana%20Marcolino%20da%20Silva_0007383.pdf)>. Acesso em: 12 nov 2022.

MCCLELLAND, J.A.G. Técnica de Questionário para Pesquisa. **Porto Alegre: IFURGS,** 1976.

PARISOTO, C.D. **Relação entre índice de massa corporal e a insatisfação com autoimagem em mulheres praticantes de musculação.** 2011. 47 f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/39167/000825776.pdf?sequen>>. Acesso em: 12 out 2022.

PATRICIO, J.B. **A influência da mídia na academia: reflexos no cotidiano de praticantes de exercícios físicos.** 2020. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (e Bacharel no Curso de Educação Física) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma: 2020., 2022. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/1477/1/Janira%20Bertan%20Patricio.pdf>>. Acesso em: 12 nov 2022.

PEREIRA, D.D.G.; SOARES, P.G. Percepção da imagem corporal em um grupo de estudantes de Educação Física. **EFDeportes.com, Revista Digital,** Buenos Aires, 19, n. 202, 2015. Disponível em: <<https://efdeportes.com/efd202/percepcao-da-imagem-corporal-de-estudantes.htm>>. Acesso em: 12 out. 2022.

SANTOS, M.S.; GONÇALVES, V.O. Uso das redes sociais, imagem corporal e influência da mídia em acadêmicos dos cursos de educação física. **Itinerarius Reflections,** online, 2020. 1-18.

SILVA, A.F.S. E. A. Construção imagético-discursiva da beleza corporal em mídias sociais. **Demetra,** online, 13, n. 2, 2018. 395-411. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/33305/25611>>. Acesso em: 12 out 2022.

SILVA, E. L. . M. E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. **Florianópolis: UFSC,** 2000.

SILVA, K.S. E. A. Associações entre atividade física, índice de massa corporal e comportamentos sedentários em adolescentes. **Rev Bras Epidemiol**, 11, n. 1, 2008. 159-68. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/5sBR575sH78dxsw5BfKN7jF/?lang=pt&format=pdf>> .

Acesso em: 12 out. 2022.

SOUZA, E.R.; RIBEIRO, J.M.A. Mídias sociais: A influência das redes sociais na percepção da autoimagem de adolescentes do sexo feminino. **Research, Society and Development**, 11, n. 8, 2022. 1-8.

SOUZA, M. K. et al. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE): fatores que interferem na adesão. **ABCD Arq Bras Cir Dig**, 26, n. 03, 2013. 200-205. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/abcd/a/PZYGqFG7mwwDH9sBzZjZ4Vw/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 01 nov. 2022.

ZANGIROLAMI-RAIMUNDO, J.; ECHEIMBERG, J.O.; LEONE, C. Tópicos de metodologia de pesquisa: Estudos de corte transversal. **Journal of Human Growth and Development.**, online, 28, n. 3, 2018. 356-360. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/152198/149017>>. Acesso em: 02 out 2022.